

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Abril de 2008

Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Líder de sem-terra é assassinado no Paraná – José Maschio – Folha de São Paulo – Brasil – 01/04/2008	6
Após velório de sem-terra, MST invade fazenda no PR – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2008.....	7
"Conflito é inevitável", afirma arroteiro após deixar a prisão – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2008	8
Governo corta R\$ 265,1 milhões da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2008.....	8
Sem Terra ocupam fazenda no Ceará – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2008.....	9
Manifestantes fazem dois reféns em terra indígena de Roraima – Folha de São Paulo – Brasil – 03/04/2008	9
Sem-terra invadem fazenda no Ceará – Folha de São Paulo – Brasil – 03/04/2008	10
Roraima pede a Lula que PF saia de reserva – Andrezza Trajano – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008	10
Homens atacam dois sem-terra a paulada – Folha de São Paulo – Brasil – 05/04/2008.....	11
Ofícios avisaram sobre ameaça a sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 07/04/2008	12
Operação resgata 42 pessoas em condições degradantes de trabalho – Folha de São Paulo – Brasil – 07/04/2008	12
Aracruz volta a ter área invadida por sem-terra na Bahia –Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008	13
Posto da PF é alvo de protesto em Roraima – Katia Brasil e Andrezza Trajano – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008	14
Governador vai ao Supremo para deter a polícia – Jose Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008	15
Donos de terra impedem que benefício chegue a invasores – Karin Nlikstad – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008	16
Sem Terra ocupam área da Aracruz na Bahia – Sítio Eletrônico do MST – 08/04/2008	17
Invasões legitimadas – Denis Lerrer Rosenfield – Folha de São Paulo – Opinião – 09/04/2008.....	18
MST desafia a Justiça e volta a ameaçar Vale – O Globo – O País – 09/04/2008	19
MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 09/04/2008	20
AGRICULTORES FAMILIARES GAÚCHOS DEFINEM REIVINDICAÇÕES PARA IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS -	21
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 10 de abril de 2008.....	21
Sem-terra mantêm acampamento perto de Carajás – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 10/04/2008	22
MST bloqueia rodovia no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico do MST – 10/04/2008	22
Assentamentos terão 'crédito ambiental' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008.....	23
Agnelli chama sem-terra de bandidos – O Globo – Capa – 11/04/2008.....	24
Presidente da Vale chama invasores de bandidos – O Globo – O País – 11/04/2008.....	24

Sem Terra ocupam área da Ambev no interior de São Paulo – Sítio Eletrônico do MST – 12/04/2008	25
Sem Terra ocupam fazenda de 4 mil hectares do governo em Roraima – Sítio Eletrônico do MST – 12/04/2008	26
Contag debate reforma agrária - Sítio Eletrônico da Contag - 15/04/2008	26
Sem-terra invadem propriedades rurais em quatro Estados – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2008	27
MST tenta driblar ordem da Justiça – O Globo – Capa – 15/04/2008	28
MST tenta driblar Justiça com camisas amarelas – Ronaldo Brasiliense –O Globo – O País – 15/04/2008	28
Pronera faz dez anos de educação na reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008	29
MST soma protestos em 14 estados por Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/04/2008	30

Segunda Quinzena

Fetag planeja ações até 2012 – Sítio Eletrônico da Contag - 16/04/2008	32
Movimentos sociais discutem proposta para limitar propriedade – Sítio Eletrônico da Contag - 16/04/2008	32
FETRAF-SUL ENTREGA AO MINISTRO DULCI EM BRASÍLIA REIVINDICAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR -.....	33
Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 16 de abril de 2008.....	33
Estatais do protesto – Folha de São Paulo – Opinião – 16/04/2008	34
Tensão entre Vale e garimpo marca 12 anos de massacre – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008	34
SOBE PARA 31 O NÚMERO DE ÁREAS INVADIDAS EM PE – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008	36
Comissão Pastoral da Terra critica os biocombustíveis – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008	36
MST derruba árvores em fazenda de SP – Tatiana Farah – O Globo – O País – 16/04/2008	37
Pastoral: expulsão no campo cresceu 140% - O Globo – O País – 16/04/2008	37
Assentados cobram créditos agrícolas – Sítio Eletrônico do MST – 16/04/2008	38
MST PROTESTA EM 16 ESTADOS POR REFORMA AGRÁRIA – Sítio Eletrônico do MST – 16/04/2008	38
Relatório destaca necessidade de reforma agrária na América Latina – Sítio Eletrônico da CPT – 17/04/2008	43
Sem-terra invadem prédios públicos e miram área urbana – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008	43
Movimentos dão força à democracia, afirma ministro – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008	45
Massacre de sem-terra faz 12 anos e reclamações de assentados não mudam – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008	46

MST apela porque perdeu a razão de existir, diz analista – Fernando Barros de Melo - Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008	47
Depois da Vale, MST invade a Caixa também – O Globo – Capa – 17/04/2008	48
MST invade bancos e estradas para pedir justiça por massacre de Carajás – O Globo – O País – 17/04/2008	48
Em Piraí, pista da Dutra é interditada - Dicler de Mello e Souza e Aloysio Balbi – O Glob – O País – 17/04/2008	49
No aniversário das mortes, mais ações no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 17/04/2008	49
Pesquisa mostra perfil das invasões de terra no Paraná – Sítio Eletrônico da CNA - 18/04/2008	50
MST invade usina, ocupa pedágios e desafia a Vale – Folha de São Paulo – Brasil – 18/04/2008	50
Do sonho ao pesadelo – Nelson Motta - Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2008	52
SOB CRÍTICAS, MINISTRO DIZ RESPEITAR O MST – Folha de São Paulo – Brasil – 18/04/2008	52
Garimpeiros fecham ferrovia da Vale com apoio de sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – dinheiro – 18/04/2008	53
Stedile diz que "governo deve criar vergonha" – Jose Alberto Bombig – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008	54
Atos criam "ambiente negativo" para investimentos, afirma Vale – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008	55
Movimento organizou atos em todo o país – Aduari Antunes Barbosa – O Globo – O País – 18/04/2008	57
Ministro lava as mãos: Nem é assunto agrário – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/04/2008	58
Encruzilhada – O Globo – Opinião – 18/04/2008	58
MDA/Incrá reúnem-se com representantes do MST – Sítio Eletrônico do MDA – 18/04/2008	59
Representantes do MST apresentam reivindicações ao Ministério do Desenvolvimento Social – Sítio Eletrônico do MDS – 18/04/2008	60
MST invade sedes da Vale, do Incra e agências do BB – Valor Econômico – Agronegócios - 18/04/2008	60
MST invade mais uma propriedade em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2008	60
Reforma agrária – D. Eugênio Sales – O Globo – Opinião – 19/04/2008	61
Reforma agrária segue em ritmo lento no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/04/2008	63
Presidente Lula recebe pauta de reivindicações no Palácio do Planalto – Sítio Eletrônico da Contag - 21/04/2008	63
Fórum defende novo ordenamento fundiário no País – Sítio Eletrônico da Contag - 22/04/2008	65
D. Xavier fala sobre a importância dos conflitos no Campo Brasil – Sítio Eletrônico da CPT – 22/04/2008	65
Carta de repúdio – Sítio Eletrônico da CPT – 22/04/2008	66
Justiça manda Incra pagar R\$ 372 mi por desapropriação – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 22/04/2008	67
Impunidade no campo – Capa – Evandro Éboli - O Globo – O País – 22/04/2008	70

IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 23 de abril de 2008	71
MST fecha estrada em Pernambuco e provoca confronto com a polícia – Leticia Lins – O Globo – O País – 23/04/2008	75
Proposta do MST se aproxima de relatório da ONU – Sítio Eletrônico do MST – 23/04/2008	75
MST bloqueia estrada em conflito com a Codevasf - Carolina Mandl – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008	78
Eldorado dos Carajás e a desapropriação da terra - Dom Tomás Balduino - Sítio Eletrônico da CPT – 24/04/2008	79
À frente do STF, Mendes critica ações do MST – Letícia Sander e Felipe Seligman – Folha de São Paulo – Brasil – 24/04/2008	80
Seita política – O Globo – Opinião – 24/04/2008	82
Função social – Dom Tomás Balduino – O Globo – Opinião – 24/04/2008	82
Mobilização com 4 mil agricultores dá a largada no GTB – Sítio Eletrônico da Contag - 25/04/2008	83
Decidam, deputados! – Leonardo Sakamoto e Xavier Plassat – O Globo – Opinião – 25/04/2008	84
Gilmar: achar invasão normal é patologia – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 25/04/2008	85
Ministério Público do Trabalho investiga a usina – Cássia Almeida – O Globo – Economia – 25/04/2008	87
Entidades publicam carta aberta em defesa da Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 25/04/2008	87
Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento - Ronaldo Brasiliense e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 27/04/2008	88
Ameaça à vista – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 28/04/2008	89

Líder de sem-terra é assassinado no Paraná – José Maschio – Folha de São Paulo – Brasil – 01/04/2008

Polícia Civil prende cinco suspeitos do crime; presidente de Sindicato dos Comerciários é apontado como o mandante - Reportagem não conseguiu falar com os detidos, que ainda não têm defensor; Sindicato dos Comerciários local não quis se manifestar

O líder dos sem-terra Eli Dallemole, 42, foi assassinado na noite de anteontem em sua casa, no assentamento Libertação Camponesa, em Ortigueira (região central do Paraná), por dois homens encapuzados.

A Polícia Civil do Paraná prendeu ontem cinco suspeitos de envolvimento com o crime, entre eles o advogado e presidente do Sindicato dos Comerciários de Cornélio Procópio (norte do Estado), Adilson Honório de Carvalho, 35, apontado como o mandante da morte.

A reportagem não conseguiu falar com os suspeitos detidos. Eles não haviam contratado advogado. O Sindicato dos Comerciários de Cornélio Procópio não quis se pronunciar sobre a prisão de seu presidente nem informar um telefone de contato com um advogado dele.

Dallemole, da direção do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no Paraná, era a principal liderança do movimento na região central do Estado. Ele foi morto com quatro disparos de revólver calibre 38. No momento em que foi assassinado, Dallemole assistia televisão com a mulher na sala de sua casa no assentamento. Oneir Souza de Matos, 34, conhecido como "Zezinho", e Valderi Aparecido Ortiz, 27, foram reconhecidos pela mulher de Eli Dallemole como os autores do assassinato. Além deles, foram presos Genivaldo Carlos de Freitas, 32, o "Jango", e José Moacir Cordeiro, 35. Os dois teriam auxiliado os outros na fuga do local do crime, segundo o chefe da Divisão Policial de Interior, Luiz Alberto Cartaxo.

De acordo com o delegado, foi encontrada um fogueira na fazenda Copramil, onde os acusados teriam montado o acampamento para efetuar o crime. A fazenda Copramil é via de acesso entre o município de Ortigueira e o assentamento Libertação Camponesa. Segundo Cartaxo, a fazenda serviu de base para os acusados cometerem o crime e de rota de fuga. A fazenda -em disputa judicial e bloqueada pela Justiça- havia sido invadida pelo MST em 2006. No último dia 8, um grupo de homens armados expulsaram os sem-terra. Os cinco homens presos ontem tiveram prisão preventiva decretada pela comarca de Ortigueira na tarde de sexta-feira, acusados de formação de quadrilha, porte de arma, incêndio criminoso e tentativa de homicídio pelo ataque aos sem-terra em 8 de março.

Prisões - O secretário de Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, que apresentou os presos à imprensa em Telêmaco Borba (PR), negou que a Polícia Civil tenha demorado para cumprir os mandados de prisão preventiva, o que poderia ter evitado a morte do sem-terra: "Os mandados de prisão foram decretados na tarde de sexta-feira.

Montamos o esquema, com policiais de Curitiba, para prendê-los nesta manhã. Não houve tempo".

Delazari afirmou que a rápida prisão dos acusados mostra que o governo do Paraná não vai admitir "que jagunços, pistoleiros matem pessoas engajadas em causas sociais". O MST mobilizou militantes de todo o Paraná para acompanhar o velório de Dallemole. Na tarde de ontem, houve uma passeata silenciosa pelo centro de Ortigueira até a igreja matriz da cidade, onde o corpo foi velado até o início da noite. Depois disso o corpo foi levado para o assentamento Libertação Camponesa, distante 70 quilômetros do centro de Ortigueira. O corpo do líder dos sem-terra será enterrado hoje em Tamarana, no norte do Paraná. *Colaborou **MATHEUS PICHONELLI**, da Agência Folha

Após velório de sem-terra, MST invade fazenda no PR – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2008

O MST invadiu a fazenda Copramil, em Ortigueira (PR), cuja posse é reivindicada pelo suposto mandante do assassinato do líder sem-terra Eli Dallemole, 42, ocorrido na noite de domingo.

Segundo a coordenação do MST no Paraná, a ação é uma resposta ao crime. Dallemole foi morto em sua casa, em Ortigueira, por dois homens. Anteontem, a polícia prendeu cinco suspeitos, entre eles o presidente do Sindicato dos Comerciantes de Cornélio Procópio, Adilson Honório de Carvalho, apontado como o mandante do crime.

Ontem pela manhã, cerca de 500 sem-terra, de várias regiões do Paraná, acompanharam o enterro do corpo em Tamarana, próximo a Ortigueira. De lá, foram em oito ônibus à fazenda Copramil e montaram barracas no local.

"Vamos transformar essa fazenda no assentamento Eli Dallemole", disse Ângela Paschoal Costa, da coordenação do MST no Paraná.

Disputada desde 2006 pelo MST e por Honório, que reivindica sua posse, a fazenda, de 360 hectares, foi o pivô do crime. No último dia 8, um grupo armado expulsou os sem-terra da fazenda.

O advogado de Honório foi procurado pela reportagem, mas não ligou de volta até o fechamento desta edição. O sindicato não se pronunciou sobre a detenção de seu presidente, que está preso em Telêmaco Borba (PR).

"Conflito é inevitável", afirma arroteiro após deixar a prisão – Folha de São Paulo – Brasil – 02/04/2008

O presidente da Associação dos Arroteiros de Roraima, Paulo César Quartiero, foi solto anteontem pela Polícia Federal e disse que, com a determinação do governo federal de retirar os produtores rurais da terra indígena Raposa/Serra do Sol, "o conflito é inevitável". "Iremos resistir. O que está se plantando é um conflito. Está sendo fabricado um conflito e vai estourar, não tem como não estourar, inevitavelmente", afirmou, por telefone, após deixar o prédio da PF em Boa Vista.

Quartiero foi preso anteontem no interior da terra indígena por, segundo a PF, desacatar um delegado e tentar obstruir os trabalhos de policiais na área. Ele foi liberado na noite de anteontem, após pagar fiança de R\$ 500.

Desde a semana passada, agentes federais de outros Estados desembarcam em Boa Vista para dar início à retirada dos habitantes não-índios que ainda permanecem no interior da terra indígena.

Ontem, mais uma aeronave com agentes federais chegou ao Estado. Segundo a PF, em torno de 150 homens já estão em Roraima.

Em abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto que destinou o uso e a posse da terra (área de 1,7 milhão de hectares no nordeste do Estado) aos cerca de 15 mil índios que vivem no local.

Governo corta R\$ 265,1 milhões da Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2008

A Reforma Agrária parece de fato não estar na pauta do governo federal. Na semana passada, foi sancionado pelo presidente Lula o Orçamento da União de 2008, votado pelo Congresso Nacional no dia 12 de março.

É o que está pautado no orçamento que define a destinação de recursos do Estado para cada área social e econômica. Este ano, os programas que compõem o orçamento da Reforma Agrária perderam ao todo R\$ 265,1 milhões.

Em relatório apresentado pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) é possível observar que praticamente todos os programas sofreram diminuição nos recursos originalmente previstos. O corte mais profundo incidiu sobre o programa *Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres* que perdeu 34,58% dos recursos originalmente alocados, ou seja, R\$ 83,7 milhões. Seguido dos programas *Brasil Quilombola* (19,90%) e *Educação no Campo* (18,59%).

Como ressalta o relatório, pelo menos 60% das famílias assentadas são afro-descendentes ou cafuzos, analfabetos ou semi-analfabetos e, nesses núcleos familiares, mulheres, crianças e idosos são os que enfrentam maiores dificuldades.

Dentre as unidades orçamentárias, o Incra (Instituto de Nacional de Colonização e Reforma Agrária) recebeu o maior corte de recursos.

Sem Terra ocupam fazenda no Ceará – Sítio Eletrônico do MST – 02/04/2008

Na madrugada de hoje (2/4), 60 famílias do MST ocuparam a fazenda Mato Grosso, no município de Boa Viagem, no Ceará. A fazenda recebeu decreto de destinação à Reforma Agrária em outubro de 2007. As famílias estão acampadas na região há 4 anos.

Conforme informações de Marcelo Matos, um dos coordenadores do movimento no Ceará, "esta é a primeira ocupação das muitas que virão durante este ano e no mês de abril"

As famílias permanecerão no local até que o incra realize o processo de assentamento. Mesmo com o decreto, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) da região não agilizou o processo de assentamento das famílias. Somente no Ceará, são 22 acampamentos e mais de mil famílias acampadas. "O governo está sendo irresponsável. Desde o ano passado não cumpre a meta de assentamentos", aponta Matos.

O superintendente do INCRA-CE, Raimundo Amadel Freitas, está em Brasília e disse que está em uma reunião para "tentar amenizar a situação". Segundo ele, "a procuradoria do Incra encontra-se em greve e isto atrapalha as emissões de posse". O MST local promete realizar novas ocupações caso o governo do estado não agilize o processo do acampamento Mato Grosso.

Manifestantes fazem dois reféns em terra indígena de Roraima – Folha de São Paulo – Brasil – 03/04/2008

Moradores de Boa Vista são recrutados para impedir o trabalho da polícia e defender arroseiros e políticos na obstrução aos acessos à Raposa/ Serra do Sol

As manifestações de grupos contrários à retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol agravaram-se ontem na área, no nordeste de Roraima.

Dois homens foram feitos reféns e ficaram retidos por cerca de duas horas por pessoas contrárias à retirada de não-índios.

Os dois homens disseram a integrantes do grupo que estavam a serviço da CER (Companhia Energética de Roraima). Após a liberação, a CER disse que eles não são funcionários da empresa. Um dos manifestantes afirmou que eles seriam "espiões" da Polícia Federal. A PF nega. Várias manifestações foram feitas desde que começaram a chegar policiais que atuarão na retirada dos não-índios.

Duas pontes foram queimadas na reserva e outras duas estão bloqueadas. O presidente da Associação dos Arroseiros do Estado, Paulo César Quartiero, preso em uma manifestação, foi solto após pagar fiança.

Em 2005, o presidente Lula assinou decreto que deu a posse da terra aos cerca de 15 mil índios que vivem no local. O governo federal determinou a retirada dos não-índios da região.

Moradores da periferia de Boa Vista foram recrutados para defender arroteiros e políticos na obstrução aos acessos à reserva e impedir o trabalho da polícia. Os moradores citam o deputado federal Márcio Junqueira (DEM) e o deputado estadual Ivo Som (PTN) como os apoiadores do recrutamento. Relatam que camionetes passavam pelas ruas de Boa Vista transportando pessoas nas carrocerias. Um deles disse que a população apóia os arroteiros porque eles geram emprego.

Quartiero negou o pagamento a moradores, mas confirmou o recrutamento. A assessoria de Márcio Junqueira disse que ele não poderia comentar o assunto porque estava incomunicável. A reportagem não localizou Ivo Som. **(ANDREZZA TRAJANO, JOSÉ EDUARDO RONDON E KÁTIA BRASIL)**

Sem-terra invadem fazenda no Ceará – Folha de São Paulo – Brasil – 03/04/2008

Como marco do início do chamado "Abril Vermelho", cerca de 60 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram ontem uma fazenda já desapropriada, em Boa Viagem (CE). O Incra planeja assentar 16 famílias no local. O MST quer 60.

Roraima pede a Lula que PF saia de reserva – Andrezza Trajano – Folha de São Paulo – Brasil – 04/04/2008

Em carta ao presidente, governador e deputados apelam para que ação policial em área indígena Raposa/Serra do Sol seja suspensa - Arroteiros, que devem ser retirados do local, mantêm bloqueios em acessos fluvial e terrestres ao local para impedir entrada de agentes

O governador José de Anchieta Júnior (PSDB) e deputados estaduais assinaram ontem, na Assembléia Legislativa de Roraima, uma carta que pede ao presidente Lula a suspensão da Operação Upatakon 3 até que o STF (Supremo Tribunal Federal) se manifeste sobre a retirada dos arroteiros da terra indígena Raposa/Serra do Sol, no nordeste do Estado.

Ao mesmo tempo, lideranças dos arroteiros mantiveram os bloqueios para impedir a entrada de agentes federais na área. A operação da Polícia Federal teve início na semana passada e também pretende retirar outros não-indígenas que se negam a abandonar a área, homologada em 2005 pelo presidente e onde, de acordo com o decreto de criação, só pode permanecer a população indígena.

Bloqueios - As ações para impedir que a PF e outros agentes federais tenham acesso à terra indígena prosseguiram ontem na vila do Surumu. O rio Uraricoera recebeu rondas a cavalo dos manifestantes para impedir o acesso fluvial à região. A única balsa que faz o transporte para o local foi retida. As pistas de pouso de aeronaves foram bloqueadas.

No final de semana, os manifestantes queimaram pontes que servem de ligação terrestre à área indígena. Um grupo de 40 índios macuxis se uniu aos manifestantes. Eles esperam a chegada de outros 300 macuxis da comunidade do Flechal, também localizada dentro da reserva e que também apóiam os arroteiros. O líder da Associação dos Arroteiros de Roraima, Paulo César Quartiero, disse que uma decisão do STF sobre o caso é a única alternativa para a solução pacífica do conflito.

Quartiero afirma que haverá conflito caso a Polícia Federal decida agir para retirar os arroteiros da Raposa/Serra do Sol.

Protesto - De acordo com a Polícia Militar do Estado, mais de 300 pessoas estiveram presentes em manifestação em Boa Vista contrária à retirada dos não-índios da reserva. O protesto aconteceu ao mesmo tempo em que era assinada a carta para Lula.

De acordo com a assessoria de imprensa do governo de Roraima, Anchieta Júnior viajou ontem a Brasília com o objetivo de entregar a carta para o ministro Tarso Genro (Justiça). Seis carretas foram colocadas em frente ao prédio da Assembléia Legislativa e atrapalharam o trânsito na capital.

O Bope (Batalhão de Operações Policiais Especiais) da Polícia Militar foi chamado, mas ninguém foi preso. A assessoria da Polícia Federal em Brasília afirma que atualmente a ação dos policiais na região se restringe ao "convencimento" dos moradores que devem ser sair.

No máximo em 30 dias, de acordo com a assessoria, cerca de 500 funcionários federais deverão chegar à Raposa/Serra do Sol para participar da Upatakon 3. **Colaboraram JOÃO CARLOS MAGALHÃES e PABLO SOLANO, da Agência Folha*

Homens atacam dois sem-terra a paulada – Folha de São Paulo – Brasil – 05/04/2008

Dois sem-terra ficaram feridos na madrugada de ontem, depois que homens armados atacaram um acampamento do MST em Cascavel (PR). A Polícia Civil investiga o caso. Ainda não há suspeitos.

Segundo líderes do MST, quatro outros sem-terra estavam desaparecidos. As vítimas dormiam quando foram agredidas a socos, pontapés e pauladas.

Ofícios avisaram sobre ameaça a sem-terra – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 07/04/2008

Documentos revelam que órgãos de segurança foram alertados um mês antes da morte de líder do MST

Documentos obtidos pela Folha revelam que, um mês antes do assassinato do líder sem-terra Eli Dallemole, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná, o comando da Polícia Militar e a delegacia de Ortigueira (PR) foram formalmente alertados pela Ouvidoria Agrária Nacional sobre ameaças contra o dirigente do MST.

Integrante da coordenação estadual do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), Dallemole foi assassinado a tiros por dois homens encapuzados na noite de 30 de março, na casa dele.

Em ofícios "urgentes" encaminhados em 25 de fevereiro, a ouvidoria citou o sem-terra assassinado. O documento foi endereçado ao secretário Luiz Fernando Delazari, ao comandante-geral da PM, coronel Nemésio de França Filho, e à delegacia de Ortigueira.

No documento, a ouvidoria solicitou às autoridades que tomassem "as medidas necessárias para garantir a segurança pública na área da fazenda Copramil [invadida pelo MST] bem como a incolumidade física das famílias de trabalhadores rurais sem-terra".

A ouvidoria relata que, segundo denúncia, "empregados fortemente armados (...) afirmaram que vão matar os trabalhadores conhecidos por Eli Dallemole, Vanderléia de Oliveira e Sebastião Machado".

Procurada pela reportagem por meio de sua assessoria, a Secretaria da Segurança Pública não se manifestou. A PM, por meio de sua assessoria, informou que o ofício foi repassado ao comando policial da região de Ortigueira para que "fizessem rondas preventivas". "Tínhamos uma operação [para cumprir mandados de prisão preventiva] planejada para segunda-feira [dia 31] e ele foi morto no domingo [dia 30]", disse Clóvis Papa, delegado de Ortigueira. **(EDUARDO SCOLESE)**

Operação resgata 42 pessoas em condições degradantes de trabalho – Folha de São Paulo – Brasil – 07/04/2008

O resgate foi feito na última sexta pelo grupo móvel do Ministério do Trabalho em Paragominas. Os fiscais encontraram os homens vivendo em péssimas condições. A Polícia Rodoviária Federal informou que os trabalhadores bebiam água não-potável de um igarapé que era usado como banheiro. A reportagem não conseguiu localizar o empregador.

Aracruz volta a ter área invadida por sem-terra na Bahia –Matheus Pichonelli – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008

Fazenda em Teixeira de Freitas é invadida por cerca de 700 famílias do MST, o maior ato do "Abril Vermelho" no Estado - Empresa, que fará hoje um pronunciamento, mandou uma equipe para monitorar a situação; Estado diz que dá prioridade à questão agrária

Cerca de 700 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram uma fazenda da Aracruz Celulose em Teixeira de Freitas (836 km de Salvador), extremo sul da Bahia. A área, segundo as lideranças invasoras, tem aproximadamente 2.000 hectares e é improdutivo.

Iniciada no sábado, esta foi a 15ª invasão promovida pelo MST no Estado desde o início do ano, de acordo com o líder sem-terra Evanildo Oronildo Costa, coordenador das ações na fazenda da Aracruz.

Foi a maior invasão promovida no Estado desde o início do chamado "Abril Vermelho" -período em que os sem-terra intensificam os protestos para lembrar a morte de 19 pessoas em confronto com a Polícia Militar do Pará, em 1996, em Eldorado do Carajás. Outras ações já haviam sido realizadas, como uma invasão em Prado (870 km de Salvador), na sexta-feira, que contou com 150 famílias.

A Aracruz informou ontem que uma equipe foi até o local para acompanhar a situação e que um pronunciamento deverá ser feito somente hoje.

Não é a primeira vez que a empresa é alvo de invasão. Em março de 2006, 2.000 militantes da Via Campesina e do MST invadiram o horto florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro (RS), e destruíram 1 milhão de mudas de eucalipto.

Costa, do MST, disse que os manifestantes não têm intenção de sair da fazenda e disse esperar a criação de um assentamento na área. Segundo Costa, nenhum assentamento é criado no Estado desde 2007.

O secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia, Geraldo Simões, reconheceu dificuldades para assentar famílias em razão da valorização do hectare no local, mas disse que a questão agrária é "prioridade" do governo.

"Temos um acordo entre o governo do Estado e os sem-terra para investir R\$ 100 milhões em recursos do governo federal e da Bahia na construção de casas, estradas, dar assistência técnica, sementes e contratação de pessoal." Segundo ele, o Estado dobrou o número de profissionais para vistoriar as áreas improdutivoas.

Posto da PF é alvo de protesto em Roraima – Katia Brasil e Andrezza Trajano – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008

Manifestantes que resistem à retirada de não-índios de reserva ameaçam explodir carro-bomba e fecham acesso à Venezuela - Homem que tentou detonar o carro-bomba foi preso; agentes da PF começaram a chegar ao Estado na semana retrasada para a operação

Em novo protesto contra a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (nordeste de Roraima), manifestantes atacaram ontem posto da Polícia Federal no município de Pacaraima (214 km de Boa Vista) -com coquetéis molotov e ameaça de uso de um carro-bomba- e fecharam a avenida de acesso à cidade venezuelana de Santa Elena do Uairen.

Agentes da PF começaram a chegar ao Estado na semana retrasada para a operação de retirada da população não-índia que ainda vive na área. Arrozeiros, comerciantes e parte dos índios são contrários à retirada.

Um homem identificado como indígena foi preso ontem ao tentar detonar um carro em frente ao posto da Polícia Federal com artefatos explosivos.

A 50 metros do posto da PF, 120 manifestantes fecharam a avenida Brasil, que dá acesso ao lado venezuelano da fronteira, ateando fogo em pneus e troncos de madeira. Um posto da Receita também foi invadido.

O protesto em Pacaraima provocou fechamento de escolas, do comércio e de órgãos públicos. Habitantes da cidade disseram que os manifestantes pediam, com carro de som, que os comerciantes fechassem suas portas. Adolescentes e crianças participaram do protesto, com os rostos pintados de verde de amarelo. Brasileiros e venezuelanos não conseguiram atravessar a fronteira com seus veículos. Policiais militares e soldados do Exército só observaram o movimento.

Dentro do carro que seria explodido, peritos da PF encontraram dinamites e 36 coquetéis molotov. "Era o suficiente para explodir o carro e fazer um estrago no posto da PF", disse o delegado Leonardo Tavares.

"Classifico como um atentado terrorista contra o posto da PF", completou o delegado, que partiu de Boa Vista com cerca de 15 agentes para dar reforço ao posto de fronteira.

A tentativa de explosão do carro, um monza sem placa, aconteceu por volta das 13h30. No vidro do carro havia a frase "Nosso prefeito está de volta", em referência ao ex-prefeito Paulo Cesar Quartiero, que é líder dos arrozeiros e que teve o mandato cassado, mas ganhou recurso na Justiça Eleitoral.

Um funcionário da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) testemunhou a tentativa de explosão do carro.

"O indígena parou o carro na frente da PF e depois saiu correndo", disse Maycon da Silva.

No sábado, reportagem da **Folha** mostrou que um grupo contrário à operação da PF detinha artefatos explosivos com os quais prometia resistir à ação. A PF investiga se há relação do protesto com esse grupo.

Ontem, ao fechar a fronteira, os manifestantes tiveram apoio de pequena parte da população. O casal Téia Mota e Airton Vieira se apresentava como líderes do movimento. "A PF esta fazendo um grande mal à nossa população", disse Téia Mota.

Governador vai ao Supremo para deter a polícia – Jose Eduardo Rondon – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008

O governo de Roraima ingressou ontem com uma ação cautelar no STF (Supremo Tribunal Federal), com pedido de liminar, solicitando a suspensão da operação da Polícia Federal para a retirada dos habitantes não-índios do interior da terra indígena Raposa/Serra do Sol.

O procurador-geral do Estado, Luciano Queiroz, requisita que os não-índios sejam mantidos na área enquanto não houver uma decisão acerca de ações que tramitam no Supremo contra a homologação da terra.

O governador de Roraima, José de Anchieta Júnior (PSDB), disse ontem que vai "até as últimas conseqüências" para evitar que haja um confronto no interior da terra indígena -o que, segundo ele, acontecerá se houver a retirada dos não-índios.

No entendimento do tucano, o STF, caso conceda a liminar, "estaria evitando o conflito armado, o clima de tensão e os prejuízos que têm sido causados a Roraima desde que homens da Força Nacional de Segurança e Polícia Federal chegaram ao Estado para começar a organizar a retirada".

A determinação do governador de recorrer ao Supremo ocorre após o início, na semana retrasada, do desembarque de policiais federais em Boa Vista para começar a operação de retirada da população não-índia da área de cerca de 1,7 milhão de hectares, no nordeste do Estado, .

Upatakon 3 - Na sexta-feira chegaram ao Estado homens da Força Nacional de Segurança que devem auxiliar na operação. A PF não divulga a data em que dará início à efetiva retirada dos não-índios, batizada de Operação Upatakon 3.

O envio de homens da PF e da Força Nacional tem por finalidade cumprir em sua totalidade o decreto assinado pelo presidente Lula, em 2005, que homologou como terra indígena contínua a Raposa/Serra do Sol.

Com a homologação, foi determinada pelo governo federal a retirada dos habitantes não-índios da terra indígena. Parte deles já deixou a área, mas um grupo de não-índios - entre eles arroteiros- permanece no local.

Roraima já registrou desde a chegada dos policiais federais uma série de protestos no Estado. No interior da terra indígena, pontes foram incendiadas por manifestantes. Acessos à reserva por via fluvial ou terrestre também foram bloqueados.

Donos de terra impedem que benefício chegue a invasores – Karin Nlikstad – Folha de São Paulo – Brasil – 08/04/2008

A disputa entre posseiros e proprietários de terras está ameaçando o andamento das obras do programa federal Luz Para Todos no Piauí. Ao menos dois fazendeiros impedem a execução de obras que levariam energia elétrica a 110 famílias.

Dono de 300 hectares na região rural de Teresina, Sebastião Rodrigues diz que não permitirá que a energia chegue às 75 famílias que vivem em sua propriedade. A comunidade foi escolhida para ser beneficiada pelo programa há três anos.

Funcionários da empresa licitada para fazer as obras foram impedidos de trabalhar quando faziam um levantamento topográfico da área, segundo o coordenador do programa no Estado, Júlio Rodrigues.

"Eu não permito que instale energia. Jamais. Eu só autorizo quando o Inca me pagar", disse Sebastião Rodrigues à **Folha**, por telefone.

Para negociar uma saída, foi marcada uma reunião entre o proprietário, o Inca, o coordenador do programa e a comunidade. Apesar de ser uma área de invasão, o programa entende que o acesso à energia elétrica é um direito do cidadão e deve ser isolado da questão do conflito de terras, afirma o coordenador do programa no Piauí.

Enquanto isso, as 75 famílias continuam à luz de lamparinas. A água para o consumo e o cultivo da comunidade é escassa -sua falta poderia ser resolvida se houvesse energia para bombear água de um poço, diz Maria Julia de Jesus, 45, lavradora da invasão.

Sem Terra ocupam área da Aracruz na Bahia – Sítio Eletrônico do MST – 08/04/2008

Aproximadamente 550 famílias do MST ocuparam no sábado (05/04), a Fazenda Bela Manhã, do grupo Aracruz Celulose, em Teixeira de Freitas, na Bahia. Estas famílias, que estavam acampadas em terreno da Ceplac, estão na luta pela terra desde o mês de abril do ano passado, quando ocuparam uma área ligada à Suzano Papel e Celulose. Na ocasião, foi costurado um acordo com o Incra e o Governo do Estado, em que este se comprometeu com a aquisição de terras para o assentamento de 1.000 famílias. "O Governo está sendo extremamente vagaroso, sem tomar iniciativas para agilizar a desapropriação de terras e insistindo em tratar a reforma agrária como caso de polícia" denuncia Evanildo Costa, da direção estadual do MST-BA.

A área reivindicada, de 2,4 mil hectares de terra, é considerada improdutiva e suspeita de grilagem. "Apenas 200 hectares são de propriedade da Aracruz, o restante são terras devolutas do Governo do Estado. Esta terra deve ser desapropriada pra assentar famílias da região, que vêm sendo sistematicamente excluídas pelo modelo de monocultura pra exportação implementado pelo agronegócio", afirma Evanildo. A Aracruz Celulose é uma das cinco empresas responsáveis pela monocultura do eucalipto, ou "deserto verde", no extremo sul da Bahia. Em parceria com a sueco-finlandesa Stora Enzo, controla ainda a Veracel, que foi ocupada em 2004 pelo MST, em uma grande ação que questionava ainda o conceito de produtividades e o modelo de desenvolvimento imposto à região.

"De 1970 a 1985, a Bahia perdeu 70% de suas matas nativas com a chegada das empresas de papel e celulose. O extremo sul tem apenas 4% da Mata Atlântica original, em áreas de reserva, e estima-se que mais da metade das terras agricultáveis estejam nas mãos das empresas. O modelo de desenvolvimento imposto pelos Governos para esta região tem destruído sistemas inteiros de vida vegetal e animal. A expulsão dos trabalhadores rurais, quilombolas, pequenos agricultores e índios do campo gerou um crescimento significativo das favelas, desagregação de grupos e famílias, violência e miséria" explica Ivonete Gonçalves, coordenadora do Cepedes (Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia).

A ocupação em Teixeira de Freitas integra uma série de ações desenvolvidas pelo movimento desde o mês passado, quando cerca de três mil trabalhadores rurais sem terra do MST e da CETA (Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas) ocuparam o Incra e a Secretaria Estadual de Agricultura.. A Bahia é o estado brasileiro com maior quantidade de famílias acampadas (25 mil famílias em 230 acampamentos). Em 2007, aconteceram 93 ocupações, envolvendo cerca de 18 mil famílias. Este ano já aconteceram 15 ocupações de terra no estado, e deve acontecer uma série especial de ações neste mês de abril.

O BRASIL está assistindo a uma onda de invasões dos movimentos ditos sociais, que já não se sentem amarrados pela velha bandeira do latifúndio improdutivo. Devemos atentar para um ponto central da estratégia do MST, consistente em sua preocupação de ocupar os meios de comunicação em geral.

As invasões só são eficazes se contam com o apoio da opinião pública, em que repercutam e que termine por incentivá-las. Sem esse apoio, elas apareceriam como meros atos criminosos, de ruptura com o Estado de Direito e de violação arbitrária do direito de propriedade.

Assim, reveste-se de particular importância artigo de Plínio de Arruda Sampaio publicado nesta Folha ("A luta pelo direito", "Tendências/Debates", 28/3), defendendo uma ampliação dos movimentos sociais para as cidades. Terra converte-se em imóvel, como se fosse um direito que prescindisse do trabalho e do esforço.

Um artigo desse tipo não é um ato isolado. Ele responde a uma estratégia que funcionaria por etapas: a formação preliminar da opinião pública e a ação de organizações, como o MST, que se preparam para invasões.

Sob essa ótica, ganha particular relevância a entrevista de Gilmar Mauro, da Coordenação Nacional do MST, ao próprio movimento. Lá é dito que um dos objetivos dessa organização política reside na aliança entre os ditos movimentos do campo e os da cidade, prenúncio, na verdade, de uma crise da democracia brasileira.

Mudança do país, para o MST, significa instaurar uma sociedade socialista autoritária, relativizando, senão banindo, o direito de propriedade, a economia de mercado e o Estado de Direito. Trata-se de aliança com os desempregados urbanos, que seriam usados como massa de manobra para a invasão de prédios urbanos desocupados, repetindo na cidade o esquema já utilizado no campo brasileiro.

Plínio de Arruda Sampaio tem se destacado por defender a "causa" do MST. Pode-se dizer que é um teórico do movimento emessetista, que apregoa uma utilização dos mecanismos da democracia representativa para subverter essa mesma democracia. Trata-se da supressão da democracia por meios democráticos, tanto mais indolor que menos sentida.

O seu artigo, nesse sentido, se caracteriza por uma relativização do direito de propriedade urbano, que, no seu entender, deveria ser totalmente banalizado em proveito dos "sem-teto", dos "desempregados". Ele procura oferecer subsídios jurídicos para esses atos ditos de "ocupação", que se tornariam, assim, legais.

Seguindo uma ótica marxista, o autor responsabiliza o setor imobiliário por todos os problemas de moradia no país e, em particular, em São Paulo. A causa principal de

ausência de moradias seria a "especulação imobiliária", e não, por exemplo, os altos juros até recentemente pagos pelas construtoras, a falta de uma política de regularização fundiária nas favelas, a burocracia e a insegurança jurídica de quem investe.

Ou seja, não seria o Estado que teria essa responsabilidade, como se os altos impostos pagos não tivessem nenhuma serventia social. Não, os responsáveis seriam os proprietários de imóveis e o "capital imobiliário".

A cena está armada. O Estado é desresponsabilizado, os proprietários e empresas, responsabilizados, e está preparado o caminho para o MST (no caso, MUST) iniciar o que passa a ser chamado de "ocupação de terrenos públicos e privados", e não "invasão".

O vocabulário é aqui importante, pois o autor visa a tornar essa violação da propriedade privada em algo legal, como se esta fosse um bem sem dono, que deveria apenas ser "ocupado". Por sua vez, o termo "invasão" sinalizaria que se trata de um crime, de uma ação ilegal, que deveria ser contida e inviabilizada. Seu objetivo consiste em criar uma "opinião pública" que "iniba a repressão".

A pedagogia revolucionária orienta tal tipo de atitude. É dito que a massa organizada por "grupos políticos sérios" -leia-se MST e organizações afins- passe a agir graças à conscientização da qual ela é objeto. Logo, as ações são anunciadas como de "ocupação de terrenos vazios", de modo que ocorreria um movimento de instabilização urbana similar ao que já ocorre no campo, com o fortalecimento de organizações de caráter revolucionário, que se aproveitam dos sentimentos morais da população brasileira para legalizar a sua atuação baseada na violência.

Só ingênuos ou pessoas de má-fé acreditam que as "invasões" (ditas "ocupações") são pacíficas. O que está se preparando é um tipo de ação urbana do MST que precisa, no entanto, legitimar-se primeiro com a opinião pública. É a função mesma do artigo.

**DENIS LERRER ROSENFELD, 57, doutor pela Universidade de Paris 1, é professor titular de filosofia da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e editor da revista "Filosofia Política". É autor de "Reflexões sobre o Direito à Propriedade", entre outros livros.*

MST desafia a Justiça e volta a ameaçar Vale – O Globo – O País – 09/04/2008

O MST ameaça descumprir ordem judicial e invadir novamente a ferrovia de Carajás, da Vale, no Pará. Moradores da região estão atemorizados, com a cidade cercada por mais de mil militantes do MST, a quem acusam de terrorismo. **Página 9**

MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 09/04/2008

BELÉM. Parauapebas, no Sudeste do Pará, um dos municípios mais ricos do estado graças aos royalties que recebe da mineradora Vale pela exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, viveu ontem um dia de cão, cercada por mais de mil militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ameaçam paralisar a qualquer momento a ferrovia de Carajás no município. O bloqueio desrespeita liminar do Tribunal de Justiça do Rio, que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a empresa e de interromper suas atividades em todo o país, sob pena de multa de R\$ 5 mil por ato violento ou interrupção.

Ontem, advogados de Stédile entraram com recurso contra a liminar obtida pela mineradora, contestando a competência da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio para julgar a ação, já que Stédile tem endereço fixo em São Paulo, onde alegam que a ação deveria ter sido proposta.

Governadora manda tropa para reforçar Polícia Militar O clima tenso na região fez com que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), reforçasse o contingente da Polícia Militar em Parauapebas, enviando tropas de Marabá.

— O que percebo neste momento é que o medo está instaurado dentro da cidade. Há pais que estão retirando os filhos daqui — contou a vereadora Creusa Vicente (PMDB).

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas, José Rinaldo Carvalho, também demonstrou preocupação.

— Quando a gente diz “eu estou com medo” é porque o cidadão está tremendo de medo. Então é sério, é um terrorismo constante. Nós temos um contingente policial muito pequeno, que não atende às necessidades nem deste município nem desta região — disse Carvalho.

Invasão ameaça estado de direito, diz a Vale Mineradora lembra liminar da Justiça e se queixa de que avisou autoridades, sem resposta BELÉM. A Vale divulgou nota oficial ontem afirmando que “a invasão anunciada e iminente à Estrada de Ferro Carajás pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros grupos é um desrespeito ao estado de direito e uma ameaça à segurança pública que afeta não apenas todo o setor produtivo do Pará, mas toda a população do estado”.

Na nota, a mineradora lembra que a Justiça concedeu um interdito proibitório e uma medida liminar que visam a proteger as instalações da Vale. A empresa alerta também que enviou quatro comunicados às autoridades com responsabilidade sobre o assunto, informando que está ameaçada de prática de crime fartamente anunciada nos meios de comunicação e em reuniões públicas promovidas pelo MST.

“Porém, até o momento, a Vale não recebeu qualquer resposta formal das autoridades federais e estaduais”.

O MST deflagrou esta semana um “Abril vermelho”, anunciando novas invasões de terra no Pará para lembrar o 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 19 trabalhadores sem-terra foram mortos em confronto com a PM.

Além de Parauapebas, o MST ameaça promover atos em Marabá, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás. Segundo o movimento, o objetivo é cobrar do governo celeridade nos assentamentos da reforma agrária, mais verbas para o Programa de Agricultura Familiar e a reestatização da Vale, a segunda maior do mundo, que tem no Projeto Carajás, em Parauapebas, a maior jazida de ferro do planeta.

Além de ato público na Curva do S, na Rodovia PA-150, palco do massacre de Eldorado, marcado para o dia 17 de abril, líderes do MST anunciaram a invasão de fazendas produtivas, o fechamento de rodovias federais e estaduais e o bloqueio da ferrovia de Carajás, por onde a Vale escoia o minério com destino ao mercado internacional. A ferrovia foi bloqueada pelo MST em outubro passado, causando um prejuízo de R\$ 50 milhões.

**AGRICULTORES FAMILIARES GAÚCHOS DEFINEM REIVINDICAÇÕES
PARA IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS** - Luciane Bosenbecker - Imprensa
Fetrafsul - 10 de abril de 2008

Os agricultores familiares acertaram nesta quinta-feira (10.04) em Passo Fundo, a pauta de reivindicação gaúcha do setor num encontro promovido pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetrafsul). Uma das definições é que os agricultores familiares estarão mobilizados, nas principais cidades dos três estados do Sul, nos dias sete e oito de maio, na IV Jornada Nacional de Lutas buscando a melhoria no acesso às políticas públicas.

A pauta gaúcha exige investimentos no abastecimento de água e irrigação para a agricultura familiar e maior qualidade na energia elétrica que vai para o interior. Hoje muito agricultores possuem equipamentos que não podem ser utilizados por causa da péssima qualidade da energia.

Também será exigido uma contra-partida por parte do Governo do Estado em relação aos programas de habitação rural desenvolvidos no Rio Grande do Sul. Outra questão importante que faz parte da pauta é a adesão do Estado ao Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária) é um sistema que permite a comercialização de produtos de origem animal e vegetal em todo o país, desde que os municípios e estados se credenciem ao novo processo de inspeção.

A direção da Fetraf-Sul também definiu seis pontos principais de reivindicação que será entregue ao governo federal. Uma das lutas é a implementação do Pronaf Sistêmico que é o novo programa do Governo Federal que visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado. Outra importante luta será a ampliação do acesso a habitação rural e a criação de um Programa de Habitação Rural nacional e permanente. Os agricultores familiares também querem a manutenção dos atuais direitos na previdência social, a implantação da Universidade Federal da Mesorregião, o controle dos preços dos insumos por parte do governo federal a consolidação e ampliação da Assistência Técnica e Pesquisa para o setor.

Sem-terra mantêm acampamento perto de Carajás – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 10/04/2008

Policiais estão de prontidão para tentar evitar conflitos **Ronaldo Brasiliense**

BELÉM. Cerca de 1.200 trabalhadores sem terra continuavam acampados ontem a 100 metros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em Parauapebas, no sudeste paraense. A ferrovia pode ser bloqueada a qualquer momento.

Uma tropa da Polícia Militar foi enviada para a região. Os manifestantes já começaram a construção de barracos e a organização de um protesto.

Os sem-terra ameaçam com uma paralisação geral da estrada e da EFC dia 17, quando a morte de 19 trabalhadores em Eldorado de Carajás completa 12 anos.

Uma tropa de 180 homens do Comando de Missões Especiais da PM, 52 policiais civis e o Corpo de Bombeiros foram enviados para o município de Marabá e de Parauapebas.

— Vamos ficar de prontidão caso haja algum problema ou conflito. Metade da equipe ficará em Marabá e a outra, em Parauapebas — disse o tenente Ramon Quemel, da PM.

Justiça proíbe interdição da ferrovia pelos sem-terra A Vara Federal de Marabá concedeu liminar favorável à Vale, que proíbe a interdição da ferrovia pelos sem-terra.

Segundo o documento, os réus devem “abster-se da prática de atos que possam dificultar ou impedir o funcionamento normal da Estrada de Ferro Carajás”. Em sua decisão, o juiz federal Carlos Henrique Haddad autoriza a apreensão de todos os bens móveis encontrados no local.

Em caso de descumprimento da decisão, os ocupantes deverão pagar multa individual de R\$ 3 mil.

MST bloqueia rodovia no Rio de Janeiro – Sítio Eletrônico do MST – 10/04/2008

Cerca de 150 integrantes do MST, assentados na Fazenda São José, na Rodovia RJ-204, interditaram ontem, por uma hora, o trânsito na BR-356 (Campos-Itaperuna), na altura da entrada da localidade de São Joaquim, em Cardoso Moreira. O movimento cobra da Justiça Federal o cumprimento de uma decisão tomada em dezembro de 2007, que determina a retirada do gado deixado no Assentamento Chico Mendes, segundo o membro da coordenação do MST, Léo Haua.

As polícias Militar e Rodoviária Federal foram acionadas para conter a manifestação. Patrulheiros da PRF mantiveram a ordem no trânsito, liberado após uma hora.

Segundo Léo, a decisão da Justiça não está sendo cumprida pelo proprietário da fazenda e as 736 cabeças de gado estão impedindo que o Instituto de Colonização de Reforma Agrária (Incra) avance na organização do assentamento. “As 35 famílias assentadas também estão sendo impedidas de produzirem na terra”, denunciou.

De acordo com o integrante do MST, a mobilização foi para tentar garantir que o gado, já retirado da Fazenda São José pelos próprios Sem Terra, não retorne mais. “Acredito que tanto o Incra quanto o Poder Judiciário estão sendo coniventes com o Ex-Proprietário”, disse.

Ocupação da fazenda - Léo, integrante do MST, denuncia que decisão judicial não é respeitada. Ele conta que a ocupação na Fazenda São José aconteceu há um ano e que o decreto de desapropriação da terra foi assinado em outubro do ano anterior e a decisão judicial da retirada do gado tomada dois meses depois. "E até agora o proprietário vem se negando a retirar o gado e não cumpre uma ordem judicial e a Justiça não resolve a situação", relatou. O representante disse ainda que a ocupação na terra teve êxito porque é considerada improdutiva. "Como o Governo Federal não tem vontade política de fazer a Reforma Agrária, os integrantes dos Sem Terra ocupam terras abandonadas para chamar a atenção do Incra para que o instituto cumpra o que está previsto na lei", finalizou Léo.

Assentamentos terão 'crédito ambiental' - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 10/04/2008

Depois de impor um "arrocho ambiental" nas atividades de grandes e médios produtores na Amazônia por meio de restrições fundiárias, de crédito e até penais, o governo prepara medidas para frear o desmatamento ilegal da floresta em assentamentos de reforma agrária. Considerados um dos principais vetores da derrubada da Amazônia, os assentamentos rurais terão um programa de "crédito ambiental" para financiar a conservação da floresta em pé e a recuperação de áreas degradadas na região.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda não decidiu o tamanho da linha nem os limites de crédito e as eventuais culturas beneficiadas. "Vamos dar crédito para manter a floresta em pé", disse ontem o diretor do Incra, Raimundo Lima, em audiência pública que reuniu deputados de cinco comissões temáticas da Câmara.

Na mesma reunião, dominada por críticas de parlamentares ruralistas contra ONGs ambientalistas, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que negocia a criação de uma nova linha de financiamento do BNDES para projetos de desenvolvimento sustentável, além de um fundo de captação de recursos no exterior para alavancar ações de preservação da Amazônia. "Precisamos assumir uma nova agenda de financiamento e desenvolvimento de novas tecnologias", disse a ministra Marina Silva.

Além de defender-se das críticas de produtores rurais contra o "arrocho ambiental", a movimentação do governo está relacionada ao "preocupante avanço" do desmatamento na Amazônia detectado a partir de agosto de 2007. Na audiência, o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Gilberto Câmara Neto, informou ter registrado 552 pontos de "alerta de desmatamento" na Amazônia no primeiro bimestre de 2008. Os dados, segundo ele, correspondem a 71% de todos os alertas gerados em todo o ano de 2007. Câmara disse que 36 dos 40 pontos checados em campo pelos pesquisadores do Inpe em fevereiro tinham aspectos de "corte raso" e outros quatro sinalizavam um "início de degradação". "É uma situação grave", disse ele.

O diretor do Inpe informou a identificação de 346 pontos de alerta na região entre novembro de 2006 e maio de 2007 - medida que recuou para 421 pontos em novembro e dezembro de 2007. "Tem havido uma redução no desmatamento, mas a curva começou a inverter-se nos últimos seis meses com um avanço de 10% no total", disse o secretário-executivo do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco. Ele disse que o governo tem adotado várias ações para combater a tendência. O desmatamento, informou, recuou nos últimos

anos. Dos 27 mil km² devastados em 2004, a derrubada recuou a 18 mil km² em 2005 e para 14 mil km² em 2006. No ano passado, foram desmatados 11,2 mil km².

Bastante concorrida, a audiência pública teve discussões acaloradas e registrou uma sutil divergência entre os ministros Marina Silva (Meio Ambiente) e Reinhold Stephanes (Agricultura). Ao reafirmar que "não é preciso derrubar mais florestas para ampliar a produção agrícola", Stephanes criticou a "distorção" de adotar o conceito de Amazônia Legal e, por tabela, uma recente portaria de Marina. "A ministra incluiu 15 milhões de hectares no bioma Amazônia, por portaria, de municípios no Cerrado", disse. "Isso, para a Agricultura, tem um entendimento diferente." Em resposta, Marina Silva rejeitou a crítica: "Se levaram os prejuízos com esse conceito (Amazônia Legal), também temos que usar esse conceito para barrar o desmatamento e as práticas ilegais", afirmou. "A ministra do Meio Ambiente não é contra usinas ou agricultura, mas que os outros ministros também não sejam contra a proteção ambiental."

Agnelli chama sem-terra de bandidos – O Globo – Capa – 11/04/2008

O presidente da Vale, Roger Agnelli, chamou de "bandidos que não respeitam a lei" os integrantes do MST que querem invadir ferrovia. Ele disse que a Vale não tem nada a ver com a reforma agrária. **Página 9**

Presidente da Vale chama invasores de bandidos – O Globo – O País – 11/04/2008

Roger Agnelli diz que MST não respeita a lei e a democracia e que movimento deveria bater na porta do governo RIO e BELÉM. O presidente da Vale, Roger Agnelli, chamou ontem de bandidos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ameaçam invadir a Estrada de Ferro de Carajás, da Vale, no Pará. Em entrevista ao "Jornal Nacional", ele criticou o fato de o movimento usar a empresa como alvo de protestos.

— Estão batendo na porta errada.

Eles deviam bater na porta da Caixa Econômica Federal, ou bater na porta dos governos estadual ou federal, e não na porta da Vale. A Vale não tem nada com isso. Nós temos alguma coisa a ver com reforma agrária? Não. — disse Agnelli.

Para ele, as ameaças do MST de invadir propriedades da Vale são criminosas: — (Um ato) Totalmente criminoso feito por bandidos, que não respeitam a lei e não respeitam a democracia. Fazem um discurso dizendo que respeitam e querem a democracia, mas não respeitam a democracia.

Diante do iminente bloqueio da ferrovia de Carajás, em Parauapebas, sudeste do estado, por cerca de 1.500 militantes do MST, o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo, anunciou ontem o envio de uma força de 600 policiais, civis e militares, para a região. As ações policiais atingirão os municípios de Parauapebas, Marabá, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás.

A determinação é coibir atos criminosos e manter a ordem social nas regiões sul e sudeste do estado.

Nesses locais, o MST promete promover ações para marcar a passagem do 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar.

Além de policiais, o governo do Pará enviou para Marabá e Parauapebas servidores do Corpo de Bombeiros, do Detran e do Centro de Perícias Científicas.

— Diante das manifestações já previstas para o mês de abril, estamos enviando efetivo policial à região para manter a paz e tranquilidade tanto da população quanto dos próprios participantes — disse Araújo.

Os policiais foram orientados a tentar um canal de diálogo com os manifestantes a pedido da própria comunidade local.

— Estamos chamando os líderes para uma conversa. Nossa meta é estabelecer a ordem e garantir que as manifestações aconteçam de forma pacífica — afirmou delegado Justiniano Alves Junior.

Em Parauapebas, cerca de 1.500 manifestantes do MST continuam acampados numa área próxima da ferrovia aguardando determinação das lideranças.

Especula-se que a ferrovia deva ser ocupada apenas no fim de semana e em vários pontos distintos, para dificultar as ações de desbloqueio.

Sem Terra ocupam área da Ambev no interior de São Paulo – Sítio Eletrônico do MST – 12/04/2008

Cerca de 600 famílias ocuparam a fazenda Águas do Pilintra, no município de Agudos, região de Bauru (a 325 quilômetros da capital), na manhã deste sábado (12/4), para denunciar a lentidão da Reforma Agrária, exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas em todo o país e investimentos públicos nos assentamentos, como crédito para produção agrícola e habitação rural.

A área utilizada pela Ambev (Companhia de Bebidas das Américas) para o plantio de eucalipto e cana-de-açúcar está no centro de uma região com 10 mil hectares de terras reconhecidas oficialmente como devolutas. A fazenda fica na Rodovia Marechal Rondon, na altura do km 318.

Além disso, 15 mil hectares de terras são improdutivos no município. As famílias reivindicam que as áreas se transformem em assentamentos. Atualmente, 1600 famílias estão acampadas no estado.

O protesto é realizado também em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de Abril. Depois de 12 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

Em homenagem aos mártires de Carajás, a Via Campesina Internacional decretou em todo o mundo o 17 de abril como Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, por iniciativa da então senadora Marina Silva (PT), o Congresso Nacional aprovou e o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou um decreto que determina que a data seja o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Sem Terra ocupam fazenda de 4 mil hectares do governo em Roraima – Sítio Eletrônico do MST – 12/04/2008

Quinhentos trabalhadores rurais do MST ocuparam na manhã de sexta-feira um fazenda de 4.000 mil hectares na região do Bom Entento, localizada a 28 quilômetros de Boa Vista, na vicinal de mesmo nome, com acesso pela BR 174, sentido Norte. A fazenda pertence ao governo federal.

Os trabalhadores já montaram barracas e pretendem ficar até que as reivindicações por melhores estruturas nas vicinais sejam atendidas pelos governos. “Vamos ficar por tempo indeterminado. Pelo menos até conseguirmos infra-estrutura em outros assentamentos”, afirmou o integrante da coordenação do MST, Ezequias David.

A escolha do local foi motivada pela proximidade com a capital e pelas condições de beneficiamento da área. “Já estamos fazendo um estudo de viabilidade de produção e na próxima semana vamos começar a plantação de macaxeira, tomate, entre outras sementes”.

As famílias reclamam por mais terras para a Reforma Agrária em Roraima e melhor estrutura física, educacional e de saúde nos Projetos de Assentamentos criados pelo Inca no Estado. “Buscamos outras áreas porque o Inca não dispõe de condições básicas para cumprir seu papel de gestor dos projetos de assentamentos, nem oferece condições de infra-estrutura para as famílias”, reclamou. **(com informações de Leandro Freitas)*

Contag debate reforma agrária - Site Eletrônico da Contag - 15/04/2008

A programação do Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra segue nesta terça-feira (15) com o debate sobre um dos principais temas do encontro: a reforma agrária. À tarde, os manifestantes participarão de várias plenárias, entre elas, uma que discutirá as implicações jurídicas para a efetivação da reforma agrária no País.

Essa mesa terá a participação do Secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag e coordenador nacional do Fórum Nacional de Reforma Agrária, Paulo Caralo. Para ele, a unicidade dos movimentos reforça a importância da discussão. "A ação unitária é fundamental para enfrentar os desafios e colocar a reforma agrária na agenda nacional do País", afirma o dirigente.

Os cerca de dois mil manifestantes do Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra estão instalados no Estádio Mane Garrincha, em Brasília. O encontro foi organizado pelo Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e reunirá, até a próxima quinta-feira (17), trabalhadores sem-terra, agricultores familiares e agentes de pastorais sociais de 10 estados do País.

Além do acampamento, a Contag participará de outro evento importante nesta terça-feira. Às 18h, 10 dirigentes da Confederação entregarão a pauta do Grito da Terra Brasil 2008 ao presidente Lula, no Palácio do Planalto.

Sem-terra invadem propriedades rurais em quatro Estados – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 15/04/2008

Principais ações do "abril vermelho" são em Pernambuco, onde os movimentos sociais já invadiram 28 áreas - Invasões chegam ao Rio Grande do Sul, Alagoas e Goiás; no Pará, agricultores mantêm acampamento próximo à ferrovia da Vale

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) anunciou ontem a invasão de mais nove fazendas em Pernambuco. Segundo a organização, 28 áreas foram tomadas por lavradores no Estado desde sábado. Até o início da noite, a Polícia Militar havia confirmado apenas três invasões, nos municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Timbaúba.

No Rio Grande do Sul, cerca de 800 pessoas ligadas ao MST invadiram ontem uma fazenda de 4.000 hectares em São Gabriel (329 km de Porto Alegre). Houve invasões também em Alagoas e Goiás.

As ações fazem parte do "abril vermelho", conjunto de manifestações desencadeado no país pelos sem-terra durante o mês, em protesto contra a política de reforma agrária e a impunidade pela morte de 19 pessoas em confronto com a Polícia Militar do Pará, em 17 de abril de 1996.

Segundo o MST, o "abril vermelho" mobiliza cerca de 5.000 trabalhadores rurais em Pernambuco. Até quinta-feira, os sem-terra pretendem invadir cerca de 35 fazendas em todas as regiões do Estado.

A Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) também promoveu invasões no fim de semana em Pernambuco. Em Santa Maria da Boa Vista (635 km de Recife), agricultores ligados à entidade tomaram duas fazendas pertencentes à família do irmão do deputado federal Carlos Wilson (PT-PE). A família ainda não se manifestou sobre a possibilidade de recorrer à Justiça contra a ação dos sem-terra.

Pelo país - Em Alagoas, o MST anunciou ontem a invasão de uma fazenda no município de Junqueiro (122 km de Maceió) por aproximadamente 200 famílias. Segundo o movimento, a área pertence ao Produban (Banco do Estado de Alagoas), hoje em fase de liquidação. Nem a Polícia Militar nem a ouvidoria agrária no Estado confirmaram a ação. Em Goiás, cerca de 250 famílias ligadas ao MST invadiram a fazenda Mata Rica, em Edealina (156 km de Goiânia), na madrugada de sábado. No Pará, a Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) anunciou ter promovido ontem sete ações em Santa do Araguaia, Dom Eliseu, Tomé-Açu, Benevides, Tucuruí, Santarém e Itaituba.

Na maior parte delas, houve bloqueio de estradas -inclusive BRs-, afirmou Raimundo Nonato de Souza, diretor de política agrícola da entidade. Em Santarém, a sede do Inca (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) foi invadida. No total, a federação disse ter mobilizado cerca de 5.700 trabalhadores rurais.

A reportagem não localizou ninguém da chefia da PM paraense para confirmar os atos. Ainda no Pará, agricultores sem-terra e garimpeiros mantêm acampamento próximo à Estrada de Ferro Carajás, da Vale. A empresa divulgou nota na semana passada dizendo que há "ameaça anunciada" de invasão da ferrovia.

**Colaboraram MATHEUS PICHONELLI, SÍLVIA FREIRE, KARIN BLIKSTAD e JOÃO CARLOS MAGALHÃES, da Agência Folha*

MST tenta driblar ordem da Justiça – O Globo – Capa – 15/04/2008

O MST “amarelou” radicalizando: vestiu militantes de amarelo, em vez do vermelho, para driblar a proibição da Justiça de invadir a Vale, no Pará. E disse serem garimpeiros os que cercam a Vale. Página 9

MST tenta driblar Justiça com camisas amarelas – Ronaldo Brasiliense –O Globo – O País – 15/04/2008

Sem-terra descartam vermelho e usam cor de movimento de garimpeiros para não serem punidos por ato contra a Vale **Ronaldo Brasiliense**

BELÉM. A cor vermelha, desde ontem, deixou de ser a marca registrada entre os mais de dois mil manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) acampados em Parauapebas, sudeste do Pará, a pouco mais de cem metros dos trilhos da ferrovia de Carajás, pertencente à Vale. O MST prepara várias ações dentro do “Abril vermelho” para marcar a passagem, dia 17 de abril, do 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar do Pará.

Para tentar burlar a liminar do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a mineradora Vale, os integrantes do MST vestiram camisas amarelas, cor do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM), que apóiam as ações do grupo.

Em nota oficial, o MST alega que não realizou protesto contra a Vale quarta-feira passada, como divulgou a mineradora, nem participou da organização do acampamento montado às margens da ferrovia. “O acampamento montado às margens da Estrada de Ferro Carajás é do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração, que fazem uma jornada de lutas em defesa dos direitos dos garimpeiros e contra a exploração imposta pela Vale”, diz a nota.

De acordo com o MST, a empresa atribuiu ao movimento os atos de protestos “para esconder da sociedade que diversos setores populares fazem manifestações contra a diretoria da mineradora e pela reestatização da companhia”.

Os advogados de Stédile recorreram quinta-feira passada contra a liminar obtida pela Vale, contestando a competência da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio para julgar a ação.

A alegação é que Stédile tem endereço fixo em São Paulo, onde alegam que a ação deveria ter sido proposta. O recurso ainda não foi julgado. A multa definida pelo TJ do Rio é de R\$ 5 mil por ato violento ou interrupção.

Empresas de segurança que prestam serviços à Vale flagraram, ontem, militantes do MST e do MTM vistoriando os trilhos da ferrovia, mas os líderes dos sem-terra negam qualquer ação no sentido de bloquear a estrada de ferro, como foi feito em outubro do ano passado. Cerca de 600 homens das polícias Civil e Militar do Pará foram deslocados para o sudeste do estado, onde montaram barreiras nas rodovias PA-150 e PA-275, revistando todos os veículos em busca de armas e drogas.

Os órgãos de segurança do estado mantêm diálogo com os líderes do MST tentando evitar o bloqueio da ferrovia e das rodovias estaduais, principalmente depois que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), recebeu apelos do vice-presidente da República, José Alencar, e do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Félix, para que o governo do estado tente de todas as maneiras evitar ações violentas do MST no dia 17 de abril.

— A ordem é negociar e procurar soluções pacíficas — diz o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo.

Governo do Pará anuncia reformas em Parauapebas Ainda ontem, o governo do Pará anunciou que definiu parceria com a prefeitura de Parauapebas.

Os acordos foram selados durante a visita de Araújo ao município e encontro com o prefeito Darci Lermen.

Entre as medidas anunciadas pelo secretário estão a reforma da cadeia pública, que ficará em um mesmo complexo, de forma integrada, com as Polícias Civil e Militar e Diretoria de Identificação.

Também está prevista a construção de uma nova delegacia no bairro da Paz. A parceria visa ainda a instalação de Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) e da Divisão de Atendimento ao Adolescente (Data) no município.

Lermen foi flagrado em uma gravação supostamente feita pela Polícia Federal incitando os militantes do MST a promoverem ações contra a Vale.

Pronera faz dez anos de educação na reforma agrária – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008

Nesta quarta-feira (16) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) completa dez anos com 425 mil pessoas beneficiadas em todo o País. Para comemorar a data, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) programou atividades em todas as unidades da Federação.

No Mato Grosso do Sul, educadores e a comunidade vão se reunir, a partir das 13h30, na sede da autarquia em Campo Grande. O evento irá conter a apresentação de pesquisas e os resultados da iniciativa no estado. Ao final um ex-aluno contará sua trajetória de estudante do Pronera a professor do Curso Técnico em Agropecuária da Escola Família Agrícola de Campo Grande.

O Pronera - Em nível nacional, o Pronera surgiu a partir do I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (Enera), que ocorreu em Brasília em 1997. Um ano mais tarde, a Presidência da República instituiu o programa por meio da Portaria nº 10, de 16 de abril de 1998.

O objetivo geral do programa é fortalecer a educação, levando escolaridade gratuita às áreas de reforma agrária. Além de combater o analfabetismo, promove formação técnica e ensino superior. Tudo é adaptado à demanda do campo e da reforma agrária. Por isso, os cursos são oferecidos por meio de convênios com instituições de ensino formal. Elas são responsáveis por ministrar as aulas e elaborar currículos específicos para atender o conteúdo respeitando a forma de vida rural. Por sua vez, os alunos precisam aplicar os conhecimentos no local de origem, são obrigatoriamente assentados e acampados ou seus filhos.

Somente em 2007, o projeto garantiu acesso à educação formal, pública e de qualidade a 54.713 jovens e adultos por meio de 133 cursos.

Mato Grosso do Sul - As atividades do programa no estado iniciaram em 1999. Desde então, três convênios para alfabetização, ensino profissionalizante e nível superior atingiram 2,3 mil estudantes. A conquista mais recente é a instalação do curso de Licenciatura em Ciências Sociais Metodologia da Alternância em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). São 60 vagas destinadas exclusivamente à titulares e filhos de assentados. As inscrições serão abertas em abril, com vestibular em maio e início das aulas no mês de julho.

A base da proposta é combinar aulas presenciais com períodos na comunidade. Nesses momentos, os alunos aplicam os conhecimentos e pesquisam dados para confrontar com a teoria.

MST soma protestos em 14 estados por Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 15/04/2008

Até o momento o MST realizou ocupações, protestos e marchas em 14 estados na Jornada Nacional de Lutas para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e cobrar investimentos públicos em assentamentos. Em Santa Catarina, 1600 assentados do MST fizeram manifestações em seis municípios em defesa da criação de uma linha de crédito específica para a produção agrícola e para habitação em áreas de assentamentos, na segunda-feira (14/4).

Os protestos aconteceram na frente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal nos municípios de Rio Negrinho, com 150 pessoas; em Canoinhas com 300 pessoas; Curitiba, com 150 pessoas; Caçador, com 400 pessoas e Lebon Régis, com 150 pessoas. Em Xanxerê, 500 assentados fazem marcha em direção a Chapecó até dia 17/4.

As famílias assentadas têm dificuldades para acessar o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que não considera as especificidades das áreas

de Reforma Agrária. O Ministério do Desenvolvimento Agrário disponibiliza R\$ 12 bilhões para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na safra 2007/2008 (custeio, investimento e comercialização). Os assentados não conseguem acessar nem 15% dos contratos.

“Precisamos de um crédito específico para assentamentos, que viabilize a produção de alimentos para a população das cidades. O governo tem dado prioridade ao agronegócio. Só o Banco do Brasil emprestou 7 bilhões de dólares para 15 grupos econômicos, enquanto nossos assentamentos não têm apoio suficiente”, afirma a integrante da coordenação nacional, Marina dos Santos.

Em Goiás, cerca de 250 famílias do MST ocupam a fazenda Mata Rica, em Edealina, no sábado (12/4). A propriedade de 2 mil hectares é fruto da grilagem de terras e as famílias Sem Terra reivindicam que a área seja destinada para a Reforma Agrária. O Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de Goiás garantiu que abrirá processo para vistoriar a área. Esta é a segunda vez que a fazenda é ocupada.

No Paraná, cerca de 250 famílias do MST estão desde sábado (12/4) na fazenda Itapema, no município de Jacarezinho, região norte. Atualmente, ainda existem 6 mil famílias acampadas, em beiras de estradas e latifúndios improdutivos no Paraná. A área com 793 hectares, de propriedade de Roberto Barros, já havia sido desapropriada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), cumprindo decreto presidencial de 18 de janeiro de 2008 para fins de Reforma Agrária.

No Rio Grande do Norte, cerca de 500 famílias ocuparam nesta manhã área da Fazenda Maísa, no município de Mossoró. A área ocupada hoje é improdutiva e ainda não foi desapropriada. Em parte da fazenda, já existe um assentamento com 1.150 famílias.

"A Reforma Agrária está emperrada no país por causa da política econômica, que beneficia as empresas do agronegócio, concentra terras e verbas públicas para a produção de monocultura para exportação. O governo precisa apoiar a pequena e média produção agrícola para fortalecer o mercado interno, garantir a produção de alimentos para a população e a preservação do meio ambiente", afirma José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST.

O governo federal prometeu liberar crédito para a construção de 31 mil habitações rurais em 2007. Foram contratadas apenas 2 mil, enquanto há demanda para 100 mil casas no meio rural. O MST cobra a criação de uma linha de crédito específica para a produção agrícola em assentamentos. As famílias assentadas têm dificuldades para acessar o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que não considera as especificidades das áreas de Reforma Agrária.

A Jornada de Lutas por Reforma Agrária do MST já mobilizou desde o final de semana famílias acampadas e assentadas em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Alagoas, São Paulo, Roraima e acampamento em Brasília, no Distrito Federal, e e, Belém, no Pará. No começo do mês, aconteceram protestos em Bahia, Rio de Janeiro e Ceará.

Os protestos são realizados em memória dos 19 companheiros assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás, em operação da Polícia Militar, no município de Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996, no dia 17 de Abril. Depois de 12 anos de um massacre de repercussão internacional, o país ainda não resolveu os problemas dos pobres do campo, que continuam sendo alvo da violência dos fazendeiros e da impunidade da justiça.

Em homenagem aos mártires de Carajás, a Via Campesina Internacional decretou em todo o mundo o 17 de abril como Dia Internacional de Luta Camponesa. No Brasil, por iniciativa da então senadora Marina Silva (PT), o Congresso Nacional aprovou e o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou um decreto que determina que a data seja o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

Fetag planeja ações até 2012 – Sítio Eletrônico da Contag - 16/04/2008

A Fetag/RS iniciou ontem (15) um encontro de dois dias com sua diretoria e seus 23 coordenadores das regionais sindicais para discutir, de forma mais aprofundada, os encaminhamentos das propostas de seu Congresso Estadual, realizado em outubro do ano passado. A intenção, explica Elton Weber, presidente da Fetag/RS, é "elaborar um planejamento de ações até 2012 de uma forma mais prática".

Além disso, continua o dirigente, serão debatidos os encaminhamentos da pauta do Grito da Terra Brasil 2008, tanto em nível estadual como nacional, que terá uma caravana com mais de 700 pessoas participando nos dias 12 a 16 de maio, em Brasília. A governadora Yeda Crusius deverá receber a pauta nos primeiros dias de maio.

Movimentos sociais discutem proposta para limitar propriedade – Sítio Eletrônico da Contag - 16/04/2008

A quarta-feira (16) no Acampamento do Fórum da Reforma Agrária, em Brasília, foi reservada à retomada das atividades da Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar, lançada em 2001. Os mais de dois mil manifestantes de várias representações sindicais se reuniram para redefinir as regras de aquisição de propriedades rurais.

De acordo com o secretário de Política Agrária e Meio Ambiente da Contag, Paulo Caralo, a união entre as entidades sindicais, mais uma vez, é fundamental para se chegar a uma proposta de consenso. "Nós queremos que a proposta não seja só de um movimento ou do outro, seja do conjunto dos movimento sociais, porque essa unidade é importante pra gente fazer com que esse limite esteja na pauta do próprio Estado brasileiro", afirma o secretário.

As propostas para limitar a compra das propriedades rurais serão reunidas em um documento que norteará debates entre Contag, federações e sindicatos em todo País. Até o mês de junho, a Contag realizará plenárias estaduais para discutir o assunto.

O último dia do Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra terá uma marcha que vai do Estádio Mane Garrincha até o Congresso Nacional. A concentração será às 8h. Depois da caminhada, representantes dos movimentos se reúnem no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, para entregar aos presidentes da Câmara e do Senado documento com o que foi discutido no encontro. Eles também entregam as resoluções e diretrizes definidas durante a Conferência da FAO, no Itamaraty.

FETRAF-SUL ENTREGA AO MINISTRO DULCI EM BRASÍLIA REIVINDICAÇÕES DA AGRICULTURA FAMILIAR - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 16 de abril de 2008

O chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, recebeu, nesta quarta-feira (16.04), em Brasília, o coordenador Geral da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul), Altemir Tortelli que entregou ao ministro a pauta de reivindicações do setor na IV Jornada Nacional de Lutas, onde os agricultores familiares estarão mobilizados nos dias sete e oito de maio, buscando a melhoria no acesso às políticas públicas. Tortelli explica que são seis pontos principais de reivindicação. Uma das lutas é a implementação do Pronaf Sistêmico que é o novo programa do Governo Federal que visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado. Outra importante luta será a ampliação do acesso a habitação rural e a criação de um Programa de Habitação Rural nacional e permanente.

Os agricultores familiares também querem a manutenção dos atuais direitos na previdência social, a implantação da Universidade Federal da Mesorregião, o controle dos preços dos insumos por parte do governo federal a consolidação e ampliação da Assistência Técnica e Pesquisa para o setor. Na audiência, o ministro garantiu para a Fetraf que até a próxima sexta-feira vai dar retorno de uma agenda para discutir com os ministérios responsáveis as reivindicações e que até o dia 08 de maio vai viabilizar uma agenda com o presidente Lula. Também esteve presente ao encontro, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Marcelo Cardona Rocha, parlamentares e representantes da Fetraf de vários Estados.

Além dos pontos da pauta também foram debatidas três questões emergenciais. Uma delas é para que Caixa Econômica Federal libere os recursos para a construção e reforma de habitações rurais. O acordo firmado no ano passado previa um orçamento para atender 5800 famílias. Outra questão apontada no encontro foi a agilização no Ministério da Educação em relação ao projeto da Universidade Federal da Mesorregião. Também foi discutido que o Governo Federal precisa encaminhar com maior rapidez os recursos aos municípios do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Estatais do protesto – Folha de São Paulo – Opinião – 16/04/2008

ABRIL JÁ entrou para o calendário nacional como o mês em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e grupos correlatos lançam sua onda de invasões. A pretexto de protestar contra a política de reforma agrária e contra a impunidade no massacre de Eldorado dos Carajás -a morte de 19 pessoas pela PM do Pará, em 17 de abril de 1996-, grupos de sem-terra dão-se o direito de tomar fazendas, prédios públicos, fechar estradas e depredar propriedade alheia.

Que militantes raivosos, dispostos a derrubar o capitalismo, perpetrem atos desse calibre, embora lamentável, é até esperado. O que não se pode admitir é que o governo federal não apenas tolere esse comportamento como ainda ajude a financiá-lo. Líderes do MST e congêneres se tornaram verdadeiros profissionais do protesto, a expensas públicas. Três das maiores entidades ligadas ao movimento sem terra, calcula a ONG Contas Abertas, foram agraciadas com R\$ 39 milhões em dinheiro do contribuinte no primeiro mandato petista -quatro vezes mais que na segunda gestão de FHC.

Isso sem mencionar os empréstimos subsidiados que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) faz a assentados -e com os quais eles pagam o seu "dízimo" ao movimento. Os mecanismos de financiamento são azeitados pelos vários dirigentes dos sem-terra que assumiram postos na burocracia de ministérios e órgãos como o Incra.

Essa espiral de aparelhamento tem como contrapartida uma escalada nos protestos. Centros de pesquisa de empresas e até o Congresso Nacional tornaram-se alvos de depredação. A pretexto de anular a privatização da Vale, grupelhos agora ameaçam sabotar a companhia. Toda essa truculência é custeada pelo erário, com o beneplácito ostensivo do governo Lula.

Tensão entre Vale e garimpo marca 12 anos de massacre – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008

Cerca de mil garimpeiros apoiados pelo MST podem bloquear amanhã ferrovia da empresa - Região de Parauapebas, no sudeste do Pará, recebeu reforço de 500 PMs e cem policiais civis; chacina em 96 deixou 19 sem-terra mortos

Na semana em que o massacre de Eldorado do Carajás (PA) completa 12 anos, uma guerra de nervos instalou-se na vizinha Parauapebas, com a Polícia Militar e a gigante mineradora Vale de um lado e um grupo de mil garimpeiros e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de outro.

O motivo do clima de tensão é a insinuação dos garimpeiros, apoiados pelo MST, de que amanhã, no aniversário da chacina -quando 19 sem-terra foram mortos em confronto

com a PM-, podem bloquear a estrada de ferro usada para escoar todos os dias toneladas de minério da Vale.

Os garimpeiros querem que a empresa, privatizada dez anos atrás, devolva a eles parte de sua área. Já o MST, que no final do ano passado bloqueou duas vezes esse mesmo trecho da ferrovia, tem criticado os passivos ambientais da empresa.

Acostumados com poucos policiais no sudeste do Pará, os moradores da região têm contado nesses dias com um reforço de 500 policiais militares e cem policiais civis, todos eles no aguardo das movimentações de sem-terra e garimpeiros na ferrovia usada pela Vale.

Garimpo e MST - O acampamento no qual se concentram hoje cerca de mil garimpeiros foi erguido no início do mês dentro de um assentamento do MST. Os barracos, montados com o apoio dos sem-terra, estão a cerca de 200 metros da ferrovia Carajás.

Os PMs estão a meia hora de lá. Do centro de Parauapebas (836 km de Belém) ao acampamento são cerca de 30 km, pouco mais da metade deles em trilhas com lama e buraco. No meio desse caminho, os policiais ainda serão obrigados a atravessar um assentamento do MST com 5.000 pessoas.

O clima tornou-se mais acirrado na semana passada, quando o presidente da Vale, Roger Agnelli, se referiu às ações do MST como "atos criminosos" praticados por "bandidos".

"Estamos numa área em que a Justiça e a polícia não podem entrar. Por enquanto, não estamos atrapalhando a ferrovia. Por enquanto", disse Etevaldo Arantes, 43, um dos coordenadores do MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração), criado no início deste ano com o apoio de MST, CUT e CPT, entre outros.

"Inábil"- Por meio de sua assessoria, a Secretaria da Segurança Pública do Pará deixa claro que os policiais militares deslocados para Parauapebas estão prontos para, em caso de bloqueio, desobstruir a ferrovia imediatamente. Um helicóptero da PM tem sobrevoado o acampamento dos garimpeiros.

A governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), disse ontem ter estranhado a maneira "inábil" com que a Vale vem tratando uma possível manifestação em Parauapebas amanhã, para marcar os 12 anos do massacre de Eldorado do Carajás.

"Vínhamos conversando, dialogando. E então eles subiram o tom. Foi como um surto", afirmou, em relação à ação que a empresa moveu para obrigar o Estado a proteger suas propriedades na região.

SOBE PARA 31 O NÚMERO DE ÁREAS INVADIDAS EM PE – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008

Ontem, mais três áreas foram tomadas, cidades de Barreiros, Águas Belas e Cabo de Santo Agostinho. As ações mobilizaram cerca de 300 pessoas, segundo o movimento. Os sem-terra alegam que as propriedades são improdutivas e reivindicam a sua desapropriação imediata. Para amanhã, o MST organiza uma passeata no centro de Recife. Em Agudos (SP), sem-terra derrubaram eucaliptos em uma área no entorno da fazenda Água do Pilintra, que pertence à AmBev. Segundo o MST, o movimento vai plantar feijão no local. O Inbra informou que a área é improdutiva.

Comissão Pastoral da Terra critica os biocombustíveis – Folha de São Paulo – Brasil – 16/04/2008

No balanço anual sobre conflitos no campo em 2007, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) criticou a produção de biocombustíveis, uma das principais bandeiras do governo Lula, alegando que a política ameaça a segurança alimentar e a agricultura familiar, além de fortalecer a concentração de renda.

Segundo a organização, ligada à Igreja Católica, o avanço do agronegócio, em especial cultivos de cana e soja, favorece o agravamento dos problemas no campo, que, apesar disso, diminuíram em 2007, em comparação com o período anterior.

No ano passado, a CPT registrou 28 mortes no campo, contra 39 em 2006. Quanto ao número de conflitos, a queda foi menor (7%): 1.538 no ano passado, ante 1.657 em 2006. O Sudeste foi a única região em que as ocorrências aumentaram.

O Pará segue com o maior número de conflitos no campo, mas os assassinatos diminuíram, de 24, em 2006, para 5, no ano passado. A razão da queda, diz a CPT, pode estar em ações do Estado após a morte de Dorothy Stang, em 2005.

Outros Estados, contudo, tiveram aumento no número de mortes, como Mato Grosso do Sul e Goiás, com dois assassinatos cada um - não houve registro em 2006. "Há relação entre piora de condições trabalhistas e modernização da produção", diz d. Tomás Balduino, da CPT.

Daí a afirmação de que o crescimento da produção do álcool no Sudeste coincide com o aumento de casos de trabalhadores em situação degradante.

O número de envolvidos nas questões do campo e a atuação de movimentos sociais também caiu. "Tudo por causa de programas como o Bolsa Família", afirma d. Tomás Balduino. Em 1998, último ano do primeiro governo FHC, mais de 1,1 milhão de pessoas estavam envolvidas em conflitos. Em 2007, foram quase 800 mil - pouco superior ao de 2006.

MST derruba árvores em fazenda de SP – Tatiana Farah – O Globo – O País – 16/04/2008

SÃO PAULO. As 600 famílias que invadiram a fazenda da Ambev em Agudos, interior paulista, derrubaram ontem os eucaliptos plantados pela empresa e devem começar hoje o plantio de alimentos no local.

Coordenada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a ocupação faz parte da “abril vermelho”, uma onda de invasões que mobiliza milhares de semterras de 15 estados. Ontem, a última invasão foi no Piauí. Segundo os organizadores, já são 39 em todo o país.

— Ainda não houve qualquer incidente, mas o governo não nos chamou para conversar. A gente espera e vai fazer de tudo para que não haja conflito. Nosso objetivo é fazer a reforma agrária, conseguir o crédito para as famílias assentadas, educação — disse José Batista de Oliveira, um dos coordenadores nacionais do movimento, que participou da ocupação da fazenda da Ambev.

Segundo Oliveira, ontem, quando os eucaliptos foram derrubados, houve momentos de tensão, já que a cervejaria teria um grupo de seguranças e teria chamado a polícia para impedir ação dos invasores.

— Calculamos que a Ambev tenha 60 seguranças no local.

Os seguranças e a polícia foram acionados, mas não houve conflito e está tudo em paz — disse o coordenador semterra, em entrevista por telefone ao GLOBO, já fora do acampamento, em Brasília. A empresa não quis comentar a ocupação. Informou que já havia tomado providências junto às autoridades competentes.

O MST afirmou que, até as 19h, não havia recebido notificação judicial de reintegração de posse.

Segundo Oliveira, a fazenda da Ambev foi escolhida como a única propriedade invadida pelo movimento no estado porque já teria sido considerada improdutivo, e o Incra teria encaminhado o caso para desapropriação: — A propriedade tem 4,5 mil hectares, foi vistoriada pelo Incra e considerada improdutivo, sendo encaminhada para desapropriação.

Queremos acelerar o processo de desapropriação para a reforma agrária.

Pastoral: expulsão no campo cresceu 140% - O Globo – O País – 16/04/2008

SÃO PAULO. Um relatório divulgado ontem pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Igreja Católica, revela que as expulsões no campo cresceram 140% no ano passado em relação a 2006. Em 2007, 4.340 famílias foram expulsas por milícias de fazendeiros, à revelia da Justiça; em 2006, esse número era de 1.809 famílias. Embora tenha caído, o número de despejos judiciais ainda é considerado alto pelo coordenador nacional do CPT, José Batista Afonso.

Apesar do grande volume de expulsões no campo, o balanço geral de assassinatos mostra que caiu o número de mortes de 39 em 2006 para 28 em 2007: — Essa queda não mostra uma redução na violência no plano nacional, mas sim no Pará, que sempre pesou no balanço nacional. No Pará, os assassinatos caíram de 24, em 2006, para cinco, no ano passado — disse o coordenador da CPT: — E isso se deve a vários fatores, entre eles a

mudança de governo, a fiscalização sobre as madeireiras e a punição de mandantes de crimes como o da missionária Dorothy Stang. Mas precisamos saber se este cenário vai se manter, já que não houve uma mudança estrutural no campo.

Assentados cobram créditos agrícolas – Sítio Eletrônico do MST – 16/04/2008

Cerca 2 mil assentados do MST, realizam manifestações em frente agências do Banco do Brasil, em vários municípios do Paraná para exigir a criação de um novo crédito agrícola que dê condições estruturais de produção de autoconsumo e infra-estrutura aos assentamentos de Reforma Agrária.

As mobilizações acontecem durante esta quarta-feira (16/04), nas agências do Banco do Brasil de Campo Mourão, Reserva, Lapa, Iratí, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Arapongas, Terra Rica, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão, Marmeleiro e União da Vitória.

O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) é insuficiente para atender ao público da reforma agrária e da agricultura familiar. Apenas 15% das famílias conseguem acessar o crédito, que não considera especificidades das áreas de Reforma Agrária.

Pauta - A mobilização em frente aos bancos cobram a liberação do crédito de habitação rural, para construção e reforma de casas. No Paraná, os assentados esperam a construção de 13 mil moradias em assentamentos, para este ano. Os recursos que são disponibilizados pela Caixa, não foram liberados até o momento.

A pauta também apresenta reivindicações de R\$ 3 milhões e 500 mil para a construção de agroindústrias no estado, através do Programa Terra Sol, em parceria entre Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário); desbloqueio de recursos do Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), de 2007 e 2008, para a manutenção de cursos formais, em convênio com universidades no Estado; além de assistência técnica para 15 mil famílias assentadas, para os próximos quatro anos e ampliação de recursos do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), coordenado pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), para compra de alimentos produzidos nos assentamentos de Reforma Agrária.

MST PROTESTA EM 16 ESTADOS POR REFORMA AGRÁRIA – Sítio Eletrônico do MST – 16/04/2008

O MST realizou protestos em 16 estados e no Distrito Federal na jornada nacional de lutas por Reforma Agrária para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país e investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos, nesta quarta-feira.

As famílias Sem-Terra exigem também mudanças na política econômica para criar condições para a sustentabilidade de um modelo agrícola baseado em pequenas e médias propriedades. Foram realizados protestos em Maranhão, Rio Grande do Norte, Brasília, no

Rio Grande do Sul, no Espírito Santo, em Santa Catarina, no Paraná, em Pernambuco, em Sergipe, em São Paulo, em Alagoas, em Goiás, no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul, no Rio de Janeiro, na Bahia e Pará.

No Maranhão, na cidade de Imperatriz, sul do estado foi ocupada a agência da Caixa Econômica Federal (CEF), onde foi entregue pauta de reivindicação. À tarde, houve protesto no Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para discutir as áreas de reserva nos assentamentos e exigir a imediata interdição da carvoaria da Vale, próximo ao assentamento Califórnia.

No Rio Grande do Norte, 250 pessoas ocuparam o Incra em Natal para pedir o assentamento das 1900 acampadas no estado.

Em Brasília, cerca de 1.000 trabalhadores rurais Sem Terra acampados e assentados ocuparam a sede da CEF na região do Distrito Federal e Entorno. Os trabalhadores integram o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e o MATR (Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural).

“Precisamos de um crédito específico para assentamentos, que viabilize a produção de alimentos para a população das cidades. O governo tem dado prioridade ao agronegócio. Só o Banco do Brasil emprestou 7 bilhões de dólares para 15 grupos econômicos, enquanto nossos assentamentos não têm apoio suficiente”, afirma a integrante da coordenação nacional, Marina dos Santos.

No Rio Grande do Sul, 800 trabalhadores sem terras ocupam o prédio do Ministério da Fazenda, na Avenida Loureiro da Silva, e mais 350 trabalhadores estão na ocupação da Secretaria da Agricultura, na Avenida Getúlio Vargas. A pauta estadual é a desapropriação da Fazenda Southall, em São Gabriel.

No Espírito Santo, as mobilizações acontecem nas agências bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, em seis municípios do estado, como Pinheiros, Pancas, Santa Teresa, Cachoeiro do Itapemirim, São Mateus e São José do Calçado. Em Cachoeiro do Itapemirim, acontecem também a entrega de documento na Justiça Federal sobre a morosidade da justiça nos processos de desapropriação das áreas.

Em Santa Catarina, mais cinco mobilizações acontecem na frente de agências da CEF e no BB, em Rio Negrinho, o norte do estado, com 200 pessoas; em Canoinhas (planalto norte), com 350 pessoas; em Curitibaanos (planalto serrano), 200 pessoas; em Caçador (meio oeste) 400 pessoas e em Lebon Regis (meio oeste), com 200 pessoas. A marcha que partiu com 500 pessoas de Xanxerê, no oeste do estado, está no trevo que dá acesso a Chapecó.

No Paraná, cerca 2.500 assentados do MST realizaram manifestações em frente agências do Banco do Brasil, em vários municípios para exigir a criação de um novo crédito agrícola que dê condições estruturais de produção de autoconsumo e infra-estrutura aos assentamentos de Reforma Agrária.

Os protestos aconteceram em Campo Mourão, Reserva, Lapa, Iratí, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu, Arapongas, Terra Rica, Santa Cruz do Monte Castelo, Querência do Norte, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão, Marmeleiro e União da Vitória.

Em Pernambuco, cerca de 1.000 trabalhadores Sem Terra ocuparam pela manhã a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no Recife. Na cidade de Petrolina, Sertão do Estado, outros 400 Sem Terra ocuparam a sede do Incra no município. Ontem, cerca de 150 assentados do MST ocuparam a Secretaria de Agricultura de Pernambuco. Os trabalhadores são de assentamentos do Funtepe (Fundo de Terras de

Pernambuco), órgão responsável pela situação das famílias assentadas em assentamentos do governo estadual.

Em Sergipe, 150 famílias ocuparam a Agência do Banco do Nordeste no município de Carira, em mobilização para obtenção de créditos aos assentados de Reforma Agrária. Foi realizadas três ocupações de terra, sendo 150 famílias na Fazenda Oiteiro, município de Siririzinho; 120 famílias, na Fazenda Samambaia, município de Santo Amaro; e 220 famílias na Fazenda Brígida município de Estância, além de atividades em homenagem ao companheiro Zé Emídio, assassinado pelo latifúndio na fazenda Santa Clara município de Capela.

Em São Paulo, cerca de 300 trabalhadores rurais sem-terra ocupam uma unidade da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), no município de Bauru (a 350 quilômetros da capital), por um programa de compra de alimentos produzidos em assentamentos. Integrantes de entidades que compõem a Comissão Estadual dos Hortos, formada por Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo), FAF (Federação da Agricultura Familiar), Omaquesp (Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo) e MST ocuparam a Secretaria de Justiça do estado de São Paulo pela federalização dos hortos florestais.

Em Alagoas, cerca de 3 mil trabalhadores do MST ocuparam a entrada do Porto de Maceió em defesa da reforma agrária. O MST pede abertura de negociação com o governo do Estado em relação às terras do antigo Produban (Banco do Estado de Alagoas S.A). Uma área de 400 hectares, no município de Jungueiro, região do agreste alagoano, foi ocupada por 200 famílias para denunciar que as terras estão sob controle do Estado, como parte da dívida dos usineiros, e devem ser transformada em assentamentos.

Em Goiás, cerca de 200 famílias ocuparam latifúndio de 800 alqueires de propriedade do dono da empresa de transporte Marly. A Fazenda Rio Vermelho 20, localizada na estrada Alviverde, fica no município de Crixás. Mais 180 famílias fizeram um protesto na BR-153, que faz a ligação da região centro-oeste com a região Norte (Belém–Brasília), próximo ao município de Porongatú.

No Mato Grosso, cerca de 350 famílias estão acampadas na CEF, em Cárceres. À tarde, participam de audiência com o Incra, em que vão cobrar o assentamento das 3.500 famílias acampadas no estado e infra-estrutura para 3800 famílias assentadas.

No Mato Grosso do Sul, houve trancamento em uma rodovia em Itaquiraí. Depois, as 250 famílias enfrentaram a chuva e fizeram protesto no Banco do Brasil. Em Campo Grande, 300 pessoas participam de audiência no Incra, cobrando a pauta nacional e estadual.

No Rio de Janeiro, houve protestos em agência da CEF, em Volta Redonda e em Campos, interior do estado do Rio de Janeiro, com 200 agricultores. Cerca de 150 trabalhadores rurais interditaram a Via Dutra, na altura do KM 242, sentido São Paulo, pelo assentamento das 700 famílias acampadas no estado e por investimento público do governo em assentamentos existentes.

Na Bahia, 200 famílias ocupam área da Estação Experimental Manoel Machado, de responsabilidade da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola, um órgão do Governo do Estado da Bahia, no município de Itambé, no sudoeste da Bahia, desde segunda-feira.

Movimentos sociais do campo do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo organiza o Acampamento Nacional pelo Limite da Propriedade de Terra, que contará com a participação de 3 mil pessoas, entre assentados, acampados, sem-terra, trabalhadores da agricultura familiar, povos tradicionais, grupos ambientalistas,

quebradeiras de coco, comunidades ribeirinhas e agentes de pastorais sociais, vindas de mais de vinte estados brasileiros. O acampamento permanece montado até 17 de abril no estádio Mané Garrincha, em Brasília.

No Pará, 600 trabalhadores mutilados e as viúvas dos agricultores assassinados no massacre de Eldorado dos Carajás acampam em frente ao Palácio dos Despachos no Pará, sede do governo do estado, desde segunda-feira. Os manifestantes cobram da governadora Ana Júlia Carepa (PT) o cumprimento de suas promessas de 2007.

Na curva do S, em Eldorado de Carajás, 1000 Sem Terra estão acampados em memória aos 19 trabalhadores rurais assassinados em 1996. O acampamento montado às margens da Estrada de Ferro Carajás é do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM), que faz uma jornada de lutas em defesa dos direitos dos garimpeiros e contra a exploração imposta pela Vale.

NOTA DO MST POR QUE ESTAMOS EM LUTA

A Reforma Agrária está parada. Cresce a concentração fundiária, os assentamentos não recebem apoio efetivo, aumenta a violência contra os sem-terra e a impunidade dos latifundiários e do agronegócio. O Massacre de Eldorado de Carajás é o principal símbolo do descaso do Estado brasileiro com os trabalhadores rurais, com o povo brasileiro. Depois de 12 anos da chacina que assassinou 19 trabalhadores rurais, no município de Eldorado de Carajás, no Pará, no dia 17 de abril de 1996, pouco mudou para os sem-terra.

150 mil famílias continuam acampadas, as empresas do agronegócio avançam sobre o território brasileiro, conquistando terras que deveriam ser destinadas às trabalhadoras e trabalhadores rurais. O governo tem dado prioridade ao agronegócio. Só o Banco do Brasil emprestou 7 bilhões de dólares para 13 grupos econômicos, enquanto nossos assentamentos não recebem investimento suficiente.

Estamos nesta semana fazendo ocupações de terras, marchas, acampamentos, manifestações e protestos, em sedes de bancos públicos, secretarias e órgãos de governos federal e estaduais, em todas as regiões do país, cobrando assentamentos das famílias acampadas e por investimento nas áreas de assentamento para ampliar a produção e para a construção de habitações rurais.

A Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária do MST, neste mês de abril, denuncia a lentidão da Reforma Agrária, os efeitos negativos do agronegócio e apresenta propostas para reverter a situação. Precisamos mudar a política econômica vigente, que beneficia as grandes empresas e o capital financeiro, enquanto a população sofre com o desrespeito dos seus direitos sociais, previstos na Constituição, e com a falta de políticas públicas efetivas para enfrentar a desigualdade e a pobreza.

O Brasil está atrasado no processo de democratização da terra e na organização da produção para garantir a sustentabilidade dos pequenos e médios agricultores. Não podemos admitir a perpetuação do latifúndio, símbolo da injustiça no campo, tanto improdutivo como produtivo. A nossa jornada de lutas apresenta propostas de desenvolvimento para o campo brasileiro, defendemos um projeto de geração de emprego, com promoção de educação e saúde. Por isso, nessa jornada exigimos do governo federal:

1- Retomada das desapropriações de terra e assentamento das famílias acampadas por todo o país. Famílias de trabalhadores rurais permanecem anos e anos embaixo da lona preta na luta pela Reforma Agrária:

- Plano emergencial de assentamento de todas as 150 mil famílias acampadas
- Alteração dos índices de produtividade

- Criar um mecanismo que acelere os trâmites internos para os processos de desapropriação
- Aprovação do projeto de lei que determina que as fazendas que exploram trabalho escravo sejam destinadas para Reforma Agrária
- Destinar áreas hipotecadas no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal para a Reforma Agrária

2- Criação de uma linha de crédito específica para assentamentos, que viabilize a produção de alimentos para a população das cidades. O Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) não considera as especificidades das áreas de Reforma Agrária. A burocracia dificulta que as famílias assentadas tenham acesso ao programa.

O Incra, como instrumento do governo, deve criar uma nova linha de crédito com o objetivo de criar as condições estruturais de produção e de infra-estrutura social, na modalidade de fomento, para estruturar os assentamentos nos primeiros anos, incentivando formas comunitárias de associação. Defendemos também a criação de um novo crédito bancário para estruturação da base produtiva nos assentamentos. O governo deve garantir a aquisição de toda a produção, por meio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), com preços justos e seguro agrícola.

3- O MST vem desenvolvendo junto com o Incra, em parceria com a Caixa Econômica Federal, um programa de reforma e construção de casas no meio rural e em especial nos assentamentos de Reforma Agrária. O total da demanda para a habitação rural para 2007 era de 100 mil unidades, de acordo com o grupo de trabalho composto por movimentos sociais. O governo prometeu conceder crédito para a construção de 31 mil unidades até o final do ano passado. Até agora, foram contratadas apenas 8 mil unidades, sendo que somente 2 mil foram destinadas para assentamentos.

Por isso, reivindicamos a contratação de todos os projetos que se encontram na Caixa Econômica Federal até julho de 2008 e o atendimento da demanda de 100 mil habitações rurais para o ano de 2008. Pedimos também a criação de um programa específico de habitação rural, desburocratizado e que atenda as especificidades do meio rural, coordenado pelo Incra em parceria com os movimentos sociais que atuam no campo para atender todas as famílias assentadas.

O Brasil precisa de um novo modelo agrícola, que dê prioridade à agricultura familiar voltada ao mercado interno, aos pobres do país. Com isso, vamos garantir a nossa soberania alimentar e produzir comida para os 80 milhões de brasileiros que não têm acesso suficiente aos alimentos. A Reforma Agrária e o fortalecimento da agricultura familiar é uma premissa fundamental para a construção de um país com justiça social e soberania popular. DIREÇÃO NACIONAL DO MST

Relatório destaca necessidade de reforma agrária na América Latina – Sítio Eletrônico da CPT – 17/04/2008

Um relatório encomendado pelo Banco Mundial e pela ONU, e divulgado no dia 16 de abril, aponta que a América Latina, inclusive o Brasil, tem condições de ser o celeiro do mundo, mas antes é necessário realizar uma profunda reforma agrária na região. O crescimento econômico depende do combate à pobreza e à fome, além da preservação do meio ambiente. De acordo com o relatório, a América Latina possui 30% das terras aráveis do mundo, com 576 milhões de hectares, o maior estoque mundial. Boa parte dessa porcentagem se encontra no Brasil. No entanto, os 400 cientistas responsáveis pelo estudo concluíram que a concentração de terras e seu uso ineficiente atrapalham o desenvolvimento da agricultura. Mais de 30% da população pobre do meio rural não têm acesso a terra e, segundo o relatório, os acordos comerciais fechados nos últimos anos têm dificultado a vida desses pequenos agricultores. O estudo também alerta para a destruição ambiental causada pela expansão da agricultura, principalmente no caso da Amazônia brasileira. Aponta ainda que a solução para os problemas sociais enfrentados pela América Latina será resultado do melhor uso da terra, melhor distribuição das terras disponíveis, possibilitando o acesso dos pequenos agricultores a ela, e a diversificação dos cultivos. É preciso fazer com que seja possível a coexistência da agricultura tradicional, da convencional e da agroecologia.

Sem-terra invadem prédios públicos e miram área urbana – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008

Dia mais turbulento do "abril vermelho" tem ações em 15 Estados e no DF - Reivindicações são mais assentamentos de famílias e investimentos na produção agrícola; ministro negocia com invasores em Brasília

Na véspera do 12º aniversário do massacre de Eldorado do Carajás (PA), trabalhadores rurais, liderados pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), promoveram ontem o dia mais turbulento do chamado "abril vermelho", com ações focadas em áreas urbanas e órgãos públicos.

Além dos tradicionais bloqueios de estradas e invasões a fazendas, os sem-terra entraram em secretarias estaduais e agências da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil.

Segundo líderes do MST, a movimentação de hoje deve ser ainda mais intensa. "E os próximos dias também, dependendo de como as negociações com o governo vão evoluir", disse José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST.

As principais reivindicações são as conhecidas: mais assentamentos de famílias e investimentos na produção agrícola. "Nossa pauta já está amarelada", disse Oliveira, para quem a insistência se deve à demora na resolução das exigências.

Ontem, foram ao menos 53 atos em 15 Estados e no Distrito Federal, sem registro de conflitos. Desde o início do "abril vermelho", foram feitas outras 47 ações.

No Rio, manifestantes interromperam, por pouco mais de uma hora, o trânsito nas duas pistas da rodovia Presidente Dutra, no quilômetro 242.

Segundo a direção do MST no Rio, de 200 a 300 famílias participaram da manifestação. Além do fechamento da Dutra, foram ocupadas uma agência da Caixa Econômica Federal em Campos (RJ) e outra em Volta Redonda (RJ).

No Pontal do Paranapanema (oeste de SP), cerca de 200 integrantes do MST bloquearam a entrada de três agências do Banco do Brasil em Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

Bancos de 14 cidades do Paraná também foram alvo dos sem-terra, que exigiam a criação de um novo crédito agrícola que dê infra-estrutura a assentamentos. Outras agências em cinco cidades de Santa Catarina e em seis municípios do Espírito Santo foram palco de manifestação.

Em Bauru (350 km de SP), o MST invadiu o prédio da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento). Segundo o membro da direção estadual do movimento, Lourival Plácido de Paula, os sem-terra cobram a entrega de cestas básicas atrasadas aos acampados. Na capital paulista, sem-terra entraram na Secretaria da Justiça, pedindo a "federalização dos hortos florestais", segundo nota do MST.

No Rio Grande do Sul, outra secretaria estadual, a da Agricultura, foi invadida. A desocupação aconteceu só após o chefe da Casa Civil gaúcha aceitar recebê-los. Outros manifestantes ainda estavam no pátio da sede do Ministério da Fazenda, em Porto Alegre, até a conclusão desta edição.

Em Goiás, houve obstrução das BRs 153 (em Porongatu) e 060 (Varjão). Em Bom Jardim de Goiás, sem-terra entraram em uma agência do Banco do Brasil. O MST também afirma que 200 famílias ocuparam ontem fazenda em Crixás.

Em Sergipe, aconteceram invasões a fazendas de três municípios e a uma agência do Banco do Nordeste, em Carira.

Houve um bloqueio também na entrada do porto de Maceió (AL). O embarque e desembarque de carga em quatro navios ancorados no local foi suspenso. Até o início da noite, o bloqueio continuava.

No Pará, um grupo de cem agricultores do MST fez uma caminhada na região central da capital Belém.

Houve também ações em Imperatriz do Maranhão (MA), Natal (RN), Cáceres (MT), Itaquiraí (MS).

Em Brasília, integrantes do MST e do MATR (Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural) invadiram ontem, por mais de oito horas, a sede da CEF (Caixa Econômica Federal). O grupo reivindicava o cumprimento de projetos ligados à habitação em assentamentos rurais e pediam uma audiência com o ministro Márcio Fortes (Cidades). Reclamava do descumprimento de acordo feito ano passado, de que 30 mil casas seriam construídas, além da burocracia para se receber o crédito, que é intermediado por associações e cooperativas. O MST alega que pouco mais de 6.000 casas foram construídas.

A invasão, pacífica, teve a participação de cerca de 300 pessoas, segundo a Polícia Militar do DF (o MST estimou em mil o número de manifestantes). No início da tarde, o prédio foi desocupado após o ministro Márcio Fortes e a presidente da Caixa, Maria Fernanda Coelho, assegurarem que a negociação iria ocorrer -eles foram pessoalmente ao prédio dar o aviso. O MST disse ter ficado satisfeito com o que ouviu. **Colaboraram a Sucursal do Rio e a Sucursal de Brasília*

Movimentos dão força à democracia, afirma ministro – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008

Segundo Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), ilegalidades nas ações devem ser discutidas judicialmente - Márcio Fortes, ministro das Cidades, se comprometeu a criar programa de moradia para o meio rural até junho e se reúne hoje com o MST

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, evitou comentar as ações de movimentos sociais no chamado "abril vermelho", termo que é rechaçado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) -que prefere classificar as ações no mês de abril de "jornada nacional de lutas".

"Não comento as ações dos movimentos sociais nem sobre um ou outro ato. Eles têm as suas agendas e cada um tem que se responsabilizar por suas atitudes", disse Cassel. Ele ressaltou, contudo, que a participação desses movimentos é essencial para o "fortalecimento da democracia" no Brasil.

"Nossas instituições funcionam, isso tem que ser encarado dentro da normalidade, tem que ser tratado com serenidade. Quem cometer algum ato ilegal que responda judicialmente. Isso mostra a maturidade da democracia brasileira."

Sobre a ameaça do MST de invadir as instalações da Vale no Pará, Guilherme Cassel disse que essa não é uma pauta agrária. Para ele, a questão tem mais a ver com a reestatização da Vale, defendida também por outras organizações sociais, além de uma ala do PT. A empresa foi privatizada em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

O Ouvidor Agrário Nacional, Gercino José da Silva Filho, que faz a intermediação de conflitos agrários, disse que os "movimentos sociais elegeram abril como o principal mês de suas mobilizações". A prova maior é que, "nos meses anteriores e posteriores, as mobilizações ocorrem em menor incidência", afirmou, em nota.

Negociação - O ministro Márcio Fortes (Cidades) afirmou ontem, após se reunir com integrantes do MST que invadiram a sede da Caixa Econômica Federal em Brasília, que muitos dos projetos de habitação em assentamentos não atendidos até agora ocorreram porque eles foram apresentados somente em dezembro. "Não houve tempo útil para analisá-los", disse.

O ministro comemorou o sucesso da negociação com o movimento, que também ficou satisfeito. "Não se negocia ganhando de cinco a zero", afirmou. Segundo ele, dos R\$ 160 milhões disponíveis para a construção de casas nos assentamentos, só R\$ 40 milhões foram usados. A verba, explicou Fortes, é do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Reunião marcada para hoje vai tratar dos projetos de habitação, mas, segundo o MST, Fortes se comprometeu a criar um programa de moradia para o meio rural até junho.

Para ajudar os movimentos sociais na elaboração dos projetos, a Caixa assegurou que vai destacar um funcionário em cada Estado para orientá-los. **(LUCAS FERRAZ)**

Massacre de sem-terra faz 12 anos e reclamações de assentados não mudam – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008

Antigas queixas, algumas delas presentes desde o massacre de Eldorado do Carajás, exatos 12 anos atrás, ainda fazem parte da rotina das famílias do assentamento 17 de Abril, a cerca de 20 km do centro da cidade paraense.

A Folha visitou ontem o projeto e ouviu dos assentados reclamações antigas referentes a saneamento, escola, crédito para a construção de casas, energia nos lotes e, principalmente, punição aos responsáveis pelo massacre de 17 de abril de 1996.

Nesse dia, 155 PMs, numa operação para desobstruir a rodovia PA-150, mataram 19 lavradores ligados ao MST e deixaram outros 69 feridos. Únicos condenados, os comandantes da operação, coronel Mário Colares Pantoja e major José Maria de Oliveira, aguardam em liberdade a análise de recursos.

Um ato em homenagem aos mortos será organizado hoje, no local do massacre. Dezenas dos sobreviventes estão em Eldorado do Carajás. Há 12 anos, aguardam indenização, prometida seguidas vezes. Alguns têm balas alojadas em seus corpos.

Em 1997, dada a repercussão do caso, o então governo federal tucano desapropriou área de 19 mil hectares e assentou 687 famílias. Hoje, diz a associação local, cerca de 4.000 pessoas vivem no 17 de Abril. Não há espaço nem infra-estrutura para todos.

MST apela porque perdeu a razão de existir, diz analista – Fernando Barros de Melo -
Folha de São Paulo – Brasil – 17/04/2008

Zander Navarro afirma que o governo assiste passivamente às ações dos sem-terra, que invadem para se manter sob holofotes - Estudioso afirma que grupo entraria para a história se, na década de 90, virasse organização social voltada ao desenvolvimento rural

Professor de sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Zander Navarro é um dos principais pesquisadores da atuação do MST. Ex-aliado de movimentos agrários e hoje crítico deles, o autor de "Mobilização sem Emancipação - As Lutas Sociais dos Sem-Terra no Brasil" diz que as invasões são uma forma de o movimento se manter nos holofotes.

FOLHA - Que análise o sr. faz deste "abril vermelho"?

ZANDER NAVARRO - A organização precisa das manchetes para se cacifar junto a outros atores do mesmo campo. Há vários problemas, contudo, que se sobressaem nos anos mais recentes. Primeiro, parte importante das ações são organizadas sobre temas que nem remotamente estão no campo de interesses e reconhecimento dos trabalhadores rurais, indicando manipulação, especialmente de famílias de assentamentos. Há também crescente inquietação com a evidente falta de legitimidade dos dirigentes. São inúmeros os sinais, nesses anos, de que o MST perdeu a sua razão de existência e sua disparatada agenda é o próprio reflexo deste descaminho.

FOLHA - O sr. fala de invasões de prédios públicos ou multinacionais?

NAVARRO - O movimento apela para outras formas de protestos como artifício de atrair holofotes que possam reforçar a necessidade de sua existência. O MST não é mais do que uma organização do sistema político, integrada por algumas centenas de militantes profissionais, que não sabem fazer mais nada. Se sumir da cena política como obterá recursos públicos que sustentam a organização? A tudo isso o governo federal assiste passivamente. A manutenção dessa comédia atende interesses de militantes profissionais do MST, intelectuais desinformados, estudantes encantados com a retórica radical, corporativismo do Incra e segmentos radicalizados da classe média, que jamais pisaram em áreas rurais.

FOLHA - A reforma é necessária?

NAVARRO - Mantenho o argumento que defendo há quase uma década: o tempo da reforma agrária há muito deixou de existir. Atualmente, se tanto, se justificaria uma ação mais ousada apenas no chamado "polígono das secas", onde se concentra praticamente a metade das famílias rurais mais pobres.

FOLHA - Há argumentos válidos para as invasões?

NAVARRO - O MST perdeu a chance de entrar na história brasileira, a partir do final da década de 1990, quando poderia se transformar na maior organização voltada ao desenvolvimento rural a favor dos mais pobres. Precisaria se institucionalizar, impor transparência no processo de decisões e abraçar o jogo democrático.

FOLHA - O que ocorreu?

NAVARRO - Seu líder maior [João Pedro Stedile], infelizmente, é muito tacanho e prefere continuar usando crianças em ocupações, manipular assentados com recursos públicos, doutrinar jovens em suas patéticas escolas rurais e, se necessário, usar até da violência para manter o controle interno.

Depois da Vale, MST invade a Caixa também – O Globo – Capa – 17/04/2008

Com ações em 16 estados e no DF, o MST invadiu pelo menos 43 prédios públicos — especialmente agências da CEF e do BB — e quatro fazendas, bloqueando também quatro estradas. Mil sem-terra invadiram a sede da Caixa em Brasília.

No Rio, a Dutra foi bloqueada por uma hora na altura de Pirai. Segundo o MST, as ações do “abril vermelho” têm dois objetivos: cobrar uma política de habitação rural e crédito imobiliário para os assentamentos e pedir justiça pelas mortes de 19 sem-terra no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará — que completa hoje 19 anos. Página 4

MST invade bancos e estradas para pedir justiça por massacre de Carajás – O Globo – O País – 17/04/2008

Prédios da Caixa foram ocupados; ações aconteceram em 16 estados e no DF SÃO PAULO. Na véspera do aniversário do massacre de 19 trabalhadores em Eldorado do Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996, o Movimento dos Sem-Terra (MST) intensificou ontem as ações da Jornada Nacional de Lutas, também conhecida como “Abril vermelho”, com protestos e ocupações de terra e prédios públicos em 16 estados e no Distrito Federal. Foram ocupados pelo menos 43 prédios, entre bancos e órgãos estaduais e federais; quatro fazendas e quatro estradas foram bloqueadas. O MST justifica as ações como forma de pedir Justiça para as mortes em Carajás e denunciar lentidão na reforma agrária e efeitos negativos do agronegócio, como desmatamento. Quer o assentamento de 150 mil famílias de sem-terra.

Em São Paulo, 300 sem-terra ocupam a Companhia Nacional de Abastecimento em Bauru, reivindicando um programa de compra de alimentos produzidos em assentamentos. Em Brasília, mil sem-terra ocuparam a sede da Caixa Econômica Federal. Integrante da coordenação nacional do MST, Marina dos Santos cobrou crédito para os assentamentos e criticou o Banco do Brasil. — Precisamos de crédito para assentamentos que viabilize a produção de alimentos. Só o Banco do Brasil emprestou US\$ 7 bilhões para 15 grupos econômicos, enquanto os assentamentos não têm apoio.

Também houve ações nos seguintes estados: Pará, Rio Grande do Sul, Paraná, Pernambuco, Santa Catarina, Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Em Piraí, pista da Dutra é interditada - Dicler de Mello e Souza e Aloysio Balbi – O Globo – O País – 17/04/2008

VOLTA REDONDA e CAMPOS. No Rio de Janeiro, as ações do MST aconteceram em Campos (Norte Fluminense), Volta Redonda e Piraí (Sul Fluminense). Cerca de cem integrantes do assentamento Roseli Nunes, em Piraí, interditaram a Rodovia Presidente Dutra, km 242, no sentido Rio-São Paulo. Atearam fogo a pedaços de madeira para fechar a pista. Com rostos pintados e segurando cruces de madeira, os sem-terra deitaram no asfalto. O fogo foi debelado pelos bombeiros e o tráfego, liberado por volta das 10h, quando terminou a manifestação. — Interditamos a Dutra para cobrar agilidade da Justiça na condenação dos executores e mandantes dos nossos 21 companheiros mortos no massacre de Carajás, no Pará. A chacina ocorreu há 12 anos, mas até agora ninguém foi condenado — disse o coordenador regional do MST, Sidnei Freire.

Os sem-terra de Piraí se juntaram a outros integrantes do MST na região e viajaram para Volta Redonda, onde cerca de 70 pessoas ocuparam o hall do prédio da CEF (Caixa Econômica Federal).

Uma comissão entregou ao superintendente regional do banco, Hélio Volgari, uma pauta de reivindicações, entre elas, a construção de cem mil casas e a implantação de um programa de habitação rural.

Em Campos, os sem-terra também ocuparam a sede da Caixa, mas a ação foi mais tensa. A Polícia Militar cortou a energia elétrica para que correntistas pudessem entrar na agência. Eles invadiram o térreo do prédio, onde funcionam os caixas de auto-atendimento.

O coordenador do MST em Campos, Léo Hava, disse que a PM agiu com truculência. Foram mobilizados cem homens da tropa de choque para desocupar a agência. O comandante do 8oBPM, coronel Gelesi, disse que não houve violência e que a interrupção de energia durou pouco tempo.

No aniversário das mortes, mais ações no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 17/04/2008

PARAUPEBAS (PA). Com a Polícia Militar em alerta para evitar conflitos, o MST deflagra hoje ações em todo o Pará para marcar os 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos pela PM em 17 de abril de 1996. A maior preocupação da governadora paraense Ana Júlia Carepa (PT) está em Parauapebas, onde pelo menos 2 mil sem-terra e garimpeiros instalados no acampamento Palmares II ameaçam interditar a Estrada de Ferro de Carajás, que leva o minério de ferro da mineradora Vale até o porto de Itaqui, no Maranhão.

Ana Júlia tem recebido ligações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República cobrando ações do governo para evitar o bloqueio da ferrovia. Para lembrar o massacre, Ana Júlia anuncia hoje o pagamento de indenizações a 20 famílias de sobreviventes.

As barreiras policiais nas rodovias PA-150 e 275 não impediram que manifestantes fixassem faixas e cartazes em várias cidades conclamando todos à luta pela reforma agrária, no Dia D do “Abril vermelho”.

O ponto alto será um ato público na Curva do S na rodovia PA150, local do massacre.

Pesquisa mostra perfil das invasões de terra no Paraná – Sítio Eletrônico da CNA - 18/04/2008

Invasões à noite ou de madrugada, com pessoas armadas, seguidas de abate e roubo de animais, destruição de bens, maus tratos físicos e cárcere privado de empregados e seus familiares. Esta sucessão de fatos tem sido o padrão mais comum nas 840 invasões e reinvasões de terra ocorridas no Paraná nos últimos 20 anos. É o que revela um levantamento da empresa Paraná Pesquisas, contratada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) para traçar um raio-X das invasões de terras no estado.

A pesquisa, por amostragem, foi feita junto aos produtores vítimas dos invasores e expõe um quadro sistematizado de como se dão as ações dos sem-terra. O período focado no levantamento é entre 2000 e 2006, mas possibilita projeções sobre o que vem acontecendo desde 1987, segundo o consultor para Assuntos Fundiários da FAEP, José Guilherme Cavagnari, que analisou os principais dados do estudo.

A organização dos questionários, o tamanho da amostra, a tabulação e a organização dos dados foram feitos pela economista Viviam Ester de Souza Nascimento. É dela o trabalho "Direitos de Propriedade e Conflitos de Terra no Brasil: Uma Análise da Experiência Paranaense", elaborado como dissertação para a obtenção do título de Mestre em Administração junto à Universidade de São Paulo (USP).

MST invade usina, ocupa pedágios e desafia a Vale – Folha de São Paulo – Brasil – 18/04/2008

Com 50 atos em 16 Estados, sem-terra lembram aniversário de massacre em Carajás - Em Brasília, manifestantes fazem marcha na Esplanada dos Ministérios e entregam reivindicações a presidentes do Senado e da Câmara

Para lembrar as mortes de 19 trabalhadores rurais ocorridas em Eldorado do Carajás (PA) há 12 anos, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveu ontem outro dia de intensas ações pelo país, invadindo propriedades da Vale e uma hidrelétrica em Sergipe e bloqueando praças de pedágio e rodovias.

No total, foram 50 atos, em 15 Estados e no Distrito Federal, quase o mesmo número de anteontem, quando ocorreram 53 manifestações, boa parte delas em prédios públicos. Desde o início do mês, chamado pelo movimento de "abril vermelho", os sem-terra já promoveram ao menos 150 ações.

Em Belém (PA), agricultores invadiram, por 15 minutos, o prédio da Vale, na região central da cidade. Segundo Ulisses Manaças, da coordenação nacional do MST no Pará, a ação foi uma reação às declarações do diretor-presidente da empresa, Roger Agnelli, "criminalizando o movimento".

De acordo com a empresa, cerca de 30 de seus funcionários foram impedidos de deixar o prédio durante a ação, e o portão do prédio, tombado pelo patrimônio histórico, foi arrombado. A Polícia Militar disse que não houve depredações.

Em Sergipe, os sem-terra invadiram a usina hidrelétrica de Xingó, responsável pela produção de 20% da energia elétrica consumida no Nordeste.

Segundo a Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), que administra a usina, a ação foi "pacífica" e os lavradores não tiveram acesso ao setor operacional. À tarde, a Justiça concedeu liminar de reintegração de posse, mas os sem-terra concordaram em sair antes de serem notificados, após reunião com representantes da empresa e da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco).

No Paraná, sem-terra invadiram 11 das 27 praças de pedágio do Estado. Ao chegarem, eles cobriam as câmeras de vídeo para não serem identificados e liberavam as cancelas para que motoristas pudessem passar sem pagar a tarifa. Até o final da tarde, quatro das praças ainda tinham manifestantes.

Em Agudos (SP), integrantes do MST bloquearam, por quase duas horas, a rodovia Marechal Cândido Rondon. Houve um princípio de tumulto, mas sem conflitos. Em Americana (SP), outros trabalhadores invadiram uma fazenda utilizada para o plantio de cana-de-açúcar. Aconteceram invasões a agências do Banco do Brasil em Sorocaba (SP) e Andradina (SP).

Em Maceió (AL), cerca de 500 sem-terra invadiram o prédio da Assembléia Legislativa, investigada por um suposto esquema de desvio de dinheiro, para pressionar o governo a reduzir os repasses mensais ao Legislativo estadual.

Em Pernambuco, o movimento invadiu mais uma propriedade rural - a 32ª desde sábado- e promoveu uma passeata no centro de Recife.

No Ceará, o MST realizou quatro invasões de terra, nos municípios de Ibaratama, São Luiz do Curu, Senador Pompeu e Itaipaba. Para hoje estão planejadas novas ações. Houve protestos também em duas rodovias federais: a BR-116 e a BR-020. Em Canindé, fizeram uma marcha.

No Distrito Federal, integrantes do MST e de outros movimentos sociais fizeram uma marcha pela Esplanada dos Ministérios, em Brasília. O grupo se reuniu em frente ao Congresso. Os presidentes do Senado, Garibaldi Alves (PMDB-RN), e da Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), receberam de líderes sem-terra um manifesto com medidas pela reforma agrária e de combate à violência no campo

Também houve manifestações, invasões ou bloqueios em outros oito Estados: Roraima, Piauí, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraíba. **Colaborou a Sucursal de Brasília*

Do sonho ao pesadelo – Nelson Motta - Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/04/2008

RIO DE JANEIRO - Não é uma ONG nem uma associação profissional, um partido ou sindicato, não é empresa estatal ou privada, não tem CPF nem CNPJ ou identidade, mas não paga impostos e vive dos impostos pagos pela população trabalhadora, sem prestar contas de nada a ninguém. Será um sonho? Não, são privilégios que só o MST tem.

O maior e mais incontestável sucesso do governo Lula é a política econômica, que nos proporcionou estabilidade e crescimento, além de bancar os programas sociais, inclusive os de assentamentos rurais. O MST é contra, faz protestos furiosos em frente ao Banco Central. Justo quando a ONU e o Banco Mundial advertem para a crise de alimentos, o MST demoniza e combate o agronegócio, que produz alimentos fartos e, pelo volume de produção, mais baratos. O MST sonha acabar com ele e substituí-lo pela agricultura familiar. Em que século e planeta eles vivem ?

O MST combate tudo o que está dando certo no país. Porque o comandante Stédile é contra o capitalismo, a livre-iniciativa e o mercado, seu objetivo declarado é substituí-los por um sistema comunista, socialista, bolivariano ou alguma outra ditadura econômica, política e social. Mas financia a sua guerra santa com os impostos da democracia que despreza, usando os direitos e o dinheiro do Estado democrático. Sua arrogância, ignorância e intolerância beiram a caricatura, mas o homem segue falando grosso: não respeita as leis que julga injustas, em nome da auto-atribuída justiça de sua causa intocável. No século 21, num país livre e democrático, se cada um se dá o direito de atropelar a lei e o Estado de Direito, em nome de sua crença, a civilização se barbariza e o que impera é a força bruta. O sonho do MST virou o pesadelo da democracia.

SOB CRÍTICAS, MINISTRO DIZ RESPEITAR O MST – Folha de São Paulo – Brasil – 18/04/2008

Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) afirmou que não comenta ações dos movimentos sociais. "A resposta às críticas ao ministério tenho que dar com o trabalho. Tenho que dar com o [programa de combate à pobreza campo] Territórios da Cidadania, com a reforma agrária e valorização da agricultura familiar", disse. "Eu não costumo fazer juízo sobre a ação de movimento social. Não é minha atribuição", acrescentou Cassel.

Garimpeiros fecham ferrovia da Vale com apoio de sem-terra – Eduardo Scolese –
Folha de São Paulo – dinheiro – 18/04/2008

Após sete horas de bloqueio, manifestantes foram retirados da estrada pela PM sem tumulto; quatro pessoas foram detidas - Ato contraria liminar que proíbe protesto em áreas da empresa; forró, karaokê e culto marcaram horas que antecederam o bloqueio

O estouro de rojão às 6h58 de ontem, a 30 km do centro de Parauapebas (PA), foi a senha para que um grupo de 500 garimpeiros bloqueasse com paus e pedras a Ferrovia de Carajás e impedisse a passagem de um trem da Vale, após 13 minutos.

A ação do MTM (Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração) teve apoio de integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). A barricada desrespeitou liminar da Justiça Federal obtida no mês passado pela Vale, segundo a qual movimentos sociais estavam proibidos de promover manifestações nas instalações da empresa.

A estrada de ferro da mineradora permaneceu bloqueada por sete horas. O desbloqueio ocorreu sem tumulto, às 14h.

Cerca de 200 PMs, com ajuda de federais e civis, não encontraram resistência de manifestantes e escoltaram técnicos da Vale, que voltaram com o trem a Carajás. Quatro garimpeiros foram detidos e prestaram depoimento em quartel da PM.

Os garimpeiros, a maioria com mais de 50 anos e oriundos de Serra Pelada (PA), permaneceram acampados às margens da ferrovia. Ameaçam outro bloqueio. "Tudo é possível", disse um dos coordenadores do MTM, Etevaldo Arantes. Esse foi o terceiro bloqueio da ferrovia desde outubro, em Parauapebas. Os outros dois aconteceram sob o comando do MST.

"É agora, companheiros" - A convocação para a barricada, presenciada pela Folha e escolhida por conta do aniversário de 12 anos do massacre de Eldorado do Carajás (quando 19 sem-terra foram assassinados pela PM), pegou de surpresa a maioria dos acampados. Alguns ainda dormiam, quando ouviram o rojão e saíram em disparada para uma área central do acampamento.

Reunidos, ouviram o recado dos líderes garimpeiros: "É agora, companheiros. Vamos ocupar a linha de ferro agora".

Garimpeiros correram até a ferrovia. Encheram trilhos com pedras e paus, e, um quilômetro antes, passaram a tremular bandeiras vermelhas para sinalizar o bloqueio.

O trem, com minério de ferro, apareceu menos de cinco minutos depois. Primeiro buzinou, mantendo a velocidade. Sem conseguir escapar do bloqueio, freou bruscamente e acabou preso a pedaços de pau.

Parado, o trem foi tomado pelos manifestantes, que pedem a retirada da Vale de parte de uma área de Serra Pelada, que o governo crie o Estatuto dos Garimpeiros e aposentadoria especial para a categoria.

Assustado, com o crachá o identificando como Nepomuceno, o maquinista foi cercado e colocado numa camionete branca, que o levou à estação ferroviária mais próxima.

Forró - Forró, jogo de futebol, culto evangélico, karaokê e concurso de dança marcaram as 12 horas que antecederam o bloqueio.

A **Folha** passou a noite no acampamento. Para manter a ordem, cachaça não entra. Arantes, um dos coordenadores, anda de um lado para o outro tomando chimarrão, usando camiseta de Che Guevara.

Stedile diz que "governo deve criar vergonha" – Jose Alberto Bombig – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008

O líder do MST João Pedro Stedile disse, em São Paulo, que o governo Lula precisa "criar vergonha na cara" para cumprir acordos feitos com eles.

FOLHA - Qual avaliação o sr. faz desse dia de protestos?

JOÃO PEDRO STEDILE - Foi para nos posicionarmos sobre vários aspectos. O primeiro, sobre problemas pendentes que cada setor do nosso movimento tem em relação ao governo Lula. Ele prometeu em 2006 que seriam construídas 100 mil casas em assentamentos e no interior. Foram construídas 6.0000. A Caixa nos dizia que não tinha dinheiro. Mas, para apartamento de classe média em São Paulo, tem.

FOLHA - E a questão da Vale?

STEDILE - Na região amazônica, a Vale é responsável por vários conflitos ambientais e trabalhistas e pendengas judiciais com prefeituras e Estados. Todas aquelas pessoas que se sentem agredidas pela Vale, chega a um ponto em que enchem o saco e tratam de reagir. É uma forma de chamar a atenção pelos problemas de que a Vale é culpada.

FOLHA - O movimento vai continuar?

STEDILE - Temos avançado. Fizemos acordo com a Caixa, e eles assumiram o compromisso de, até julho, assinar contratos dos projetos que estavam nas agências. Companheiros que estavam mobilizados nos bancos vão voltar para casa. Mas quem está mobilizado por causa da Vale vai mobilizar.

FOLHA - São cobranças da campanha do Lula de 2006?

STEDILE - São do programa agrário do PT de 2002, do acordo que assinamos com Lula em 2005. Está na hora de o governo federal criar vergonha na cara.

Atos criam "ambiente negativo" para investimentos, afirma Vale – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/04/2008

Em nota divulgada ontem, a Vale disse que as recentes invasões e os bloqueios a ferrovias e instalações da empresa têm criado um "ambiente negativo" para a ampliação dos investimentos no país.

"Há muito tempo, a Vale vem alertando as autoridades de que este clima de desrespeito ao Estado de Direito cria um ambiente negativo para o crescimento dos investimentos no nosso país, em especial para o Pará, região que apresenta um dos maiores potenciais de crescimento e geração de renda e emprego", afirma a nota.

No texto, cujo título é "MST promove mais um dia de crimes e terror no Pará", responsabiliza só o MST, sem citar os garimpeiros. Segundo a empresa, "cerca de 10 mil trabalhadores que prestam serviços para a Vale tiveram que interromper suas atividades por causa da invasão" à ferrovia, bloqueada por sete horas. "A Vale reafirma que não vai se calar diante de ameaças de grupos que atuam à margem da lei", diz a nota.

De acordo com a assessoria da Vale, a Justiça Federal de Marabá determinou a "abertura de inquérito policial para apuração de crime de desobediência à ordem judicial" e a "apreensão de equipamentos utilizados pelos invasores para a ocupação da ferrovia".

O governo do Pará disse que vem "mobilizando todos os esforços para preservar a paz, a segurança, o direito de trabalhar e de ir e vir de todos os seus habitantes". Segundo nota divulgada ontem, o Estado deslocou para Parauapebas "todas as autoridades estaduais da área de segurança pública" e está disposto a manter o diálogo com os movimentos sociais, mas sem "tolerar abusos".

"O governo do Pará tem convicção de que o diálogo e a negociação são os melhores instrumentos para a solução de conflitos", informa a nota.

MST desafia Justiça e pára ferrovia – O Globo – Capa – 18/04/2008

Em aberto desafio à Justiça, o MST interrompeu ontem por cinco horas o tráfego na ferrovia de Carajás, no Pará, por onde a Vale escoa sua produção. Para burlar a proibição de organizar atos contra a mineradora, os sem-terra usaram camisas amarelas de um movimento de garimpeiros. Essa foi uma das ações realizadas no país para lembrar o massacre de Eldorado dos Carajás, há 12 anos. Página 3

De amarelo, MST invade ferrovia – Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 18/04/2008

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) cumpriu a ameaça e, com o Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros da Mineração (MTM), fechou por cerca de cinco horas a Estrada de Ferro de Carajás, em Parauapebas, no Pará, sem intervenção de força policial. A ocupação — principal ato realizado ontem no país, em memória dos 19 sem-terra assassinados há 12 anos em Eldorado dos Carajás — começou perto das 6h: militantes com camisetas amarelas puseram pedaços de pau na ferrovia, no trecho em frente ao acampamento de sem-terra Palmares II. A ação conjunta com o MTM foi uma forma de o MST tentar burlar decisão da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, que proibiu o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a Vale ou interromper as atividades da mineradora no país, sob pena de multa de R\$ 5 mil.

O maquinista da locomotiva 387 da mineradora, Raimundo Nepomuceno, freou ao ver os obstáculos, mas parte da madeira foi deslocada com o choque e feriu manifestantes; a maioria sofreu escoriações, e um deles teve um braço quebrado. O maquinista contou ter sido ameaçado com foice e facão. Em nota, o MST responsabiliza a Vale por ferimentos em 22 militantes do MTM. A Vale considerou as acusações absurdas.

Foram mais de cinco horas de comemorações no acampamento. Manifestantes soltavam rojões e enfeitavam a locomotiva com faixas contra a Vale, bandeiras vermelhas do MTM, do Brasil, do Pará e uma com a imagem de Che Guevara.

Apenas por volta de meio-dia chegou uma tropa da PM paraense com 200 soldados, cães e apoio da cavalaria.

O tenente-coronel José Monteiro Júnior, comandante do Batalhão da PM em Parauapebas, convocou quatro líderes do MTM; ninguém se apresentou como líder do MST.

Governadora diz que reforçou policiamento

Não houve resistência. Os cerca de 800 manifestantes permaneceram no acampamento, cercados pela tropa de choque, enquanto policiais e agentes da Polícia Federal recolhiam cartazes, faixas e bandeiras afixados na locomotiva da Vale e cortaram os troncos com uma motosserra.

Neuton Paulino, que se apresentou como líder do MTM, e Altamiro Borba Soares, assessor do prefeito de Parauapebas, Darci Lermen (PT), aliado do MST, foram presos por desobediência à decisão da Justiça que proibiu ações de vandalismo contra instalações da Vale e co-autoria na obstrução da ferrovia. Em Belém, o MST invadiu sede da Vale. E na Curva do S, na PA-150, palco do massacre, em 17 de abril de 1996, houve missa e ato público com cerca de 200 sem-terra.

A Vale responsabilizou a governadora Ana Júlia Carepa (PT) pelo bloqueio da ferrovia. Em nota, a mineradora disse que “não vai se calar diante das ameaças do MST ou da falta de responsabilidade dos governantes, em especial no Estado do Pará, que se omitem diante de um crime há muito anunciado e que, por incompetência ou conivência, estão assistindo a essa maré de crimes que nos últimos dias vem aterrorizando o Brasil”.

Ana Júlia assinou ontem decretos que indenizam vítimas de violência no Pará, incluindo 20 famílias do MST, pelo massacre de Eldorado dos Carajás.

O governo pagou um total de R\$ 1,497 milhão às famílias. Quanto às acusações da Vale, o governo do Pará informou em nota que enviou a Parauapebas “todas as autoridades estaduais da área de segurança pública”. “Estas autoridades estão desde o dia 8 de abril na

área do possível conflito e, para garantir a livre manifestação de opinião e o direito ao trabalho e à produção, o governo do Pará também deslocou contingentes policiais para coibir atos de vandalismo e manter a ordem social na região”.

Movimento organizou atos em todo o país – Adauri Antunes Barbosa – O Globo – O País
– 18/04/2008

SÃO PAULO, CURITIBA e RIO. Principal data da Jornada Nacional de Lutas, também conhecida como “Abril vermelho”, o MST promoveu ontem protestos em 15 estados e no Distrito Federal, para exigir o assentamento das 150 mil famílias acampadas no país, investimentos públicos na produção agrícola e habitação em assentamentos. Em Sergipe, cerca de 850 famílias invadiram a área da Hidrelétrica de Xingó, em Canindé de São Francisco, sem ocupar as instalações da usina. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que o governo federal decidiu enviar tropas do Exército ao local.

— Já tivemos a desocupação da Vale e o problema de Xingó está sob controle, não apenas pela Polícia Militar da região como também pelo próprio Exército, que está nas proximidades, como ação preventiva.

Eu entendo que um patrimônio que é do povo brasileiro tem que ser preservado — disse o ministro.

No Paraná, cerca de 1.500 integrantes do MST invadiram na manhã de ontem 11 das 27 praças de pedágio em rodovias do estado. De acordo com a Polícia Rodoviária Estadual, não houve registro de tumulto, mas os sem-terra liberaram as cancelas e os motoristas puderam passar sem pagar. No início da noite, quatro dessas praças de pedágio invadidas ainda estavam ocupadas por militantes do MST.

Em São Paulo, os sem-terra invadiram duas agências do Banco do Brasil em Sorocaba e Andradina, reivindicando a criação de uma nova linha de crédito para a reforma agrária. Em Americana, também no interior de São Paulo, cerca de 400 sem-terra ocuparam a Fazenda Saltinho, cuja área de 216 hectares faz parte, segundo o MST, de um complexo de terras de 8,5 mil hectares utilizados indevidamente pela Usina Ester para o plantio de cana-de-açúcar.

Em Agudos, o MST manteve a invasão das terras de uma fazenda da Ambev, embora a cervejaria tenha obtido na Justiça mandado de reintegração de posse.

Diversos movimentos e entidades entregaram uma carta aberta ao Incra no Rio, pedindo medidas do governo contra a impunidade do massacre de Eldorado dos Carajás e agilidade no processo de reforma agrária. A carta foi entregue ao superintendente do Incra no Rio, Mario Lúcio.

Em Pernambuco, segundo o MST, cerca de 3 mil trabalhadores rurais marcharam pelas ruas de Recife, desde a sede do Incra, onde 700 sem-terra já estavam acampados desde quarta-feira, até o Palácio das Princesas, sede do governo pernambucano, onde foi entregue uma pauta de reivindicações ao governador Eduardo Campos (PSB). Além do assentamento das 14 mil famílias acampadas no estado, o MST reivindica investimento público para os já assentados.

No Rio Grande do Sul, quatro rodovias foram bloqueadas por poucos minutos. Os bloqueios ocorreram na BR-356, em Nova Santa Rita, e nas rodovias estaduais de Tupanciretã, Bossoroca e Nonoai. Em Coqueiros do Sul, cerca de 200 acampados entraram na Fazenda Guerra, onde colocaram cruces de madeira e faixas lembrando os mortos de Eldorado dos Carajás. Em São Gabriel, 800 integrantes do MST ocupam a Fazenda Southal, exigindo a desapropriação da área.

Na Bahia, integrantes do MST interromperam o tráfego na rodovia BA-263, em Itambé, a cerca de 600 quilômetros de Salvador, provocando um engarrafamento desde o início da manhã até o fim da tarde. E, em Brasília, cerca de 400 sem-terra ocuparam a Superintendência Regional do Incra.

Ministro lava as mãos: Nem é assunto agrário – Evandro Éboli – O Globo – O País – 18/04/2008

BRASÍLIA. Num dia em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou rodovias federais, paralisou pedágios e obstruiu uma ferrovia, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, evitou criticar a entidade. Cassel elogiou os movimentos sociais e disse que o governo não tem responsabilidade sobre essas ações. Para ele, quem se sentir lesado por esses atos deve procurar a Justiça: — Vivemos num país democrático onde os movimentos sociais são parte importante da sociedade.

Ajudaram a construir a democracia neste país. E são responsáveis por aquilo que fazem. As instituições no país funcionam. O Poder Judiciário funciona perfeitamente. Qualquer cidadão ou movimento organizado que faz alguma ação é responsável por ele.

Cada um é responsável pelo que faz.

Indagado sobre o protesto dos sem-terra contra a mineradora Vale, afirmou que sua pasta nada pode fazer a respeito.

— Estamos falando de uma empresa privada que teve seus direitos afrontados. Tem que recorrer ao Poder Judiciário. Não é o Poder Executivo ou o ministério que irão interferir nesse enfrentamento. Nem é assunto agrário — disse.

Encruzilhada – O Globo – Opinião – 18/04/2008

Não está mais em questão saber quais os reais objetivos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O dia de ontem, quando, a pretexto de relembrar os 12 anos do conflito ocorrido entre manifestantes e a polícia no interior do Pará, a entidade paralisou mais uma vez a estrada de ferro de Carajás, da Vale, ocupou postos de cobrança de pedágio rodoviário no Paraná, invadiu fazendas e 43 prédios públicos em pelo menos 16 estados, serviu para acabar de vez com a ilusão — de quem ainda a tinha — de que o MST se bate por uma agenda social. Não é verdade. A organização se move por objetivos políticos e de poder, por sobre a Justiça e as demais instituições.

É coisa do passado a luta pela reforma agrária, nascida no Sul de uma associação entre grupos de esquerda radical e segmentos da Igreja Católica ligados à Teologia da Libertação.

A agricultura brasileira se modernizou em alta velocidade, terras férteis ociosas passaram a ser cultivadas em ritmo intenso e a fronteira agrícola moveu-se em direção ao norte. E assim a bandeira da reforma agrária foi aposentada pelo dinamismo da própria sociedade brasileira. Com isso, os aspectos revolucionários da proposta do MST ficaram mais explícitos. Propriedades produtivas começaram a ser invadidas — na ausência do latifúndio mantido como reserva de valor — e, na falta de “agricultores expulsos por latifundiários”, a organização passou a arrebanhar e manipular um exército de lumpens formado por desempregados urbanos, aventureiros de garimpo e assim por diante. A pauta de reivindicações foi ampliada, para abranger programas habitacionais destinados à baixa renda, redução dos juros e calote na dívida externa. E o leque dos alvos foi aberto, para incluir empresas de grande porte em geral e multinacionais em particular, a engenharia genética aplicada ao campo, etc.

A chegada a Brasília do governo Lula, num comboio do qual fazia parte o MST, permitiu à organização entrar nos aparelhos de Estado e a ter facilitado o acesso a recursos públicos, que passaram a financiar toda essa sucessão de atos violentos, os quais ideólogos devem considerar uma “fase pré-revolucionária”.

Toda democracia deve saber conviver com ameaças, dando espaço livre a todos. Mesmo aos que visam a destruí-la — desde, porém, que cumpram a lei. Este é o ponto crucial na questão do MST e o Brasil de hoje: o poder público e a sociedade permitirão que caiamos na transgressão absoluta, caminho curto rumo a uma grave crise institucional, ou o estado de direito será defendido com as armas que a Constituição concede? Estamos nesta encruzilhada.

MDA/Incrá reúnem-se com representantes do MST – Sítio Eletrônico do MDA – 18/04/2008

Mais R\$ 800 milhões para a construção de casas, meta de assentar 100 mil famílias em 2008 e avanços na criação de um crédito ambiental foram os principais assuntos apresentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a representantes nacionais e estaduais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A reunião foi nesta sexta-feira (18) no MDA, com a presença do secretário-executivo do Ministério, Marcelo Cardona, e do presidente do Incra, Rolf Hackbart.

Para o assentamento de famílias serão vistoriados 4,3 milhões de hectares e investidos R\$ 916,8 milhões na desapropriação de imóveis improdutivos para a criação de Projetos de Assentamento. De 2003 a 2007, foram assentadas cerca de 450 mil famílias, em mais de 38 milhões de hectares, e criados 2.737 Projetos de Assentamento.

Do orçamento do Incra para 2008, R\$ 16,9 milhões serão investidos para que 1,3 mil assentamentos tenham as licenças ambientais expedidas. Para o manejo dos recursos naturais, mais R\$ 30 milhões estão assegurados para recuperação dos passivos ambientais de 36,9 mil famílias. Discutiu-se, ainda, a mudança no crédito da reforma agrária, investimento na educação no campo e desenvolvimento produtivo dos assentamentos.

Representantes do MST apresentam reivindicações ao Ministério do Desenvolvimento Social – Sítio Eletrônico do MDS – 18/04/2008

A secretária-executiva adjunta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Rosilene Rocha, recebeu na quinta-feira (17/04), em Brasília (DF), representantes do Movimento Sem-Terra (MST). O grupo veio reivindicar a inclusão dos sem-terras em programas sociais do Ministério. Durante o encontro - do qual também participou o diretor da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Crispim Moreira - a secretária Rosilene anunciou a realização de um seminário nacional para discutir o PAA, na capital federal, no mês de maio, organizado pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação do MST e da Via Campesina, entre outros. **Raquel Flores*

MST invade sedes da Vale, do Inbra e agências do BB – Valor Econômico – Agronegócios - 18/04/2008

A Vale informou ontem que integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST) invadiram a sede administrativa da mineradora, em Belém (PA). A ocupação ocorreu no aniversário de 12 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, que resultou na morte de 19 sem-terra. O MST realizou ontem ações no Distrito Federal e em 11 Estados.

Entre as ações estavam a invasão de sedes do Inbra e de agências do Banco do Brasil. Foram invadidas as sedes do Inbra em Imperatriz (MA), Chapecó (SC), Petrolina (PE) e uma regional de Brasília (DF). Já as agências do BB ocupadas foram as de Sorocaba e Andradina, no interior de São Paulo.

De manhã, integrantes do Movimento dos Trabalhadores em Mineração (MTM) ocuparam a Estrada de Ferro Carajás (EFC), que pertence à Vale. A mineradora informou que a invasão havia sido promovida pelo MST, que negou a autoria da ação. O MST assumiu a autoria da ocupação da sede da Vale em Belém. A ocupação do prédio da Vale durou 15 minutos.

MST invade mais uma propriedade em SP – Folha de São Paulo – Brasil – 19/04/2008

Fazenda de indústria de citricultura foi tomada após grupo ter deixado outra área por ordem judicial

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promoveu ontem mais uma invasão no interior de São Paulo. Segundo a Polícia Militar de Borebi (311 km de SP), o alvo foi a fazenda Santo Henrique, da indústria de citricultura Cutrale. A invasão ocorreu duas horas após os sem-terra terem deixado, por ordem judicial, a fazenda Água do Pilintra, invadida há uma semana em Agudos (325 km de SP), que pertence à multinacional Ambev. Em nota, a PM informou que cerca de 300 integrantes do MST, "portando facões e foices", invadiram a fazenda.

A direção estadual do MST disse que a invasão foi pacífica, sendo mais uma ação do chamado "Abril Vermelho".

O Incra disse que a área integra o núcleo colonial Monção, obtido por sentença judicial em 1909 pela União, que posteriormente foi grilada por terceiros.

A Cutrale disse que é dona "de uma parte da área em questão, não da totalidade". Afirmou que a área é produtiva e que analisa medidas a tomar.

Mais ações - Na Bahia, cerca de 500 famílias de sem-terras invadiram ontem uma fazenda no município de Carinhanha (801 km de Salvador), segundo o MST.

No Rio Grande do Sul, o MST realizou dois bloqueios na BR-158, em Santana do Livramento. Segundo a Polícia Rodoviária Federal, os dois sentidos da pista ficaram paralisados por 40 minutos em cada ação. Em São Gabriel, os sem-terra desocuparam a fazenda Southall.

No Rio, cerca de cem integrantes do MST ocuparam ontem a Prefeitura de Cardoso Moreira. A invasão transcorreu sem violência. Eles cobraram investimentos em infraestrutura em assentamentos. **Colaborou a Agência Folha, no Rio*

Reforma agrária – D. Eugênio Sales – O Globo – Opinião – 19/04/2008

Em 17 de fevereiro, o periódico "A Ordem", vinculado à Arquidiocese de Natal, publicou matéria sob o título "Punaú é modelo de reforma agrária, iniciativa da Arquidiocese de Natal". Foram beneficiadas 49 famílias, entre elas 5 de imigrantes japoneses.

Assistência técnica e infra-estrutura garantem, até hoje, o êxito da produção agrícola. O sucesso dessa iniciativa vitoriosa nos leva a algumas considerações sobre essa matéria.

No Brasil vêm crescendo os males de um doloroso contraste. Grandes extensões de terra, muitas vezes improdutivas, e, ao lado, o homem do campo que busca sustento para si e a própria família.

Cresce uma certa agitação social. A solução, evidentemente, está em uma reforma agrária autêntica. A expressão "autêntica" é fundamental. Trata-se de uma reestruturação complexa, mas viável, quando há uma vontade política de levá-la a cabo e uma sincera cooperação por parte dos beneficiados.

Anos se passaram, desenvolveu-se o país e o problema permanece, apesar de todas as promessas. O impasse na solução tem explicações diversas e origens variadas. Vai desde uma mentalidade retrógrada, espúrias manifestações ideológicas e leis inadequadas ao atendimento prioritário do bem comum, a interesses escusos, acobertados por uma nobre bandeira.

Diante dessa realidade, algumas medidas são requisitos essenciais para alcançar êxito na modificação agrária do país. O fato de outras tentativas terem fracassado não

justifica a acusação de insinceridade ou inviabilidade dos esforços atuais, na busca de uma reforma da estrutura obsoleta. Com o progresso da Humanidade, o cultivo do solo mudou profundamente. O tipo de agricultura, para alcançar êxito hoje, é diverso do passado, mesmo recente. O apelo à violência é ilusório, prejudicial e inaceitável. Esse caminho leva ao confronto e não aos objetivos procurados, se realmente desejamos o bem de irmãos necessitados e não finalidades políticas e ideológicas.

Em uma sociedade democrática, civilizada, o afrontamento da legislação vigente, mesmo inadequada, conduz a males mais graves que os existentes.

Mudança de leis somente por meios lícitos e não desrespeitando a legítima autoridade. Mesmo que esta não seja eficaz, nada de bom frutifica no caos social. As diligências verdadeiras passam ao largo da demagogia, da corrupção e do oportunismo.

Na primeira visita pastoral ao Brasil, o santo padre João Paulo II nos deixou precisas orientações na matéria. Lembro a homilia do dia 7 de julho de 1980, em Recife.

Na segunda visita, em 1991, falando em São Luís, Maranhão, retornou ao assunto.

Ele foi incisivo, não deixou margem a interpretações espúrias. Como pastor da Igreja universal, reafirmou suas instruções quando se dirigiu, em 21 de março de 1995, ao episcopado nacional, através do Regional Sul-1 da CNBB, sobre temas hoje agudos, mas já existentes então.

Foram palavras de João Paulo II: “A Igreja não pode estimular, inspirar ou apoiar as iniciativas ou os movimentos de ocupação de terras, quer por invasões pelo uso da força, quer pela penetração sornateira das propriedades agrícolas” (nº 5). Isso, logo depois de haver alertado: “Os ministros sagrados, bem como religiosos e religiosas (...) evitem cuidadosamente qualquer envolvimento pessoal no campo da política ou do poder temporal.” Insistiu na necessária separação da Pastoral Social e da militância política partidária.

O fiel, diante do texto citado, saberá discernir o verdadeiro ensinamento da Igreja Católica. Os valores de uma bandeira não justificam o apelo a meios reprováveis. A ordem pública, indispensável a todos, ricos e pobres, exige o respeito à lei e aos estatutos jurídicos. Os esforços pela reforma da legislação são fundamentais, mas esta não pode ser ignorada ou ferida. A ajuda que a Igreja deve dar à causa da justiça é enfraquecida e anulada quando o católico desobedece ao santo padre e aos bispos em comunhão com suas diretrizes.

Pelo fato da existência de sombras não se deve desconhecer os reais avanços no rumo da meta almejada. Respondem pela morte de tantos irmãos nossos, de lado a lado, os que estimulam a violência, enquanto são outros que perdem o inestimável dom da vida.

Cada um de nós deve assumir a parcela de responsabilidade na solução da miséria que ainda ofende a imagem de Deus em tantos brasileiros.

Reforma agrária segue em ritmo lento no Pará - Ronaldo Brasiliense – O Globo – O País – 20/04/2008

PARAUPEBAS (PA). O rico Sudeste paraense — que detém em seu subsolo as maiores jazidas de ferro, cobre e níquel do país, na maior província mineral do planeta, a de Carajás — há décadas é o palco dos maiores conflitos agrários por uma razão simples: entra governo, sai governo, e não se faz reforma agrária na região.

— Em 2007 o governo Lula não fez uma única desapropriação de terra na região — diz frei Henry dês Roziars, advogado da Comissão Pastoral da Terra em Xinguara, há mais de dez anos na lista dos ameaçados de morte na Amazônia.

Frei Henry, que tem a proteção de dois policiais militares desde o assassinato da missionária Dorothy Stang, em Anapu, em fevereiro de 2005, acompanhou passo a passo as ações do MST no 17 de abril, no 12o ano do massacre de 19 sem-terra em Eldorado do Carajás. Ele prevê o recrudescimento da luta pela reforma agrária no Sul e no Sudeste do Pará, onde aumentaram os acampamentos de trabalhadores sem terra para trabalhar.

Polícia Militar não dá proteção a oficiais de Justiça A falta da reforma agrária acirra os ânimos entre as partes em conflito: o MST incentiva a invasão de propriedades produtivas, os fazendeiros recorrem à Justiça e conseguem mandados de reintegração de posse, que quase nunca são cumpridos porque, no caso do Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) se recusa a pôr a Polícia Militar para proteger os oficiais de Justiça nas ações de despejo.

Não é preciso ir muito além da sede do município de Parauapebas para se ver situações de extrema penúria entre os sem-terra. No assentamento Dina Teixeira, a 12 quilômetros do centro da cidade, mais de mil famílias

esperam há mais de ano a regularização das terras que ocuparam da Fazenda São Marcos, titulada e produtiva, vivendo em barracos de taipa, cobertos de palha.

— Estamos cansados de esperar que o governo faça alguma coisa por nós — diz Raimundo Nonato Souza, maranhense, há mais de um ano no acampamento à espera da reforma agrária do governo Lula.

Em Parauapebas, os dias seguintes à paralisação da ferrovia de Carajás, da mineradora Vale, foram de alívio.

Centenas de policiais civis e militares enviados de Belém retornaram à capital e, no acampamento Palmares II, a 100 metros do local onde a ferrovia foi bloqueada, líderes do Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros da Mineração (MTM), como Antonio Clemente, de 67 anos, ameaçavam com novas paralisações: — A gente nasce para morrer.

Se o governo não atender nossas reivindicações, voltar a bloquear a ferrovia da Vale é um instrumento de luta.

Presidente Lula recebe pauta de reivindicações no Palácio do Planalto – Sítio Eletrônico da Contag - 21/04/2008

O presidente Lula recebeu, nesta terça-feira (15), o documento que contém as 59 reivindicações do Grito da Terra Brasil (GTB). A pauta foi entregue por uma delegação composta por diretores da Contag e representantes de 15 Fetags.

O presidente da Contag, Manoel dos Santos, e a coordenadora da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Carmen Foro, foram os porta-vozes dos dirigentes do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Os ministros da Secretaria Geral, Luiz Dulci, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel; os secretários de Desenvolvimento Territorial, Humberto de Oliveira, e de Reordenamento Agrário, Adhemar Almeida; e o presidente do Incra, Rolf Hackbart, também participaram da reunião.

A negociação das dívidas da agricultura familiar foi destacada por Manoel dos Santos durante a apresentação da pauta. "Queremos tratamento especial para os agricultores familiares e a individualização das dívidas", propôs. O presidente da Contag também alertou o presidente para desvios no programa do biodiesel e indicações políticas no Incra. "A soja está sendo privilegiada como matriz do biodiesel e as Superintendências do Incra estão sendo tomadas por políticos que não conhecem o assunto e não têm compromissos com a reforma agrária", denunciou.

Já a coordenadora da Comissão Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Contag informou ao presidente que a pauta da Marcha das Margaridas não está avançando. "Os pontos que negociamos com o governo federal, sobretudo as questões relacionadas ao Ministério da Saúde, ainda não saíram do papel", afirmou Carmen Foro.

O presidente Lula convidou a Contag para fazer um inventário sobre os problemas do biodiesel e apresentar propostas para a política de segurança alimentar do governo federal. Essas questões serão discutidas com o presidente da Contag até o final de abril. Ele também anunciou a criação de uma subsidiária da Petrobras para tratar exclusivamente do biodiesel e garantiu que os representantes da agricultura familiar participarão ativamente desta empresa.

Sobre o assédio de políticos conservadores ao Incra, o presidente disse que a divisão de cargos entre a base aliada faz parte do jogo democrático. No entanto, ele garantiu que a substituição de superintendentes do órgão em alguns estados não vai mudar a política de implementação da reforma agrária traçada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Lula anunciou, ainda, uma mudança importante no processo de negociação da pauta do GTB. Ele vai convocar uma reunião de todos os ministros envolvidos com as reivindicações do MSTTR até o final de deste mês para socializar o documento e exigir agilidade nas respostas.

Manoel dos Santos fechou a reunião pedindo que o governo federal libere recursos para as vítimas das enchentes no Nordeste. O presidente Lula disse que já foram tomadas ações emergenciais em conjunto com os governadores dos nove estados da região e que o MDA analisa a possibilidade de usar o Garantia Safra para as situações de calamidade pública provocadas pelos períodos de cheia.

Fórum defende novo ordenamento fundiário no País – Sítio Eletrônico da Contag - 22/04/2008

O Acampamento do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo deixou saldo positivo para a luta em defesa do limite da propriedade da terra. Os representantes dos movimentos sociais elaboraram um documento defendendo um novo reordenamento fundiário no Brasil, a partir da atualização dos índices de produtividade, aprovação da emenda constitucional que expropria terras onde há trabalho escravo e da adoção de novo instrumento jurídico que limite a propriedade privada da terra.

A discussão que formatou a declaração foi durante o Acampamento Nacional do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), em defesa do Limite da Propriedade da Terra, pela reforma agrária, soberania territorial e Alimentar, realizado em Brasília entre os dias 14 a 17 de abril 2008. A Contag participou ativamente do encontro, que reuniu mais de 2 mil pessoas entre lideranças das organizações do Fórum, trabalhadores e trabalhadoras rurais, sem terras, agricultores e agricultoras familiares, camponeses e camponesas e organizações não-governamentais convidadas.

Confira a declaração final do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo. Clique [aqui](#).

D. Xavier fala sobre a importância do Conflitos no Campo Brasil – Sítio Eletrônico da CPT – 22/04/2008

“O relatório [Conflitos no Campo Brasil 2007] é um instrumento para que os líderes possam tomar as decisões que têm que ser tomadas”, afirmou Dom Xavier Gilles, presidente da CPT, em entrevista ao Jornal do Commercio (Recife-PB). Na matéria publicada no dia 20 de abril, ele comentou sobre alguns dados presentes na publicação da CPT, como a diminuição no número de mortes no campo e o aumento das expulsões. Para Dom Xavier, existe uma aliança corporativista entre juízes, ruralistas e políticos para permitir que proprietários de terras façam justiça com as próprias mãos e expulsem famílias acampadas. Ele ainda afirmou que não existe reforma agrária no Brasil e que mesmo que o presidente Lula pretenda realizá-la, o processo seria barrado pela bancada ruralista do Congresso Nacional. O presidente da CPT considerou que o Conflitos no Campo Brasil é importante porque “pode ajudar pessoas de boa vontade a diminuir o abismo entre os ricos e os pobres”. Para ele, a publicação é um instrumento para que as autoridades possam tomar as atitudes necessárias para resolver questões urgentes do povo brasileiro.

CPT envia carta de repúdio à Fundação Konrad por convite a responsável pelo massacre de Eldorado dos Carajás

A Fundação Konrad, entidade alemã que se destacou no Brasil por suas ações humanitárias, convidou para o IX Simpósio Alemão-Brasileiro o senhor Paulo Celso Sette Câmara para falar sobre "Criminalidade e violência, desafios para o Brasil". Paulo Celso foi secretário de segurança pública do estado do Pará e ordenou o ataque contra os trabalhadores rurais que ocupavam um rodovia em Eldorado dos Carajás, matando 19 trabalhadores no que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás.

A CPT, portanto, estranhando a iniciativa dessa entidade no momento em que se completam 12 anos de tal massacre, enviou à Fundação Konrad a carta abaixo pedindo o cancelamento de tal convite.

Leia a carta na íntegra:

À Fundação Konrad Adenauer

À sociedade do Brasil e da Alemanha

A Fundação Konrad Adenauer, que se notabilizou no Brasil, em anos passados, por iniciativas humanitárias de solidariedade, está realizando, em Berlim, nos dias 24 e 25 de abril de 2007, o IX Simpósio Alemão-Brasileiro que terá como temática “Segurança Pública e Sociedade Democrática no Brasil e na Alemanha”. Um dos convidados para proferir palestra neste evento é o senhor dr. **Paulo Celso Pinheiro Sette Câmara que falará sobre "Criminalidade e violência, desafios para o Brasil"**.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, organismo da Igreja católica de atuação ecumênica, presente em todos os estados do Brasil, se mostra estarrecida, diante deste convite dirigido ao senhor Sette Câmara, pois ele, como Secretário de Segurança do Pará, no governo Almir Gabriel, em 1996, foi quem ordenou o ataque contra os trabalhadores rurais que ocupavam uma rodovia em Eldorado de Carajás, no estado do Pará, que se manifestavam pacificamente exigindo a desapropriação de áreas para Reforma Agrária. O resultado deste ataque foi o massacre de 19 trabalhadores rurais sem-terra, fato que repercutiu nacional e internacionalmente.

Diante disto, a Coordenação Nacional da CPT, confia que a Fundação Konrad Adenauer, alicerçada em princípios democráticos e de justiça, cancele o convite feito ao senhor Sette Câmara e entenda que a Reforma Agrária continua sendo uma das grandes tarefas para que a segurança pública impere no campo brasileiro.

Goiânia, 17 de abril de 2008 (12º aniversário do Massacre de Eldorado de Carajás)

Dom Xavier Gilles de Maupeou d’Ableiges

Presidente

Justiça manda Incra pagar R\$ 372 mi por desapropriação – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Brasil – 22/04/2008

Valor é o mais alto já desembolsado pelo órgão por um único pedaço de terra - Área alvo de disputa judicial, em Rondônia, pertencia a um casal de pecuarista que vendeu parte de seus direitos a dois bancos

A cinco horas de Porto Velho (RO), escondido num ponto da floresta amazônica acessível por meio de trilhas, está um pedaço de terra que nunca produziu nada legalmente e cuja indenização pela desapropriação custará R\$ 371,5 milhões aos cofres públicos. Trata-se do mais alto valor a ser desembolsado pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) por um único pedaço de terra. Ele equivale a um terço da quantia reservada pelo governo no ano passado para a aquisição de terras visando a reforma agrária.

A indenização resulta de uma disputa judicial de duas décadas entre a União e um casal de pecuaristas, num processo marcado por suspeitas de especulação e falsificação de documentos, além de trapalhadas topográficas oficiais.

Na área, de 17,2 mil hectares, chamada de Seringais Serra e Repartimento e encravada no município de Cujubim, o cenário de mata nativa dos anos 80 dá lugar hoje a uma pastagem a se perder de vista. Lá, invasores se dizem criadores de gado.

O pagamento da primeira das dez parcelas da indenização foi agendado pela Justiça Federal de Rondônia para as próximas semanas. Antes disso, porém, o casal de pecuaristas vendeu parte de seus direitos no processo, o que lhe proporcionou milhões de reais antecipados e criou um grupo paralelo de interessados na ação. Entre eles estão dois bancos, o suíço UBS Pactual e o alemão Deutsche Bank, o ex-procurador-geral da República Aristides Junqueira, uma universidade de Cuiabá e duas lojas de tintas, uma em Rondonópolis (MT) e outra em Presidente Prudente (SP).

Os principais beneficiados com a conclusão do processo foram Wilson e Carmela Telles, casal de 76 anos e que, em meio ao processo, trocou Presidente Prudente por Londrina (PR).

Em troca dos R\$ 246,2 milhões a que tem direito no processo, o casal já recebeu dos bancos o montante de R\$ 142,6 milhões. "O dinheiro vai ficar para os meus seis filhos", disse Wilson à Folha, por telefone.

Em setembro de 1988, o casal entrou na Justiça Federal de Rondônia com uma "ação ordinária de indenização" contra o então Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

Eles alegaram ser os legítimos proprietários da Seringais Serra e Repartimento, usada seis anos antes pelo presidente João Baptista Figueiredo como parte de um projeto de assentamento para antigos seringueiros, conhecidos como os "soldados da borracha".

O acesso complicado, apenas por barco nos anos 80, inviabilizou o projeto. Os poucos seringueiros que se instalaram lá logo abandonaram a área, comprada pelos Telles em 1986, quatro anos após a criação do projeto de assentamento.

"Esse caso é emblemático para o Incra, não apenas pelo valor mas também por saber que é uma área que foi comprada exclusivamente para fins de especulação. Porque o proprietário que agora está sendo indenizado jamais produziu qualquer coisa nessa área", disse Gilda Diniz dos Santos, procuradora-geral do Incra.

Nesses 20 anos, o Incra acumulou derrotas no TRF (Tribunal Regional Federal), no STJ (Superior Tribunal de Justiça) e no STF (Supremo Tribunal Federal) e, devido à morosidade judicial, viu a criação de dois fatores extras no processo, ambos desfavoráveis à União.

O primeiro deles foi o acúmulo dos juros compensatórios. Hoje, os juros (R\$ 279,1 milhões) representam 75% da indenização. O segundo foi o fato de o casal, em troca de dinheiro adiantado, ter cedido a terceiros parte de seus direitos.

"[A decisão da Justiça] foi a coisa mais lícita que poderia ter acontecido. Foi mais do que isso [justiça]. Uma questão de Deus lá em cima. Houve realmente o esbulho, fiquei sem nada, tomaram tudo o que eu tinha", declarou Wilson Telles. Os recursos do Incra e do casal Telles se sucederam até o início deste ano, quando, vencidas todas as etapas do processo, a União depositou em juízo o valor referente à primeira das dez parcelas da indenização.

A Justiça tem até dezembro para autorizar o pagamento.

Ação ganha novos interessados após cessões de crédito - Nos últimos anos, o processo milionário de indenização da Seringais Serra e Repartimento, em Cujubim, ganhou um grupo de interessados que nada tem a ver com a ação original. Eles são donos das chamadas cessões de crédito.

Wilson Telles, considerado um especulador pelo governo e identificado no processo ora como pecuarista ora como comerciante, diz que isso é resultado dos "seríssimos" problemas financeiros enfrentados por ele desde que acionou a União na Justiça, em 1988. "[Enfrentei] problemas financeiros seríssimos, ao ponto de não ter [dinheiro] para comprar leite", afirma Telles, que completa: "Consegui [vender os direitos] à custa de muita desvalorização. As cessões foram muito menos que o valor real. Todos levaram vantagem".

Em princípio, o mecanismo da cessão de crédito é uma certeza de desvalorização ao cedente e um negócio de risco ao comprador, a quem cabe aguardar o fim do processo para receber o dinheiro e torcer contra reviravoltas jurídicas que bloqueiem o pagamento. Em abril de 2005, por exemplo, Telles cedeu à Maiscor Tintas o direito a R\$ 6 milhões. Em troca, recebeu R\$ 688 mil. A Maiscor também conseguiu facilidades no pagamento: R\$ 12 mil à vista, um carro de R\$ 40 mil e o restante em 53 parcelas. "Tive a chance de fazer um bom negócio para mim como também de ajudar o seu Wilson", disse o dono da Maiscor, que não quis ser identificado. Outros beneficiados não comentaram o caso.

Indenização prevê exploração de madeira, mas pastagem é predominante na área

DO ENVIADO A CUJUBIM (RO)

Uma fatia de 59% da indenização será paga sobre o potencial de exploração madeireira de uma área que hoje está quase que toda resumida à pastagem. Algumas poucas castanheiras sobrevivem em meio aos tocos do pós-motosserra.

Esse potencial a ser explorado é tratado como "cobertura florestal" no processo. Do valor de R\$ 371,5 milhões a serem pagos pela União, R\$ 219,4 milhões fazem parte desse item.

"O valor da cobertura florestal é a metade do originalmente proposto na ação. A Justiça determinou que a quantia fosse cortada ao meio, por isso o Incra não tem do que reclamar", diz Antônio Vilas Boas Teixeira de Carvalho, um dos advogados de Wilson e Carmela Telles.

A Folha esteve na Seringais Serra e Repartimento. No trajeto, caminhões lotados de madeira transitavam num cenário ainda predominante de mata.

A paisagem contrasta com o encontrado na área de R\$ 371 milhões, que, segundo o Incra, deveria estar intacta. No local, árvores de grande porte deram lugar a um pasto a se perder de vista. "Tenho gado de leite e de corte por aqui. Também planto feijão, mandioca e arroz", afirma Cristiano Almeida, 30, que identificou-se como dono da área. Ele diz que sua família atua no local desde os anos 90.

Almeida afirma que já ouviu falar de Wilson Telles e da Seringais Serra e Repartimento, mas desconversa ao ser questionado sobre a sua presença numa terra federal. "Sobre isso você tem que falar com o meu irmão, que é advogado."

Técnico do Incra de Rondônia desde 1978, Edson Ludegero se disse "impressionado" com o que viu na área. "Pensei que fosse encontrá-la coberta de floresta." Para que pudesse indicar o local exato da área, Ludegero viajou ao local a convite da Folha. **(ES)**

Invasões do MST ficam sem punição – Capa – O Globo – O País – 22/04/2008

A nova onda de invasões do MST deve ficar impune, da mesma forma que as anteriores. O Ministério do Desenvolvimento Agrário nem sequer tem registro de sanções aplicadas a quem invadiu terra, prédio público ou empresa privada. A lei que diz que área invadida não pode ser usada para reforma agrária não é aplicada. O ministro Guilherme Cassel diz que o governo não permite abusos. Página 3

Em meio à retomada de invasões pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no “Abrilvermelho”, os órgãos do governo que cuidam do assunto e deveriam fiscalizar esses atos não pensam em punição.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário nem sequer tem registro de sanções aplicadas a quem invadiu terra, prédio público ou empresa privada. A legislação federal diz que área invadida não pode ser desapropriada e ser destinada ao programa de reforma agrária, o que não está ocorrendo.

O Incra tem interpretação diferente e usa uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para justificar essa posição. O entendimento da Justiça, segundo o órgão, é que só não se pode desapropriar a terra quando a

invasão interfere nos índices de produtividade.

Ou seja, quando há, por exemplo, destruição de plantações.

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, afirma que o governo cumpre a legislação.

— Não estamos fazendo vista grossa para essas ações. O governo respeita os movimentos sociais, mas não permite abusos — disse Cassel.

Mas o ministério não informou que medidas estão sendo tomadas para inibir atos de vandalismo. Cassel disse que quem se sente atingido deve recorrer ao Poder Judiciário. A única intervenção do ministério se dá com a Ouvidoria Agrária Nacional, que tem o papel apenas de mediar conflitos.

Ruralistas preparam reação na Câmara - Irritados e fazendo acusações de que o governo federal é leniente com o MST e outros movimentos, os parlamentares ligados à bancada ruralista preparam uma reação esta semana na Câmara. Eles devem aprovar, na Comissão de Agricultura, projeto de lei que, se passar, será um duro golpe contra o programa de reforma agrária.

A proposta, de autoria da hoje senadora Kátia Abreu (DEM-TO), restringe o acesso ao programa. Estabelece, por exemplo, que só teriam direito a terra trabalhadores rurais e profissionais de ciências agrárias, como técnico agrícola, engenheiro agrônomo e florestal e veterinário. Teriam o mesmo direito filhos de agricultores.

O projeto acabaria com a figura do acampado com direito a terra da reforma agrária. Para ser inserido no programa, o interessado terá que ter pelo menos cinco anos de experiência com atividade agropecuária. O entendimento dos ruralistas é de que os assentados de hoje são pessoas manipuladas por movimentos sociais e que não entendem de plantação.

“É mais coerente o governo distribuir cestas básicas e capacitar as famílias das periferias das cidades para o emprego urbano do que lançar desqualificados na lida do campo”, justifica Kátia Abreu no texto.

Como a autora eleger-se senadora, o projeto foi reapresentado pelo deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), ligado aos ruralistas. A proposta estabelece que a pessoa que invadir terras, prédios públicos e participar de atos de vandalismo será excluída do cadastro do programa de reforma agrária.

O presidente da Comissão de Agricultura, Ônyx Lorenzoni (DEMRS), acusa o governo de ter uma “sociedade” com os sem-terra: — Há uma frouxidão do governo, que não respeita o direito de propriedade.

Pior, o governo Lula destina três vezes mais dinheiro para o Ministério Agrário do que para o da Agricultura.

O governo permite a ação livre dos bandoleiros do MST e sua turma.

Principal parlamentar ligado ao MST, Adão Preto (PT-RS) chamou o projeto de fascista e diz que os ruralistas querem impedir o acesso dos mais pobres à terra: — É um projeto que não pode seguir porque exclui a classe social mais necessitada da reforma agrária.

O petista defendeu a ação dos semterra nas últimas semanas — que ocuparam rodovias, invadiram sede de mineradora e obstruíram uma ferrovia.

Também fez duras críticas à reforma agrária do governo Lula: — Quando não era presidente, o Lula visitava os acampados e dizia que, se chegasse ao Planalto, poderia não fazer tudo, mas uma única coisa ele iria realizar: a reforma agrária.

Mas não cumpriu sua promessa.

O parlamentar chegou a dizer que, no seu estado, o Rio Grande do Sul, a reforma agrária implementada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), combinado com Olívio Dutra (PT) governador do estado, avançou mais.

— Naquela época, foram assentadas seis mil famílias. No governo Lula, até agora, apenas duas mil.

Ministro do Desenvolvimento Agrário no governo tucano, o hoje deputado Raul Jungmann (PPS-PE) afirmou que Lula está deixando de aplicar a lei que proíbe desapropriar terra invadida.

— A lei foi desmoralizada. Este governo rasgou a lei, sem revogá-la.

É um governo aliado do MST, que tem calendário com data, local e hora para fazer protesto e invasões. E absolutamente nada acontece. É uma impunidade só.

Foi na sua gestão que o governo baixou medida inviabilizando desapropriação em terra invadida. — Foi um basta às ocupações, que foram liberadas pela gestão do PT.

Sem-terra invadem fazenda na Bahia - Cerca de 500 militantes do MST ocupam, desde a madrugada de domingo, e por tempo indeterminado, a área externa do galpão de embalagens da Fazenda Mariad, na BA210, rodovia que liga Juazeiro a Curaçá, a 520 quilômetros ao norte de Salvador, na Bahia. Eles defendem a destinação de áreas da fazenda para os antigos trabalhadores e para uso com a reforma agrária. Esta é a segunda invasão feita pelo movimento no local. A primeira foi no fim do ano passado, mas por decisão da Justiça a área foi desocupada.

IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 23 de abril de 2008

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) estará mobilizando os agricultores familiares para a IV Jornada Nacional de Lutas. Por isso, os agricultores familiares estarão mobilizados, nas principais cidades dos três estados do Sul, nos dias sete e oito de maio, na IV Jornada Nacional de Lutas.

A pauta já foi debatida com os agricultores familiares em mais de dois mil encontros nas comunidades e municípios dos três estados do sul, durante o Mutirão da Agricultura Familiar de janeiro a abril deste ano.

Atenção para os principais pontos:

1. PRONAF SISTÊMICO: O Pronaf Sistêmico é o novo programa do Governo Federal que visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado.

PROPOSTAS:

- a) Garantir linha de crédito subsidiado dentro no PRONAF Sistêmico para permitir a recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, recuperação de fontes d'água;
- b) O PRONAF Sistêmico deve instituir fundo de caráter permanente, para remunerar/compensar os Agricultores (as) Familiares que preservarem as APP's e a Reserva Legal, como incentivo econômico para à atenção ambiental;
- c) No âmbito do PRONAF Sistêmico deve haver recursos para incentivo ao agricultor desenvolver o manejo sustentável na reserva legal, com a retirada seletiva de madeira e lenha para a auto-sustentação de sua propriedade (unidade de produção familiar), mediante plano de manejo sustentável;
- d) Desenvolver experiências coletivas (pelo menos uma por região) do Pronaf Sistêmico na Safra 2008/2009.

2. POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO PARA A AGRICULTURA

FAMILIAR: Outra importante luta será a ampliação do acesso a habitação rural e a criação de um Programa de Habitação Rural nacional e permanente.

PROPOSTAS:

1. Consolidar uma política pública permanente para a Agricultura Familiar que atenda as necessidades básicas das famílias na construção de um ambiente saudável e de bem-estar em consonância com as diversas realidades sociais, culturais, ambientais e econômicas presentes no meio rural brasileiro.
2. Negociar com o Governo Federal por meio do Ministério das Cidades e do Ministério de Desenvolvimento Agrário recursos destinados à habitação rural que atendam 100.000 famílias de Agricultores (as) Familiares por ano.
3. O atendimento dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária deverá ser exclusivamente do MDA;
4. “Desburocratizar” os programas de habitação, com o objetivo de facilitar as operações de construção e reforma por parte das organizações da Agricultura Familiar.
5. Ampliar a participação de novos agentes financeiros, principalmente cooperativas de crédito rural, para operacionalização dos programas de habitação rural no âmbito da política pública a ser definida para o setor.
6. Ampliar as ações do Projeto Social da COOPERHAF. Incluir assistência técnica para realizar as ações que são contempladas durante o estudo dos cadernos metodológicos: diversificação, agroecologia, permacultura, horta para autoconsumo entre os demais assuntos abordados.
7. Ampliar a base tecnológica e conceitual para a construção de moradias com maior grau de sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica, com ênfase nas tecnologias

limpas e na promoção dos conceitos e técnicas da bioarquitetura, bioconstrução, biosistemas e permacultura; e incorporação do programa de construção de cisternas ao programa de habitação;

8. Garantir a contratação dos projetos acordados no ano de 2007, das operações do FGTS. Reabrir para entrega na caixa os projetos do FDS- crédito Solidário, para projetos no meio rural.

9. Considerando as diferentes rendas dos Agricultores (as) Familiares, apresenta-se uma proposta de subsídio e financiamento para habitação rural, considerando cinco categorias de agricultores.

3. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os agricultores familiares também querem a manutenção dos atuais direitos na previdência social

PROPOSTAS:

a) Garantir a manutenção dos agricultores e agricultoras familiares (segurados especiais) no Regime Geral da Previdência Social, como prevê a Constituição Federal de 1988 e as Leis 8.212 e 8.213.

b) Aprovar o Projeto de Lei 1154/95, conforme substitutivo apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, que potencializa melhorias e avanços na atual legislação sobre a Previdência Social Rural.

c) Reconhecer formalmente todos os SINTRAF's filiados à FETRAF-BRASIL/CUT para a emissão da Declaração para fins de comprovação do tempo de atividade rural, conforme prevê o artigo 106 da Lei 8.213/91.

d) Instituir, em todo território nacional, bloco de notas específico da agricultura familiar, no qual deverá conter, se assim desejar a família, o nome de todos os membros maiores de 16 anos que integram o grupo familiar.

e) Criar imediatamente o Cadastro Nacional dos Segurados Especiais e de mecanismo que possibilite a identificação da contribuição familiar dos segurados especiais.

f) Avançar na humanização do atendimento, especialmente às pessoas mais simples, bem como estabelecimento de normas para a uniformização dos procedimentos no que diz respeito à concessão de benefícios aos segurados especiais.

g) Garantir a participação da FETRAF-BRASIL/CUT no Fórum Nacional da Previdência Social, no qual está sendo debatida a Reforma Previdenciária, tendo em vista que um importante debate será a participação dos rurais no sistema previdenciário.

h) Efetivar uma maior fiscalização nos adquirentes da produção rural, especialmente nas grandes agroindústrias, nas grandes cooperativas e grandes empresas que, muitas vezes, descontam o percentual da contribuição previdenciária dos agricultores familiares e grandes produtores rurais e não repassam ao INSS.

i) Revisar e aperfeiçoar a CID – Classificação Internacional de Doenças, visando o reconhecimento de doenças ocupacionais no trabalho agrícola, para efeitos na questão dos benefícios por doença, invalidez e acidente de trabalho.

4. EDUCAÇÃO:

A implantação da Universidade Federal da Mesorregião

PROPOSTAS:

Consolidar a implementação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, primando pela excelência na qualidade do ensino, pesquisa e extensão para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos na identificação,

compreensão, reconstrução e produção de conhecimento, voltado à promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da região Sul do país, considerando a agricultura familiar um elemento estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. Garantindo na fase inicial de implantação sete Campi;

5. INSUMOS AGRÍCOLAS:

O controle dos preços dos insumos por parte do governo federal

PROPOSTAS:

- a) Definição de política de controle de preço dos insumos agrícolas que impacta no custo de produção da Agricultura Familiar.
- b) Que seja criado um programa de subsídio para a agricultura familiar na compra de insumos agrícolas estabelecendo um volume ou cota pré-definido para cada agricultor na compra dos insumos.
- c) Criar um programa para utilização do xisto agrícola como elemento básico para a produção de insumos agrícolas destinados exclusivamente para a Agricultura Familiar.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PESQUISA:

A consolidação e ampliação da Assistência Técnica e Pesquisa para o setor.

PROPOSTAS:

- a) Garantir ATER pública, apropriada e adaptada à realidade local, gratuita, exclusiva e permanente para a agricultura familiar.
- b) Fortalecer as experiências de ATER públicas não estatais.
- c) A EMBRAPA e outros órgãos públicos de pesquisa precisam destinar, nos próximos 5 anos, pelo menos 50% de seus orçamentos, iniciando em 2009 com percentual de 20% objetivando desenvolver pesquisas e implementar tecnologias voltadas para a agricultura familiar.
- d) Investimento estratégico nas redes de ATER públicas não estatais destinando 50% do total do orçamento de cada ano, exclusivamente para a agricultura familiar. Ampliar o valor total do orçamento de ATER para, no mínimo 10% do montante total do PRONAF.
- e) Definir um marco regulatório específico para aplicação de recursos de ATER, quando destinados à agricultura familiar, desburocratizando e permitindo a contratação direta de técnicos e aplicação de recursos de investimentos.

Em relação à participação do Sistema FETRAF na política de ATER

- a) Garantia de R\$ 10 milhões em cada ano nos próximos três anos para implementação da ATER do Sistema FETRAF/BRASIL.

MST fecha estrada em Pernambuco e provoca confronto com a polícia – Leticia Lins – O Globo – O País – 23/04/2008

RECIFE. O fechamento da BR428 por integrantes do MST, no sertão de Pernambuco, terminou em confusão, com tiros para o alto, muitos gritos e correria.

Cerca de 400 sem-terra bloquearam a pista nos dois sentidos, para protestar contra a Companhia de Desenvolvimento do São Francisco (Codevasf), que cortou o fornecimento de água numa propriedade ocupada por cerca de 1.150 famílias, que reivindicam a área para reforma agrária.

O protesto ocorreu no quilômetro 158 da rodovia, na divisa dos municípios de Petrolina e Lagoa Grande, a cerca de 800 quilômetros da capital. A manifestação causou grande engarrafamento. Nem mesmo a presença da Polícia Rodoviária Federal foi suficiente para afastar os manifestantes. Um microônibus da Polícia Militar com dez ocupantes chegou para dispersar os sem-terra, mas eles se recusaram a sair da rodovia. A PM informou que fez disparos para o alto, na tentativa de dispersar os manifestantes, que bloquearam a passagem do ônibus.

— Eles chegaram com muita ignorância, foram logo atirando, não quiseram diálogo. Já denunciemos o fato à Ouvidoria Nacional do Incra e à Promotoria Agrária de Pernambuco.

Todo mundo correu para o meio do mato, mas felizmente ninguém ficou ferido — contou Reginaldo Martins da Silva, coordenador do MST.

A estrada foi liberada, mas o movimento ameaça fazer novas invasões e protestos esta semana, inclusive com bloqueio de pontes e ocupações de repartições públicas.

De acordo com o MST, a Codevasf cortou o abastecimento do Pontal Sul há um mês, deixando sem água não só as famílias acampadas como também as que moram às margens do canal de irrigação. O Pontal Sul foi construído pela Codevasf para fruticultura de exportação, mas virou o maior acampamento do movimento no estado. O GLOBO tentou contato com a Codevasf em Petrolina por telefone, mas não obteve retorno até o início da noite de ontem.

Proposta do MST se aproxima de relatório da ONU – Sítio Eletrônico do MST – 23/04/2008

Assim como o grupo de 1,5 mil pessoas que protestava 12 anos atrás pelo direito à terra e acabou sendo atacado por policiais militares no Massacre de Eldorado de Carajás, milhares de integrantes do MST saíram às ruas e promoveram atos em diversas cidades de 16 estados do país na semana passada.

Segundo José Batista de Oliveira, membro da coordenação nacional do MST, as mobilizações da Jornada Nacional de Lutas por Reforma Agrária neste mês de abril não são apenas atos para relembrar o trágico episódio que resultou em 19 mortos e 69 feridos - sem olvidar o fato de que nenhum dos responsáveis pelo crime está na cadeia. "É uma forma de continuar questionando e pressionando contra as causas dos problemas que geram a violência".

"Não estamos apenas protestando. Estamos apontando saídas", coloca José Batista. "Temos uma proposta concreta diante da crise do aumento do preço dos alimentos. São 150

famílias acampadas que querem terra para produzir", coloca o integrante da coordenação do movimento.

Para ele, o pagamento de indenizações de cerca de R\$ 1,4 milhão a 20 sobreviventes e parentes de vítimas do Massacre de Eldorado dos Carajás, anunciado pelo governo do Estado do Pará no último dia 17, é apenas o "mínimo" que deveria ser garantido. "A solução duradoura é a reforma agrária. Defendemos outro modelo para o campo brasileiro, com base na produção de alimentos e na proteção ao meio ambiente".

O "outro modelo" presente no discurso de José Batista é um contraponto ao modelo predominante "apoiado pelo governo federal", de acordo com suas palavras. "O agronegócio com participação ativa de grandes empresas concentra terra, aguça conflitos, resulta em graves impactos ambientais e ainda afeta a soberania nacional, pois estimula a compra de terras por estrangeiros. Ou seja, os problemas tendem apenas a se agravar".

Embora ignorada na cobertura midiática das manifestações do "abril vermelho" do MST que deu amplo destaque às ações contra a mineradora Vale e à ocupação da Usina Hidrelétrica de Xingó (no estado de Sergipe), essa tendência vem despertando a atenção de entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU), que emitiram sinais contundentes de alerta.

Apresentado em Joanesburgo, na África do Sul, na última quinta-feira (15), as conclusões do Relatório Internacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícolas para o Desenvolvimento (IAASTD, na sigla em inglês), uma espécie de IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, sigla em inglês) da agricultura, ressalta a necessidade de mudanças no setor agrícola mundial. Amparada por agências da Organização das Nações Unidas (ONU) como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o IAASTD envolveu 400 especialistas que pesquisaram o tema desde 2005.

Na coletiva de apresentação do trabalho, o professor e diretor do IAASTD, Bob Watson, sublinhou o fato de que, a despeito do impressionante aumento de produtividade proporcionada pela "Revolução Verde", mais de 800 milhões de pessoas continuam passando fome no mundo. Segundo o estudioso, a busca pelo incremento da produtividade na agricultura se colocou para o mundo nos anos 60, diante do cenário de escassez pós-II Guerra Mundial. Hoje, porém, a agricultura precisa incorporar de vez o seu papel multifuncional.

Em suma, o documento aponta inúmeros impactos sociais e ambientais da agricultura (desde a falta de garantia de alimentação básica e acesso à água potável até a desertificação, o aquecimento global e a perda de biodiversidade) relacionados ao modelo atual e pede que a produtividade não seja mantida na posição de prevalência em comparação à sustentabilidade.

Bob Watson ainda levantou a necessidade de unir sabedorias locais e tradicionais aos conhecimentos científicos e tecnológicos existentes, com aplicação de investimentos públicos e privados, no sentido de projetar um mundo menos desigual daqui a 50 anos. Frisou ainda que é preciso muito cuidado com relação ao cultivo de transgênicos, à opção pelos agrocombustíveis e até à abertura de mercado (com a redução dos subsídios) - que, segundo os cientistas, pode ser boa para escoar a produção de pequenos produtores de países pobres, mas exige análises mais detalhadas acerca de seus possíveis resultados. O trabalho do IAASTD foi referendado por 54 países; apenas o Canadá, a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos se recusaram a firmar o relatório conclusivo.

Em outro flanco, o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Jacques Diouf publicou um artigo pregando mudanças que vão no mesmo sentido na edição de 13 de abril da Folha de S. Paulo, por ocasião da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, realizada semana passada em Brasília. Argumenta o diretor-geral da FAO: "A agricultura e a segurança alimentar mundial enfrentam desafios que vão do crescimento populacional ao aquecimento global. Em grande medida, nosso futuro será moldado por nossas reações. Precisamos responder com estratégias sustentáveis que considerem as necessidades dos mais vulneráveis e a segurança alimentar".

As políticas agrícolas e de segurança alimentar precisam ser revistas, na visão de Jacques Diouf, para responder a desafios como a redução das áreas florestais, a intensificação dos efeitos da mudança climática e principalmente à alta dos preços dos alimentos. Do total de pessoas que passam fome, 52 milhões vivem na América Latina e Caribe. Um dos objetivos da Conferência de Alto Nível sobre Segurança Alimentar Mundial e os Desafios da Mudança Climática e Bioenergia, que será promovida pela FAO de 3 a 5 de junho de 2008 na cidade de Roma, será justamente trabalhar pelo "estabelecimento de políticas, estratégias e programas que assegurem a agricultura sustentável, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar".

Tanto existe uma proximidade entre as proposições dos movimentos com determinadas resoluções da FAO que um dos pontos do documento final do encontro paralelo à 30ª Conferência Regional da FAO organizado pelo Comitê Internacional de Planejamento das ONGs e OSCIPs para a Soberania Alimentar (CIP) pede justamente a retomada da agenda "esquecida" da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR), promovida pela FAO em março de 2006 em Porto Alegre.

A agenda da CIRADR, que foi ameaçada por investidas da União Européia e dos Estados Unidos, foi defendida enfaticamente também pelo ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) durante a Conferência Regional da FAO. A CIRADR expressou, segundo o ministro, "apoio a processos participativos baseados nos direitos econômicos, sociais e culturais dos agricultores e agricultoras familiares, indígenas, povos tradicionais, pescadores artesanais e afro-descendentes" e "reconheceu o papel fundamental do Estado em prover oportunidades justas e iguais a todos os cidadãos, por meio de políticas públicas amplas e massivas". "Esses são os nossos desafios atuais. Por isso, é necessários garantir terra, água e os demais recursos naturais para os milhões de agricultores, camponeses, indígenas, pescadores, comunidades tradicionais, que todos os dias produzem a comida que alimenta a sociedade".

A resposta à crise dos alimentos, pregou o ministro, em clara divergência com outros setores do governo, "é mais agricultura familiar, mais política pública, mais reforma agrária, mais desenvolvimento rural". "É necessário afirmar o novo modelo de produção para o século XXI, um modelo agroecológico e socialmente incluyente. Nesse modelo não há espaço para a monocultura, o latifúndio, o livre mercado e os modelos insustentáveis de produção".

Curto prazo - As reivindicações mais diretas de curto prazo do MST foram recebidas pelo governo federal com novos compromissos de investimento em desapropriações, na construção de moradias rurais e na facilitação de acesso ao crédito.

O movimento ocupou o edifício-sede da Caixa Econômica Federal em Brasília e saiu de lá com o compromisso do ministro das Cidades, Márcio Fortes, de criação de um

novo programa para a habitação rural. De acordo com o próprio ministro das Cidades, dos R\$ 160 milhões que foram disponibilizados em 2007 para tal fim, apenas R\$ 40 milhões foram efetivamente contratados.

Na reunião com representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), realizada na última sexta-feira (18), o movimento ouviu que o governo está disposto a investir R\$ 800 milhões para a construção de casas na área rural e que pretende assentar 100 mil famílias em 2008.

Membros do governo prometeram vistoriar 4,3 milhões de hectares e investir R\$ 916,8 milhões na desapropriação de terras improdutivas. De 2003 a 2007, conforme dados do MDA e do Incra, foram assentadas cerca de 450 mil famílias, em mais de 38 milhões de hectares, e criados 2.737 assentamentos.

Os órgãos assumiram ainda a responsabilidade de investir R\$ 16,9 milhões para que 1,3 mil projetos de assentamento tenham as licenças ambientais devidamente expedidas. Outros R\$ 30 milhões serão destinados ao manejo dos recursos naturais e recuperação dos passivos ambientais que potencialmente podem beneficiar 36,9 mil famílias.

O ouvidor agrário Gercino José da Silva Filho, que tem a função de tratar de temas ligados a conflitos dentro do MDA, destaca ainda a implantação de órgãos específicos - de varas agrárias estaduais e federais a delegacias, defensorias, polícias militares e ouvidorias agrárias - como parte do Plano Nacional de Combate à Violência no Campo. Sublinha ainda a elaboração de um novo Manual de Diretrizes Nacionais para Execução de Mandatos Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva, que prevê procedimentos para evitar confrontos violentos e garantir os direitos básicos dos envolvidos.

MST bloqueia estrada em conflito com a Codevasf - Carolina Mandl – Valor Econômico – Brasil - 23/04/2008

O Movimento dos Sem-Terra (MST) bloqueou ontem a BR-428, no trecho que liga as cidades de Petrolina e Lagoa Grande. Cerca de 500 famílias protestaram contra o corte de água que foi feito pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) na área que elas ocupam.

A disputa entre a Codevasf e o MST se dá em uma região que está prestes a se transformar em uma Parceria Público-Privada (PPP) de irrigação, o Projeto Pontal.

A idéia do governo federal é transformar cerca de 7,5 mil hectares em área própria para o cultivo a partir da captação de água do rio São Francisco. Desse total, aproximadamente 1,5 mil hectares já contam com estrutura de irrigação, que é o caso da área invadida pelo MST. Até agora, projetos desse tipo eram tocados apenas pelo governo, por meio da Codevasf.

Contrário à entrada da iniciativa privada no Pontal, o MST invadiu as terras em abril do ano passado. Porém a Codevasf, responsável pelo controle da irrigação na área, não vem fornecendo água aos manifestantes.

Ontem, com garrafas de água, foices e facas nas mãos, os sem-terra bloquearam a BR-428 por volta das 5 horas. A reclamação dos integrantes do MST, que não quiseram se identificar, era que, sem a água, as pequenas plantações não estavam prosperando. A

estrada foi liberada às 12 horas depois de uma intervenção, com tiros, da Polícia Militar. O movimento recuou. A previsão é que ocorra hoje uma reunião na Codevasf de Petrolina com o MST.

Em São Paulo, um grupo de cerca de 120 pessoas participou de uma manifestação do MST em frente a uma agência da Caixa Econômica Federal, na Praça da Sé. Os manifestantes reivindicam maior agilidade para a liberação de crédito. Segundo a polícia, os manifestantes tentaram entrar na agência, mas não conseguiram.

Outro grupo do MST realizou uma manifestação na frente do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) na Rua Xavier de Toledo, também no centro da cidade. Segundo a PM, cerca de 100 pessoas estiveram no local, e a manifestação é pacífica.

O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), fez duras críticas às manifestações do MST. Segundo ele, os integrantes do movimento estão politizando a questão agrária e suas manifestações são "desordens". Para ele, o MST "joga no quanto pior, melhor". "Estão fazendo um abuso do que é movimento social. Uma coisa é movimento social ter reivindicação, demanda. Outra é fazer desordem, de natureza no fundo política, mais do que social", disse, em São Paulo, após a entrega de apartamentos a famílias da favela de Paraisópolis. **(Com agências noticiosas)**

Eldorado dos Carajás e a desapropriação da terra - Dom Tomás Balduino - Sítio Eletrônico da CPT – 24/04/2008

O massacre de Eldorado do Carajás, de 17 de abril de 1996, no Sul do Pará, aconteceu como reação armada dos poderes públicos à marcha dos 1500 sem-terra em protesto contra a demora da desapropriação de terras da reforma agrária.

A chacina não teria acontecido se a ação dos camponeses não tocasse no "sagrado" direito da propriedade privada da terra. O povo brasileiro entendeu claramente o símbolo e a bandeira de Eldorado do Carajás como confronto entre a velha pretensão das elites latifundiárias de intocabilidade da propriedade privada da terra e a grande novidade de sua constitucional função social e fez, então, aquela opção histórica pela reforma agrária, na proporção de 82%.

A reforma agrária já teria sido um badalado sucesso do governo FHC, até continuado pelo governo Lula, se não houvesse a incômoda exigência da Constituição brasileira de desapropriação da terra, na forma de títulos da reforma agrária. O divisor de águas que se estabeleceu aqui, a partir das organizações camponesas nascentes, não foi só em face do poder executivo, mas também do legislativo, do judiciário e da Mídia.

Na batalha travada no Congresso, em torno da reforma agrária, a bancada ruralista conseguiu introduzir o gigantesco obstáculo à desapropriação da terra para o fim de reforma agrária, a saber: a terra "produtiva" como insuscetível de desapropriação. É com base nisso que vem funcionando a indústria de liminares do judiciário a favor dos proprietários, até de grileiros e contra os sem-terra, sem a mínima consideração pela função social da propriedade. Como forma de pressão para agilizar a desapropriação os camponeses, sobretudo do MST, partiram para as ocupações de terras. O governo FHC reagiu, com a medida provisória 2.027-38, criminalizando as ocupações e excluindo seus líderes de qualquer programa de reforma agrária. Lula não só não retirou esta medida, mas permitiu sua consolidação sob o número 2.183-56.

FHC introduziu outro instrumento para iludir a desapropriação da terra. Foi o tal “Banco da terra”. Na realidade trata-se da compra pura e simples do chão. Os fazendeiros vendiam para o Incra as piores terras pelos maiores preços. O governo Lula manteve este sistema na forma do “crédito fundiário” que é a mesma coisa.

Na luta contra o conceito de produtividade, um dos maiores empecilhos jurídicos à desapropriação, os lavradores procuraram obter do presidente Lula, a atualização dos índices, que são da década de 70, e cuja mudança depende de uma simples decisão do executivo. Tudo em vão! Ganhou a bancada ruralista aliada!

O mesmo se deve dizer da questão do limite máximo da propriedade da terra. O Fórum Nacional pela reforma agrária, com o apoio das Igrejas, ia levando muito bem a campanha de sensibilização da opinião pública nacional em favor da emenda constitucional que introduziria no artigo 186 um 5º item, a saber: o limite máximo da propriedade da terra para o cumprimento de sua função social. Em 24 de agosto de 2002 o candidato Lula veio ao Fórum pedir a suspensão temporária daquela campanha, que estaria prejudicando sua candidatura. E se comprometeu, caso conseguisse a presidência, a levar adiante esta proposta. Nunca mais tocou no assunto!

O mais grave é que, além de não desapropriar as terras em favor da reforma agrária, pela denúncia do Professor Ariovaldo Umbelino Oliveira, em seu artigo “Farra da legalização da grilagem” de 03.04.08, a Medida Provisória 422 dispensa de licitação a venda de terras públicas do INCRA até 1.500 hectares. E conclui este artigo de forma preocupante: “Por isso volto a repetir, a MP 422 é uma afronta aos princípios constitucionais e ao patrimônio público: o governo Lula está fazendo o que nenhum governo, depois dos militares, fez, ‘vendendo’ ao agronegócio/agrobanditismo mais de 60 milhões de hectares de terras públicas do INCRA na Amazônia que deveriam ser reservadas para a REFORMA AGRÁRIA, à demarcação de terras indígenas e ou quilombolas, e à criação de unidades de conservação ambiental”.

O massacre de Eldorado do Carajás não é um fato do passado. É um símbolo do presente! Ao folhear, a cada ano, o relatório da CPT, *Conflitos no Campo Brasil*, constatamos duas coisas: primeiro a reação violenta contra o trabalhador rural está vindo de onde o agro-negócio é mais florescente. E a motivação desta violência é exatamente a apropriação privada das terras, agora objeto da voracidade internacional.

**À frente do STF, Mendes critica ações do MST – Letícia Sander e Felipe Seligman –
Folha de São Paulo – Brasil – 24/04/2008**

No discurso de posse, ministro defende que autoridades sejam firmes quando ações de movimentos forem "agressão" à comunidade - Em cerimônia com mais de 3.500 convidados, Gilmar Mendes reclama, ao lado de Lula, do modelo de edição das MPs e agradece FHC

Em seu discurso de posse na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal), o ministro Gilmar Ferreira Mendes, 52, atacou ontem a ação de movimentos sociais, defendeu o papel do Judiciário na consolidação da democracia e não poupou críticas ao Planalto, ao reclamar do modelo de edição de medidas provisórias que, segundo ele, paralisa o Congresso e "embaraça o processo democrático".

Diante de pelo menos 3.500 convidados, que incluíam as principais autoridades da República, o novo presidente do STF cobrou "firmeza" das autoridades em virtude de agressões à comunidade em geral, numa referência à ação de movimentos sociais que, de acordo com ele, atuam, "às vezes, na fronteira da legalidade".

"Nesses casos, é preciso que haja firmeza por parte das autoridades constituídas. O direito de reunião e de liberdade de opinião devem ser respeitados e assegurados. A agressão aos direitos de terceiros e da comunidade em geral deve ser repelida imediatamente com os instrumentos fornecidos pelo Estado de Direito, sem embaraços, sem tergiversações, sem leniências. O Judiciário tem grande responsabilidade no contexto destas violações e deve atuar com o rigor que o regime democrático impõe", disse.

Embora não tenha citado nomes, a crítica ocorre num momento em que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) promove ações pelo país no chamado "Abril Vermelho", com invasões de propriedades da Vale do Rio Doce e de prédios públicos.

Diante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo presidente do STF demonstrou que não concorda com a postura do Executivo sobre as medidas provisórias, tema sobre o qual o tribunal deverá deliberar nos próximos dias. Defendeu que se encontre um modelo de aplicação das MPs que possibilite o "uso racional" deste instrumento, classificado por ele como "desgastado".

"Os Poderes da República encontram-se preparados e maduros para o diálogo político inteligente, suprapartidário, no intuito de solucionar um impasse que, paralisando o Congresso, embaraça o processo democrático", disse.

Embora publicamente tenha incentivado o debate sobre uma reforma na tramitação de MPs, Lula afirmou que "ninguém governa" sem elas. Seus aliados no Congresso defendem mudanças sutis nas regras. Ao lado de Mendes, Lula ouviu as críticas calado. Pelo protocolo, presidentes da República não falam na cerimônia.

Mendes assumiu uma cadeira no STF em 2002, nomeado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), presente na platéia. Ele agradeceu publicamente FHC pela indicação. Na composição atual, 7 dos 11 ministros foram nomeados por Lula. Os ex-presidentes Fernando Collor de Mello e José Sarney também estavam na platéia, assim como os governadores tucanos José Serra (SP) e Aécio Neves (MG), parlamentares, ministros e advogados.

No discurso, Mendes se referiu aos últimos 20 anos como o mais longo período de estabilidade democrática e normalidade institucional do país. Relembrou "a inflação descontrolada" e os "sérios casos de corrupção no estamento político".

A despeito dos conflitos recentes entre o Judiciário e o Congresso, Mendes afirmou que a Corte "tem a real dimensão de que não lhe cabe substituir-se ao legislador, muito menos restringir o exercício da atividade política".

Seita política – O Globo – Opinião – 24/04/2008

Esta é uma bandeira antiga no Brasil. Mesmo erguida nas trincheiras da esquerda, não deixou de ser empunhada até pelos governos militares, embora entre os derrotados por eles em 1964 estivessem as Ligas Camponesas, comandadas por Julião, apoiado por Cuba para, “na marra”, distribuir terras — a começar pelo Nordeste. Derrubar cercas, invadir fazendas, fazer ocupações não surgiu, portanto, com o Movimento dos Sem Terra (MST).

Mas é com o MST que a questão dessa reforma ganha maiores — e perigosas — proporções. Julião estava circunscrito a uma região e à agricultura. O MST, não mais. Julião queria fazer a reforma agrária como parte de um projeto de mudança do regime. O MST começou a agir, no Sul, sem que se vislumbrasse de forma clara que o alvo final do movimento seria o mesmo daquele perseguido por Julião no início da década de 60.

As Ligas terminaram derrotadas na implosão da “república sindicalista” de Jango. Já o MST surgiu e atua numa conjuntura felizmente muito diversa daquela, em que o aguçamento da Guerra Fria, do conflito entre capitalismo e comunismo, entre Oeste e Leste cindiu o mundo e muitos países, como o Brasil. O comunismo perdeu a disputa com o capitalismo — por incapacidade de competir com o seu dinamismo econômico, com os avanços sociais permitidos pela livre iniciativa e com o regime de democracia representativa.

Do ponto de vista da História, a proposta do socialismo real virou pó. Mas não para algumas seitas políticas, entre elas o MST.

Redefinida a questão da reforma agrária no país — pelo avanço da agricultura moderna e pela própria urbanização do país —, o movimento sem terra, para sobreviver, ampliou a agenda de “lutas”, e assim perdeu a máscara de um movimento pró-reforma agrária. Apareceu a verdadeira face de uma organização política antidemocrática.

Este é um grave momento de reflexão para seus líderes e inspiradores: se desejam participar do livre jogo da democracia — e para isso precisam se legalizar como força política —; ou se querem continuar a radicalizar, em choque com a Constituição, dispostos a enfrentar o Estado brasileiro.

Função social – Dom Tomás Balduino – O Globo – Opinião – 24/04/2008

O massacre de Eldorado dos Carajás, de 17 de abril de 1996, no Sul do Pará, aconteceu como reação armada dos poderes públicos à marcha dos 1.500 sem-terra em protesto contra a demora da reforma agrária.

A chacina não teria acontecido se a ação dos camponeses não tocasse no “sagrado” direito da propriedade privada da terra. O povo brasileiro entendeu claramente o símbolo e a bandeira de Eldorado dos Carajás como confronto entre a velha pretensão das elites latifundiárias e a grande novidade da constitucional função social da terra e fez, então, a opção histórica pela reforma agrária, na proporção de 82%.

Na batalha travada no Congresso, a bancada ruralista conseguiu dificultar a desapropriação: tornou a terra “produtiva” como insuscetível de desapropriação.

Como forma de pressão, os camponeses, sobretudo do Movimento Sem Terra, partiram para as ocupações de terras. O governo FHC, por medida provisória, reagiu,

criminalizou ocupações. Lula não só não retirou essa medida como permitiu sua consolidação.

FHC introduziu um outro instrumento, para iludir — o tal “Banco da Terra”. O governo Lula manteve esse sistema na forma do “crédito fundiário”. Os lavradores procuraram obter do presidente Lula a atualização dos índices de produtividade, que são da década de 70.

Tudo em vão! Ganharam os ruralistas! O Fórum Nacional pela Reforma Agrária, com o apoio da Igreja, levava muito bem a campanha de sensibilização da opinião pública em favor da emenda constitucional que instituiria o limite máximo da propriedade da terra para o cumprimento de sua função social.

O candidato Lula, em 2002, pediu a suspensão temporária daquela campanha, que estaria prejudicando sua candidatura. E se comprometeu, caso conseguisse a Presidência, a levar adiante a proposta.

Nunca mais tocou no assunto.

O massacre de Eldorado dos Carajás não é um fato do passado. É um símbolo do presente. Ao folhear a cada ano o relatório da CPT sobre os conflitos no campo, constatamos duas coisas: primeiro, a reação violenta contra o trabalhador rural está vindo de onde o agronegócio é mais florescente. E a motivação dessa violência é exatamente a apropriação privada das terras, agora objeto da voracidade internacional.

DOM TOMÁS BALDUÍNO é conselheiro e presidente de honra da CPT (Comissão Pastoral da Terra).

Mobilização com 4 mil agricultores dá a largada no GTB – Sítio Eletrônico da Contag - 25/04/2008

Cerca de quatro mil agricultores participaram das manifestações que dão início ao Grito da Terra Brasil no Rio Grande do Sul. Em Passo Fundo, as lideranças entregaram um documento com as reivindicações - agilização nas contratações e disponibilização de recursos para novos projetos - ao superintendente da Caixa Econômica Federal, Roney de Oliveira Granemann. Ele assegurou que os projetos serão contratados logo que Brasília liberar os recursos.

Em Santa Maria, a passeata tomou as ruas da cidade e mostrou à população urbana os problemas enfrentados no campo para conseguir uma moradia de qualidade. Em Santa Rosa, 1,8 mil agricultores protestaram em frente aos bancos e na Praça 10 de Agosto. Além de habitação, as lideranças pediram a prorrogação dos custeios e a isenção do pagamento do milho safrinha. Em Pelotas, foi realizada uma reunião na Superintendência da Caixa Econômica Federal.

Decidam, deputados! – Leonardo Sakamoto e Xavier Plassat – O Globo – Opinião – 25/04/2008

Circula pelo país um abaixo-assinado promovido pelos integrantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e por vários movimentos sociais sob o lema “PEC do Trabalho Escravo, aprovação já!”. O problema levantado é vergonhoso para qualquer brasileiro.

A solução proposta é cristalina.

Aos 120 anos da Lei Áurea e aos 60 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, brasileiros continuam sendo traficados para trabalho escravo: 6 mil deles foram libertados em 2007 de um total de 30 mil encontrados nessa situação desde 1995 pelo governo federal. Nesse período, a Comissão Pastoral da Terra registrou denúncias envolvendo mais de 50 mil trabalhadores “aprisionados por promessas”, obrigados a trabalhar em fazendas e carvoarias, em condições desumanas e impedidos de romper a relação com o empregador. Vidas roubadas no altar da competitividade.

Sua maior concentração está nas regiões de expansão agropecuária da Amazônia (coincidindo com o Arco do Desflorestamento) e do Cerrado. O trabalho escravo é com frequência associado a desmatamento ilegal, na formação de pastos ou instalação de lavouras.

Contudo, há também casos no Sul e no Sudeste do país. Em 2007, metade dos trabalhadores foi resgatada na Região Centro-Oeste e em canaviais.

Empregadores adeptos desse sistema são, em sua maioria, grandes proprietários, produzindo com tecnologia de ponta lá mesmo onde exploram essa “gente descartável”.

Arcaico e moderno convivem em busca do lucro fácil e abastecem o comércio nacional e internacional. É teoricamente fácil punir quem ameaça a liderança do Brasil no mercado mundial de commodities agrícolas e envergonha cada brasileiro: indenizações milionárias são aplicadas contra escravistas modernos; assinantes do Pacto Nacional das empresas pela erradicação do trabalho escravo têm cortado negócios com eles. Porém muitos persistem e até reincidem.

Nenhum deles foi para a cadeia.

Nenhum perdeu sua propriedade. Os criminosos permanecem livres, ricos proprietários, e até elogiados pelo tributo que trazem aos cofres nacionais.

Um meio simples de acabar com isso está nas mãos do Congresso. Chama-se PEC 438/2001. A Proposta de Emenda Constitucional do confisco da terra acrescenta a questão do trabalho escravo ao artigo da Constituição que prevê a expropriação das terras com plantio de psicotrópicos. As propriedades confiscadas seriam destinadas à reforma agrária, uma das medidas mais urgentes para gerar alternativas decentes de trabalho no campo.

No dia 12 de março cobrou-se da Câmara a aprovação da PEC, que já foi votada no Senado e, em primeiro turno, pelos deputados. Continua ali, parada, sob resistência da bancada ruralista. Dá para tolerar que nossos representantes continuem sentados em cima de uma questão como essa?

Gilmar Mendes pede rigor contra invasão – O Globo – Capa – 25/04/2008

Na primeira entrevista como presidente do STF, Gilmar Mendes cobrou providências da polícia e da Justiça para reprimir as invasões de propriedades e repartições públicas por integrantes dos movimentos sociais.

Ele disse que os juízes não devem hesitar, mas pediu cautela para evitar confrontos violentos. **Página 8**

Gilmar: achar invasão normal é patologia – Bernardo Mello Franco – O Globo – O País – 25/04/2008

BRASÍLIA. O novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, endureceu ontem as críticas aos movimentos sociais que invadem propriedades privadas e repartições públicas no país. Em sua primeira entrevista no cargo, ele cobrou providências da polícia e da Justiça para reprimir as manifestações com rigor.

Segundo o ministro, concordar com a tática das ocupações seria um sintoma de mentes doentias: — Se alguém invade um prédio público, faz algo indevido.

Se isso esteve em algum momento no quadro da normalidade, é porque incorporamos o patológico na nossa mente.

Não podemos ter uma repartição impedida de funcionar em nome de qualquer causa, nem mesmo de uma causa divina.

O ministro da Justiça, Tarso Genro, defendeu o governo: — O governo trata com o mesmo respeito e vigor o movimento dos grandes fazendeiros, e o refinanciamento de suas dívidas, assim como o MST. É um governo democrático, e não de repressão. Um governo que não faz confronto de classe.

Em relação à invasão de prédios públicos, Tarso argumentou que o governo põe a PF em ação quando julga necessário.

Como em seu discurso de posse, na quarta-feira, Gilmar Mendes evitou citar o Movimento dos Sem-Terra (MST), que intensificou suas ações este mês.

Ele disse que os juízes não devem hesitar em determinar a liberação de terras ocupadas, mas recomendou cautela: — Uma invasão coletiva exige meios e modos específicos (de desocupação). Já vivemos o problema de Eldorado do Carajás.

Ninguém quer tragédias, mas é preciso que determinadas regras sejam respeitadas — disse o ministro, citando o massacre em que 19 sem-terra foram mortos pela polícia paraense.

Gilmar só criticou abertamente os estudantes que ocuparam prédio da Universidade de Brasília (UnB), em protesto contra o ex-reitor Timothy Mulholland: — A invasão da reitoria da UnB pode ter sido legítima como protesto, mas impedir o funcionamento da universidade não me parece correto. Invasão, destruição e impedir o funcionamento ultrapassam os limites da Constituição.

Aparelhamento “não tem a ver com estado de direito” Sobre o caso dos cartões corporativos, afirmou que “quem está no governo não é proprietário das informações a que tem acesso” e criticou o aparelhamento partidário de órgãos como a Receita e a Polícia Federal para obter informações: — Isto é extremamente negativo, não tem nada a ver com o

estado de direito. Muitas vezes os senhores (jornalistas) são beneficiários dessas informações. Saibam que estão usando uma informação viciada.

Gilmar evitou a polêmica sobre a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, que deve ser decidida pela Corte nos próximos meses.

Gilmar lembrou sua atuação como procurador da República em defesa da criação da reserva do Xingu, nos anos 80, mas não quis opinar sobre o caso recente: — Temos desafios que estão postos e que vão exigir consideração. A questão da fronteira, da soberania, a questão do usufruto das áreas. Não vamos, a priori, emitir juízo. Vamos aguardar o pronunciamento do STF.

A cerimônia de posse do novo presidente do STF, anteontem, custou R\$ 99,7 mil, informou a própria Corte.

Desse valor, R\$ 59,1 mil saíram dos cofres do tribunal. O restante foi bancado pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e pela Associação dos Juizes Federais (Ajufe).

Gilmar disse ontem que não houve exagero nos gastos com o evento, realizado quarta-feira. Ele disse que as despesas foram medidas pelo que chamou de necessidades básicas da cerimônia.

Gilmar disse não ver contradição entre os gastos e seu discurso, em que pregou “a diminuição de custos e a maximização dos recursos” do Judiciário.

— Pelos números que o próprio GLOBO revelou, fico até constrangido. Os senhores mesmos estão dizendo que estiveram aqui 3.500 pessoas.

Claro que isso demandava segurança, medidas excepcionais.

Creio, e até pode parecer algo cabotino, que nunca estive tanta gente numa posse.

Claro que isso demanda cuidados, mas creio que não há nenhum exagero e nenhuma contradição com esse discurso. COLABOROU: Evandro Éboli

MST toma carros da polícia no PA

BELÉM. Pelo menos dois mil militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) interditaram ontem duas rodovias no interior do Pará, em protesto contra a decisão da Justiça de mandar reintegrar a posse da Fazenda São Marcos, em Parauapebas, no sudeste paraense.

Os sem-terra ocupam as rodovias PA-275, em Eldorado do Carajás, e a BR-010 (Belém-Brasília), em Irituia. Eles tomaram dez veículos que passavam pela estrada, entre eles dois ônibus e um carro da Polícia Rodoviária Estadual.

— Nosso protesto é em solidariedade aos companheiros do acampamento Dina Teixeira, que devem ser despejados a qualquer momento — disse um dos coordenadores do MST.

Na BR-010, em Irituia, são cerca de 150 manifestantes ocupando as duas pistas, no km 302 da rodovia.

Eles também pedem providências da polícia sobre um atentado ocorrido há um ano. Na época, vários pistoleiros dispararam tiros e mataram um sem-terra. Em Carajás, o protesto é organizado pelos sem-terra do acampamento Dina Teixeira, onde há cerca de 600 famílias.

Ministério Público do Trabalho investiga a usina – Cássia Almeida – O Globo – Economia – 25/04/2008

Três mortes, duas ações civis públicas, 21 procedimentos e 103 denúncias de irregularidades trabalhistas estão no currículo da Cosan no Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas. Com 45 mil trabalhadores, a nova dona da Esso vem sendo investigada por duas mortes — de José Mario Alves Gomes, em 2005, e de José Pereira Martins, em 2007. Elas entraram no grupo das 21 mortes de trabalhadores na região, suspeitas de terem sido causadas por exaustão no corte da cana.

Segundo o MPT, Gomes, vindo de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tinha cortado 18 toneladas de cana no dia e estava trabalhando há dois meses sem folga. Mas não há o nexo que ligue o trabalho à morte do cortador de cana. A terceira morte foi de um terceirizado na montagem de uma máquina, em 2006.

Luis Carlos Veguin, diretor de Operações da Cosan, afirma que não há qualquer evidência de que as mortes ocorreram por exaustão: — Os laudos são inconclusivos.

Estamos mantendo a jornada de sete horas e 20 minutos, equipamentos de proteção e exames admissionais e complementares para evitar os acidentes.

Em 2006, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual a Cosan se compromete a acabar com a terceirização na empresa até 2010.

— Mas nos antecipamos e já temos 100% dos cortadores registrados diretamente pela Cosan. Isso era fruto de muitas denúncias — diz Veguin.

Segundo o procurador do Trabalho Luís Henrique Rafael, o maior problema da Cosan está nos fornecedores.

Cerca de metade da cana usada nas usinas vem deles: — Há muito trabalho degradante nesses locais, e a Cosan tem uma interferência direta nessas fazendas.

Entidades publicam carta aberta em defesa da Amazônia – Sítio Eletrônico do MST – 25/04/2008

Em carta aberta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, aos presidentes da Câmara e Senado, e aos líderes partidários do Congresso, representantes de entidades da sociedade civil, movimentos sociais, pastorais e ONGs se mostram preocupados com a edição de medidas provisórias e projetos de lei que ameaçam as florestas e a biodiversidade brasileiras, bem como o modo de produção camponês e de comunidades indígenas, a água, o patrimônio público, os direitos sociais e as conquistas históricas do povo brasileiro.

A revelação do acirramento do desmate na floresta amazônica não foi suficiente para frustrar o empenho do governo federal em privilegiar políticas agrárias produtivistas e predatórias. Atualmente, o Planalto se debruça sobre questões como a aprovação do Projeto de Lei 6.424/05, o 'Floresta Zero', do senador Flexa Ribeiro (PSDB) que pretende reduzir a área de reserva legal florestal da Amazônia de 80% para 50%, a fim de viabilizar o plantio das monoculturas de palmáceas, eucaliptos, grãos e cana-de-açúcar para os biocombustíveis como se fossem florestas. Outros pontos são a Medida Provisória 422/08, conhecida como PAG (Plano de Aceleração da Grilagem) que possibilita a legalização da grilagem na Amazônia; a PEC 49/2006, que é uma proposta de mudança constitucional, que reduz a faixa de fronteira nacional de 150 para 50 quilômetros, permitindo a aquisição de terras

brasileiras por empresas estrangeiras na faixa da fronteira; e os Decretos Legislativos 44/2007 e 326/2007, que sustam os efeitos do Decreto 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação das terras quilombolas.

Os signatários da carta pedem a rejeição de todas estas propostas que tramitam atualmente no Congresso Nacional. As entidades e movimentos também manifestam na carta aberta a inconformidade com a liberação comercial do milho transgênico pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), com a grande pressão existente para a concessão sumária de licenciamento ambiental para grandes obras públicas e privadas, como as das usinas hidrelétricas do complexo rio Madeira, do Tijuco Alto e de Angra 3.

Na Amazônia, tribos sofrem com desmatamento - Ronaldo Brasiliense e Anselmo Carvalho Pinto – O Globo – O País – 27/04/2008

BELÉM e CUIABÁ. A expansão da fronteira agrícola, causando conflitos de terra, o desmatamento e a demora na demarcação e homologação das reservas indígenas são alguns dos maiores problemas das tribos da Amazônia Legal.

Os índios já são donos de um território que equivale a 20,5% da Amazônia brasileira. São terras demarcadas e homologadas pela Funai que continuam sujeitas a invasões de grileiros, madeireiros, garimpeiros e sem-terra.

Em muitos casos, é necessária a ação do Poder Judiciário para garantir os direitos dos índios sobre suas terras.

Foi o que aconteceu no Pará, semana passada, quando o juiz Carlos Henrique Haddad determinou que o Ibama combata queimadas e desmatamentos na terra indígena xicrim do Cateté, que fica entre os municípios de Parauapebas e Água Azul do Norte, no sudeste do Pará. Pela decisão do juiz Haddad, a partir de ação civil pública do Ministério Público Federal em parceria com o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), o Ibama recebeu prazo de 48 horas, a partir da notificação, para cumprir a determinação, sob pena de multa diária de R\$ 10 mil.

Os Ministérios Públicos Federal e Estadual assinaram termo de cooperação técnica com o Imazon em novembro do ano passado e passaram a receber informações sobre a degradação ambiental em todas as regiões do estado, a partir dos dados gerados pelo Sistema de Acompanhamento do Desmatamento (SAD) do instituto.

A partir dessas informações, que apontavam a existência de queimadas e desmatamento na terra xicrim, o MPF solicitou à Polícia Federal, ao Ibama, à Funai e ao Inbra um mutirão para fiscalização das irregularidades.

Governo de Mato Grosso teme conflitos O governo de Mato Grosso teme que a ampliação e a criação de áreas indígenas pela Funai possam provocar conflito entre fazendeiros e índios.

A Famato (Federação dos Agricultores de Mato Grosso) vê com preocupação especial os municípios de Nova Nazaré, no leste do Estado, e Colniza, no noroeste, onde o governo federal está demarcando uma série de terras indígenas, ocupadas por fazendeiros.

Atualmente, existem em Mato Grosso 12 áreas com processos administrativos prevendo a ampliação de reservas.

Além de Nova Nazaré, fazendeiros e as prefeituras de Campinópolis, Comodoro e Peixoto de Azevedo também questionam o aumento das áreas protegidas. A se confirmar a ampliação em Campinópolis, por exemplo, apenas 18% do município não estaria dentro da reserva.

Ameaça à vista – Denis Lerrer Rosenfield – O Globo – Opinião – 28/04/2008

São inúmeras as ações de apoio do governo atual em relação aos movimentos ditos sociais e ao MST em particular. A lei não é a eles aplicada, de tal maneira que podem gozar de uma impunidade total. E gozam de todos nós! A lei que impede a vistoria e a desapropriação das propriedades invadidas e retira da lista dos assentáveis os invasores não é observada.

Propriedades são invadidas com violência; o uso de foices e facões são armas brancas de uso corriqueiro.

E isso é chamado de “ocupações pacíficas”.

O politicamente correto parece não ter mais limites, embora seja uma forma travestida dos regimes totalitários, socialistas, do século XX e dos seus êmulos do século XXI. A reforma agrária é nada mais do que um pretexto, que tem a função de justificar essas ações junto à opinião pública.

Os proprietários rurais e, agora, também os urbanos, são vítimas dessa violência. Não se trata de reforma agrária, mas da eliminação do capitalismo, mediante a relativização preliminar da propriedade privada. Eis por que a bandeira do “latifúndio improdutivo” desapareceu do horizonte, pela razão de que ele não mais existe no país, senão marginalmente. O Brasil já efetuou a reforma agrária, a da moderna propriedade rural e do agronegócio.

O que o MST procura atingir são empresas símbolos do que o país tem de mais avançado, como a Aracruz e a Vale. Embora tenham decisões judiciais em seu favor, estas parecem não ter nenhum valor, pois o MST e as organizações congêneres suas não consideram o estado de direito e a democracia representativa como dignos de respeito.

As coisas, no entanto, tendem ainda a piorar.

Uma prova disso é o recente documento da Ouvidoria Agrária Nacional, datado de 28 de fevereiro deste ano, intitulado “Diretrizes Nacionais para Execução de Mandados Judiciais de Manutenção e Reintegração de Posse Coletiva”. Com efeito, a Ouvidoria quer se arrogar o direito de determinar as condições de execução de reintegração de posse como se fosse um poder independente.

Sua pretensão consiste em impor condições às Polícias Militares para a execução desses mandados. Trata-se de uma nítida usurpação dos governos estaduais. Na prática, equivaleria também a colocar-se na posição de um Poder Judiciário.

A situação seria a seguinte: caberia a simpatizantes ou militantes dos movimentos sociais decidirem a respeito de uma invasão. O MST e a CPT seriam os novos juízes deste país.

Segundo consta das “Diretrizes”, a unidade policial, ao receber a ordem de desocupação, deveria articular com os demais “órgãos da União, do estado e do município (Ministério Público, Incra, Ouvidoria Agrária Nacional, Ouvidoria Agrária Estadual, Ouvidoria do Sistema de Segurança Pública, Comissões de Direitos Humanos, Prefeitura

Municipal, Câmara Municipal, Ordem dos Advogados do Brasil, Delegacia de Polícia Agrária, Defensoria Pública, Conselho Tutelar e demais entidades envolvidas com a questão agrária/fundiária) para que se façam presentes durante as negociações e em eventual operação de desocupação”. Uma ordem judicial seria submetida à avaliação, para o seu cumprimento, de um número enorme de instâncias, cada uma devendo dar sua opinião e estar presente durante o processo dito de desocupação.

Na verdade, nenhuma reintegração de posse seria cumprida em nosso país.

Outro item, próprio de uma comédia de mau gosto, se não fosse essa a própria realidade, é o de que não caberia à força pública a “destruição ou remoção de eventuais benfeitorias erigidas no local da desocupação”.

Ou seja, um grupo que age violentamente, destruindo as propriedades invadidas, deveria ser recompensado por suas “benfeitorias”. É surrealista: um grupo que destrói as benfeitorias privadas que encontra em seu caminho deveria ter assegurada as suas “benfeitorias”.

O documento faz também menção aos cuidados que deveriam ser tomados com mulheres, crianças e idosos.

Interessante. Nenhuma palavra é dita sobre o fato de que o MST utiliza crianças e adolescentes como escudos para suas invasões, num desrespeito flagrante ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Agora, vem a Ouvidoria Agrária dar um respaldo aparentemente jurídico a essa situação, numa inversão completa da realidade. Se assim continuar, amanhã as invasões serão feitas sob proteção policial!

O Brasil já efetuou a reforma agrária, a da moderna propriedade rural e do agronegócio

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

